

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

RODOLFO FERNANDES ARAÚJO

**SISTEMA FINANCEIRO, CRESCIMENTO ECONÔMICO
E DESIGUALDADES REGIONAIS NO ESPÍRITO SANTO:
UMA ANÁLISE ESPACIAL PARA OS MUNICÍPIOS**

**VITÓRIA
2012**

RODOLFO FERNANDES ARAÚJO

**SISTEMA FINANCEIRO, CRESCIMENTO ECONÔMICO
E DESIGUALDADES REGIONAIS NO ESPÍRITO SANTO:
UMA ANÁLISE ESPACIAL PARA OS MUNICÍPIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Robson Antonio Grassi.

**VITÓRIA
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Araújo, Rodolfo Fernandes, 1987-

A663s Sistema financeiro, crescimento econômico e desigualdades regionais no Espírito Santo : uma análise espacial para os municípios / Rodolfo Fernandes Araújo. – 2012.

105 f. : il.

Orientador: Robson Antonio Grassi.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Disparidades regionais. 2. Disparidades econômicas regionais. 3. Análise espacial (Estatística). 4. Desenvolvimento econômico. 5. Economia regional. I. Grassi, Robson Antonio. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 330

RODOLFO FERNANDES ARAÚJO

**SISTEMA FINANCEIRO, CRESCIMENTO ECONÔMICO
E DESIGUALDADES REGIONAIS NO ESPÍRITO SANTO:
UMA ANÁLISE ESPACIAL PARA OS MUNICÍPIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovado em 13 de abril de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Robson Antonio Grassi
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Gutemberg Hespanha Brasil
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Fernando Salgueiro Perobelli
Universidade Federal de Juiz de Fora

Para meus pais, Alcione e César.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por mais uma etapa vencida em minha vida.

Aos meus tios, Joel e Neusa, pelo carinho e ajuda constante em minha estadia no Espírito Santo.

Aos amigos do mestrado, Cléber, Karine, Gabriel e também aos demais alunos da turma 2010, pelos apoios e incentivos no decorrer do curso.

Ao meu orientador, Robson Grassi, pela confiança no meu trabalho e conhecimentos adquiridos através de sua atenciosa orientação.

Ao Programa de Pós Graduação em Economia que possibilitou a realização deste trabalho.

Ao professor Fernando Perobelli, pela pronta disposição em compor a banca de defesa desta dissertação.

Ao professor Gutemberg Brasil e à aluna Taizi Horonato pela ajuda na composição metodológica deste trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), pelo apoio financeiro.

Aos meus verdadeiros amigos que conheci no Espírito Santo, pelas saídas e divertimento nas poucas horas vagas ao longo destes dois anos: Dayana, Paulo Henrique, Herisson, Rafael, Lorena, Leonardo, Aline e Fábio. Muito obrigado!

E todos aqueles que contribuíram diretamente ou indiretamente na realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar o comportamento e perfis diferenciados da atuação do sistema financeiro (relacionado à quantidade de agências, financiamentos, depósitos, dentre outras variáveis) no Espírito Santo como importante fator para a explicação das desigualdades no estado. Tomando por base a relação entre crescimento e desenvolvimento definida pela teoria pós-keynesiana, o sistema financeiro constitui um dos agentes fundamentais para o desenvolvimento regional através do financiamento de atividades produtivas. Por outro lado, as desigualdades regionais se acentuam pela postura e estratégias bancárias diferenciadas que os bancos adotam de acordo com a localidade em que estão inseridos, o que é conhecido como teoria da causação circular cumulativa (MYRDAL, 1965). De modo geral, o objetivo principal do trabalho é identificar as regiões do Espírito Santo que se caracterizam por possuir dinamismo econômico e um sistema financeiro desenvolvido e disposto a ofertar maiores quantidades de crédito. Para alcançar tal objetivo, o arcabouço metodológico foi composto de duas análises. Primeiramente, foi realizada a análise de componentes principais e de *cluster* para as microrregiões capixabas e, posteriormente, uma análise espacial utilizando a técnica de análise fatorial para os municípios. A análise fatorial, que por sua vez constitui de uma análise inédita para o tema em questão (relação entre crescimento e finanças), foi construída por variáveis econômicas e financeiras, abrangendo o espaço compreendido pelos 78 municípios. Através do emprego desta técnica foi possível construir um índice que indica o potencial de desenvolvimento financeiro dos municípios. Os resultados revelam as fortes disparidades existentes nos municípios capixabas constatando que o sistema financeiro se concentra em regiões caracterizadas por possuírem dinamismo econômico e desenvolvimento social, revelando-se importante fator explicativo dos desequilíbrios regionais da economia capixaba.

ABSTRACT

The objective of this work is to study the behavior and performance of the different profiles of the financial system (related to the amount of agencies, funds, deposits, among other variables) in the Espírito Santo as an important factor to explain the regional disparities in the state. Based on the relationship between growth and development defined by post Keynesian theory, the financial system is one of the key players for regional development through the financing of productive activities. Moreover, regional disparities are exacerbated banking strategies that banks have differentiated according to the locality in which they live, known as the theory of circular and cumulative causation (Myrdal, 1965). In general, the main objective of this work is to identify the regions of the Espírito Santo which are characterized by economic dynamism and has a developed financial system and willing to offer greater amounts of credit. To achieve this, the methodological framework was composed of two analyzes. First, we performed a principal component analysis and cluster for micro Espírito Santo, and later, a spatial analysis using the technique of factor analysis to municipalities. Factor analysis, which in turn is unprecedented for an analysis of the topic in question (the relationship between growth and finance), was constructed by economic and financial variables, covering the space comprised by 78 municipalities. By employing this technique it was possible to construct an index that indicates the financial development potential (FDP) for of the municipalities. The results reveal the strong disparities between the capixabas municipalities noting that the financial system is concentrated in regions characterized by having economic dynamism and social development, revealing important explanatory factor of regional imbalances in the local economy.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 01 – Mapa do PIB das microrregiões do ES em 2008	50
Figura 02 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Espírito Santo – 1991	52
Figura 03 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Espírito Santo – 2000.....	53
Figura 04 – Mapa do potencial de desenvolvimento financeiro dos municípios do Espírito Santo.....	88
Figura 05– Gráfico de dispersão PDF <i>versus</i> IFDM.....	89
Quadro 01 – Caracterização do centro e da periferia	26
Quadro 02 – Variáveis por fator e percentual de variância das variáveis	73
Quadro 03 – Agrupamento das microrregiões do ES em 1996	77
Quadro 04 – Agrupamento das microrregiões do ES em 2002	79
Quadro 05 – Agrupamento das microrregiões do ES em 2008	80
Quadro 06 – Correlação entre os índices sociais e PDF	89

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 01– Evolução do crédito rural no Espírito Santo (1969-1974)	19
Tabela 02 – Participação das microrregiões e mesorregiões do ES no PIB (1959-2008) – em %	32
Tabela 03 – Participação e posição dos municípios capixabas no PIB estadual: 1959-2008 (%).....	35
Tabela 04 – Participação e posição populacional dos municípios do Espírito Santo (1991-2010)	59
Tabela 05 – Quantidade de municípios com pelo uma agência bancária (1994-2008)	68
Tabela 06 – Variáveis econômicas e financeiras das microrregiões do Espírito Santo (1996-2008)	71
Gráfico 01 – Participação no PIB do setor cafeeiro em relação ao PIB total para os estados do Sudeste	39
Gráfico 02 – Taxa de crescimento somada dos setores agropecuária, indústria e serviços do ES e Brasil	41
Gráfico 03 – Participação em relação ao PIB do comércio inter regional do Espírito Santo e Brasil	44
Gráfico 04 – Participação em relação ao PIB do comércio externo do Espírito Santo e Brasil	44
Gráfico 05 – Participação em relação ao PIB dos setores agropecuária, indústria e serviços (1959-2008) – (%)	46
Gráfico 06 – Participação em relação ao PIB das regiões noroeste, litoral norte, central e sul do Espírito Santo em relação ao PIB total (1920-2008) – em %	49
Gráfico 07- Participação das mesorregiões nas operações de crédito do Espírito santo (1994-2010) em %.....	55
Gráfico 08 – ACP para as microrregiões Espírito Santo 1996	73
Gráfico 09 – ACP para as microrregiões Espírito Santo 2002	74
Gráfico 10 – ACP para as microrregiões Espírito Santo 2008	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 MOEDA E SISTEMA FINANCEIRO NA PERSPECTIVA PÓS-KEYNESIANA.....	16
2.1 O SISTEMA FINANCEIRO E A CARACTERÍSTICA DA MOEDA ENDÓGENA NO PÓS-KEYNESIANISMO.....	16
2.2 SISTEMA BANCÁRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA ESPECIALIZADA.....	23
2.3 CONCLUSÃO.....	33
3 CRESCIMENTO ECONÔMICO, CRÉDITO E DESIGUALDADES REGIONAIS NO ESPÍRITO SANTO.....	35
3.1 DO CAFÉ À INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA: UMA BREVE SÍNTESE DA ECONOMIA CAPIXABA.....	36
3.2 DESIGUALDADES REGIONAIS NO ESPÍRITO SANTO: ANÁLISE DE INDICADORES FINANCEIROS, ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	46
4 METODOLOGIA E BASE DE DADOS.....	60
4.1 ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS.....	61
4.1.1 Análise de <i>cluster</i>	63
4.2 ANÁLISE FATORIAL.....	64
5 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	68
5.1 DESCRIÇÃO PRELIMINAR DAS VARIÁVEIS.....	69
5.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS.....	72
5.3 RESULTADOS DA ANÁLISE FATORIAL.....	81
6 CONCLUSÕES.....	92
7 REFERÊNCIAS.....	96
ANEXOS	102
ANEXO 1 Divisão Político-Administrativa das microrregiões do Espírito Santo segundo IBGE	102
ANEXO 2 Mapa do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Humano Municipal no Espírito Santo- 2008	103
ANEXO 3 Mapa da divisão microrregional do Espírito Santo segundo IBGE (2005).....	103
ANEXO 4 Valor e participação nas operações de crédito dos bancos públicos no Espírito Santo	104
ANEXO 5 Tipos de instituições financeiras.....	104
ANEXO 6 Descrição das variáveis na Análise Fatorial	105

1 INTRODUÇÃO

Existe um consenso na literatura sobre a existência de uma correlação positiva entre crescimento econômico e sistema financeiro. Embora haja certa discordância quanto à direção da causalidade, diversos estudos nacionais e internacionais já foram realizados, através da construção de indicadores financeiros e econômicos, com o intuito de comprovar a veracidade desta relação.

Segundo Levine (2000), o desenvolvimento bancário é positivamente correlacionado com a taxa atual e futura de crescimento econômico, acumulação de capital e crescimento da produtividade, principalmente quando os bancos oferecem serviços mais sofisticados para os indivíduos.

Tal relação é abordada pela teoria pós-keynesiana, uma vez que a mesma possui a capacidade de abordar temas específicos como este. Esta teoria começou a ser desenvolvida na década de 1970, tendo como expoentes Paul Davidson (1978) e Hyman Minsky (1982; 1986). Dow (1987), precursora da introdução do referencial pós-keynesiano no âmbito regional, utiliza elementos da teoria de Keynes como não neutralidade monetária, preferência por liquidez e adiciona a característica da moeda endógena, colocando o sistema bancário como o principal agente no processo de inserção e criação de moeda.

Utilizando os preceitos da teoria da causação circular cumulativa desenvolvida por Myrdal (1965), Dow (1987) explica que os bancos podem acentuar as desigualdades regionais quando as forças de mercado atuam livremente. Assim, a postura diferenciada que os mesmos adotam, dado o tipo de região (periférica ou central) em que estão inseridos, pode gerar processos cumulativos que aumentam ainda mais as disparidades regionais.

A configuração financeira regional brasileira começou a ser estudada, sobretudo, por Crocco (2003;2006). Ao utilizar as contribuições de Dow e Chick, Crocco realiza vários estudos com diversas análises espaciais para comprovar que o desenvolvimento bancário possui estreita relação com desempenho econômico das regiões brasileiras, evidenciando assim, as estratégias bancárias diferenciadas locais. O autor se apropria de elementos estatísticos para comprovar que nas regiões brasileiras mais desenvolvidas, como por exemplo, as do Sudeste e Sul, existe um sistema financeiro disposto a ofertar mais crédito e serviços financeiros mais sofisticados, ao contrário das regiões situadas ao Norte e Nordeste do país que, pelo fato de serem regiões subdesenvolvidas, não possuem atratividade para os bancos instalarem agências em suas localidades, não sendo, portanto, em muitos casos, assistidas financeiramente.

Um estudo mais recente realizado por Crocco (2011) revela que o sistema financeiro brasileiro é fortemente fragmentado. Essa fragmentação financeira é relacionada à existência de poucos centros/cidades oferecendo serviços financeiros mais sofisticados, e grande parte dos municípios ofertando serviços básicos à população. Crocco (2011) justifica que isso se deve ao fato do conjunto das cidades brasileiras serem caracterizadas como pequenos centros urbanos desenvolvidos e um grande número de municípios pouco desenvolvidos, baseando toda a discussão no conceito de centralidade desenvolvido por Christaller (1966) e Lösch (1967).

Partindo dos estudos já realizados no Brasil em âmbito regional e, tendo em vista a carência de trabalhos realizados especificamente para o Espírito Santo, achou-se propício desenvolver um estudo que abordasse a configuração financeira no estado, analisando o comportamento diferenciado que os bancos adotam em relação a sua localização espacial.

O Espírito Santo é caracterizado por possuir uma configuração bastante heterogênea em relação ao seu desenvolvimento regional. Grande parte dos municípios não usufruem das mesmas taxas de crescimento econômico do estado (que por sua vez foram superiores a média brasileira) verificadas nas últimas décadas. Assim, este crescimento se assentou somente no entorno da capital do estado e em alguns municípios litorâneos.

Durante o período de industrialização, vultosos investimentos foram realizados no estado, oriundos principalmente do capital interno (governo federal). Por volta da década de 1970 e até início dos anos 1990, começaram a surgir novas formas de produção que até então inexistiam no Espírito Santo, com destaque para a siderurgia, papel e celulose. Dentre os municípios que foram agraciados por tais investimentos, destacam-se a região de Vitória, Aracruz, Anchieta e Linhares (Caçador, 2008).

Assim, a localização das atividades econômicas no estado condicionou o que se pode verificar nos dias atuais: as disparidades econômicas existentes entre os municípios capixabas. Uma parte dos municípios não oferece atrativos à população para permanecer em sua região de origem, necessitando os mesmos migrarem para os grandes pólos. Esses atrativos estão relacionados às questões econômicas, sociais e financeiras. Ou seja, uma pequena parte do estado apresenta forte dinamismo econômico, um sistema financeiro disposto a atender a demanda de crédito regional, e melhores condições sociais como: renda, emprego e educação.

Segundo Crocco *et al* (2011), a forma como os bancos alocam os seus recursos bem como as suas disponibilidades de créditos para empréstimos e financiamentos, dependerá do grau de centralidade que as regiões possuem. Em regiões mais dinâmicas e setores produtivos

diversificados, o sistema financeiro atuará de forma mais direta, com maior diversificação de ativos e maior disponibilidade de créditos.

É nesse contexto que surgiu o interesse em pesquisar o sistema financeiro no Espírito Santo como um dos fatores para a explicação das suas desigualdades regionais. Além de ser um estudo pioneiro no estado, utiliza elementos estatísticos para esclarecer e aprofundar as discussões neste sentido.

Apesar da existência de alguns trabalhos que relatam as desigualdades do Brasil como fator das estratégias diferenciadas do sistema financeiro no espaço, este trabalho não esgota a análise realizada para o Espírito Santo, nem tampouco se opõe aos trabalhos já realizados sobre a economia local, mas sim, incita o debate para discussões posteriores tanto para o meio acadêmico quanto para a sociedade de modo geral.

Portanto, as técnicas estatísticas de análise multivariada (análise de componentes principais e análise fatorial), se apresentam como importantes ferramentas metodológicas para analisar as distintas formas de atuação dos bancos para o caso capixaba. O primeiro método estatístico pode ser encontrado em outros estudos já realizados para o Brasil. Já o segundo método, Análise Fatorial, constitui uma nova ferramenta usada para o objeto de estudo em questão. Através desta técnica, será encontrado um índice denominado como Potencial de Desenvolvimento Financeiro (PDF) construindo uma hierarquia financeira para os municípios capixabas, dadas as variáveis incluídas para a realização desta metodologia.

Em suma, o objetivo geral deste trabalho é realizar uma análise espacial da configuração financeira do Espírito Santo, bem como os perfis diferenciados da atuação bancária (quanto a concessão de empréstimos, financiamentos, depósitos, dentre outras variáveis) em distintas regiões, como importante fator para a explicação das disparidades no estado.

Além desta parte introdutória, o trabalho está organizado em mais 5 capítulos. No segundo capítulo serão expostas as principais contribuições na literatura sobre a relação entre sistema financeiro e crescimento econômico, bem como a atuação dos bancos no âmbito regional, tendo como base a teoria pós-keynesiana. O capítulo 3 descreverá a evolução da economia capixaba passando do período cafeeiro ao processo de industrialização. Além disso, tal capítulo se preocupa em analisar alguns indicadores econômicos, financeiros e sociais das regiões do estado com o intuito de incitar a discussão sobre as desigualdades regionais existentes. O capítulo quarto mostrará os métodos estatísticos que serão utilizados para aplicação dos dados à metodologia proposta. A metodologia utilizada contará com duas

análises multivariadas: Análise de Componentes Principais e Análise Fatorial. No capítulo 5 expor-se-á os resultados encontrados pelo emprego da metodologia utilizada neste trabalho.

Os resultados serão constituídos de análises gráficas do tipo *biplot* e de dendogramas para agrupamento (*cluster*) para as microrregiões capixabas, e também de análises espaciais para os municípios. Por fim, no capítulo 6, são descritas as conclusões do trabalho, destacando-se as principais contribuições adquiridas, bem como os resultados mais relevantes relacionados ao sistema financeiro capixaba como importante explicação das desigualdades no estado.

2 MOEDA E SISTEMA FINANCEIRO NA PERSPECTIVA PÓS-KEYNESIANA

Os ganhos privados e sociais auferidos através da utilização da moeda¹, dadas as suas imensas peculiaridades, são inúmeros, a começar pela diferença entre uma economia de escambo sem moeda (e sem crédito) e uma economia monetária. A moeda, nesta última, possui um papel fundamental na medida em que a sua característica como aceitabilidade generalizada e máxima representação de liquidez se sobressai em relação aos demais ativos².

O oposto seria verificado no caso de numa economia de escambo sem moeda. A comercialização seria custosa no tocante ao tempo e esforços, pois seria necessário encontrar outros indivíduos que desejariam realizar a operação comercial e estabelecer preços, através de buscas e barganhas.

Grande parte dos escritos da literatura econômica dão uma importância secundária à atuação bancária no contexto regional. Nas últimas décadas, mais precisamente desde a década de 1970, alguns estudos têm emergido sob uma abordagem endógena e não neutra da moeda, com o intuito de abordar a influência do sistema bancário no processo de desenvolvimento regional.

Partindo do arcabouço pós-keynesiano e, trazendo-o para uma análise regional, os bancos constituem como elemento essencial para o desenvolvimento das regiões, por isso, não podem ser considerados neutros, uma vez que possuem a capacidade de ofertar (através da característica endógena da moeda) e criar moeda (multiplicador bancário), além de participarem ativamente do processo de financiamento das atividades produtivas.

Trabalhos como os de Dow (1982 e 1987), Chick e Dow (1988) e Crocco (2005) têm incorporado a perspectiva pós-keynesiana com o intuito de alertar que a moeda não é neutra do ponto de vista regional e os efeitos nas variáveis reais que são gerados através dela são sentidos tanto no curto quanto no longo termo.

¹ A moeda pode ser conceituada como um estoque de ativos que podem ser prontamente utilizados para realizar transações. Keynes atribui três funções à moeda: reserva de valor, meio de troca e unidade de conta. Em ensaios posteriores o autor introduz o “quarto” motivo pelo qual os indivíduos demandam moeda, conhecido como *finance*. A demanda por liquidez dos indivíduos se resume ao intervalo de tempo entre a tomada de decisão e a efetivação do investimento, que por sua vez, é suprida pelos bancos.

² A possibilidade de classificar os ativos de acordo com a facilidade e rapidez em que podem ser convertidos em moeda sem perda significativa de valor, torna-se possível. Os melhores substitutos são os mencionados ativos líquidos. A consideração de que os depósitos bancários são moeda de verdade, deve-se, sobretudo, à confiança do público nas novas formas de moeda. Esta confiança está alicerçada na estabilidade e a previsibilidade relativa dos preços.

Neste trabalho não será aprofundado sobre questões relativas à política monetária endogenista, seja das vertentes³ horizontalista ou estruturalista. Embora este assunto seja relevante, a discussão encontrada na literatura é bem ampla, o que pode estender demasiadamente a sua discussão.

O objetivo deste capítulo consiste em analisar o comportamento da moeda e do sistema bancário dentro do âmbito regional, abordando as principais características desses elementos encontradas na literatura pós-keynesiana. Será enfatizada, portanto, a influência que o sistema bancário possui dentro do contexto regional, seja no papel de processo de desenvolvimento, através do financiamento de atividades produtivas, ou na geração de desigualdades regionais, quando as forças de mercado atuam livremente.

2.1 O sistema financeiro e a característica da moeda endógena no pós-keynesianismo

A literatura econômica é vasta quando se chama para o centro de análise o papel da moeda e a sua influência dentro de um território, seja nacional ou regional. A existência ou não de impactos que as variações monetárias podem gerar sobre as variáveis reais (ou seja, se a moeda é ou não neutra no curto ou no longo prazo) foi abordada por diversos autores e serão discutida daqui em diante, tendo como enfoque o seu comportamento inserido no ambiente regional.

O negligenciamento da moeda foi incorporado pelos autores neoclássicos⁴, que se respaldavam na concepção da incapacidade desta em afetar o lado real da economia. A vertente teórica tradicional caracterizava-a com um “véu”, dada a sua incapacidade de influenciar as variáveis reais econômicas, possuindo um papel neutro e secundário no longo prazo.

Portanto, para esta corrente, a moeda tem um papel neutro na economia, ou seja, o de não influenciar as variáveis reais como emprego e produto. Ela é vista apenas como um

³ A visão horizontalista é baseada no argumento de definição das taxas de juros pelo Banco Central apenas no curto prazo, fornecendo fundos a essa taxa ilimitadamente, por isso a oferta de moeda é horizontal. Assim o Banco Central fornece o montante de reservas necessárias para a quantidade de demanda. Os bancos, deste modo, possuem condições de atenderem plenamente a demanda por empréstimos a taxa de juros nominal vigente, pois podem operar com excesso de reservas ou podem ampliar sua oferta de crédito. Já para a vertente parcial da endogeneidade da moeda, visão estruturalista, o BC não oferece fundos ilimitadamente, o que faz a taxa de juros subir quando a demanda por moeda cresce mais rapidamente do que a oferta de reservas das autoridades monetárias (Fiocca, 2000).

⁴ Como será verificado mais adiante, as expectativas e incertezas são fundamentais e servem como alicerce para o entendimento da teoria keynesiana. No entanto, os neoclássicos dão uma importância secundária, uma vez que a demanda por investimento é considerada como uma função estável da taxa de juros e a preferência por liquidez é apenas o motivo pelos quais os indivíduos demandam moeda.

facilitador de trocas, exercendo, portanto uma função secundária no sistema econômico. A taxa de juros, por sua vez, determina apenas o equilíbrio da poupança e do investimento, não exercendo nenhum impacto direto na quantidade de demanda ou oferta de moeda.

A teoria *mainstream* ainda considera que a formação bruta de capital fixo necessita de uma poupança prévia, que é convertida em investimento de modo integral. Esses acontecimentos se dão de forma interdependente e se comunicam com o sistema financeiro garantindo uma alocação eficiente da economia.

Já a teoria formulada por Keynes (1936), argumenta que as variáveis monetárias são capazes de influenciar as variáveis reais via movimento da taxa de juros. Para o autor, a moeda, além de unidade de medida, assume a função de meio de liquidação, sendo este atributo a principal diferença em relação aos demais ativos e o que garante a sua não neutralidade.

Deste modo, Keynes atribui que a não neutralidade da moeda no longo período estaria associada aos seus efeitos causados nas posições de equilíbrio da economia no longo prazo e, principalmente, por que, tanto a moeda quanto os ativos não reprodutíveis são formas de acumulação de riqueza alternativas às formas de acumulação de bens de capital.

Desta característica, surge outro conceito importante que é a preferência pela liquidez, que se fundamenta na decisão dos agentes em reterem mais ou menos moeda em função das condições em que se encontra o ambiente econômico, dado o grau de incerteza⁵.

A teoria Keynesiana também avalia a moeda como um ativo com particulares atributos devido ao elevado prêmio de liquidez que esta possui em relação aos demais ativos. Isso promove uma avaliação por parte dos detentores de moeda em estimar o valor da liquidez, ou seja, a que preço os agentes econômicos estariam dispostos em desfazer da moeda em troca de ativo ilíquidos (CARDIM DE CARVALHO, 1996).

No *Tratado sobre a Moeda* de 1930, Keynes já refutava o dito neoclássico de que a poupança seria a via para o investimento. A poupança e o investimento são efetivados por duas classes distintas de pessoas e por diferentes motivos, não existindo assim, numa economia monetária de crédito, qualquer mecanismo automático que as equipare. Keynes aplica a análise da incerteza para explicar que parte da poupança seria retida para fins de especulação devido à incerteza quanto ao valor futuro dos ativos de capital. Deste modo, a

⁵ Para os Keynesianos, incerteza é definida como risco que é não quantificável, ou seja, não satisfaz as condições para um certo conhecimento, uma vez que os indivíduos são complexos inseridos numa estrutura de instituições com comportamentos não determinísticos (DOW, 2004). Em um mundo considerado como não ergódico, a existência da incerteza no tempo histórico, ou seja, tempo real, impede que os agentes possam projetar eventos passados para o futuro.

poupança não serve como pré-condição para o investimento, pois as expectativas traçadas pelos agentes são as que determinarão a quantidade que será investida (*animal spirits*).

Para Chick (2010), variação monetária depende do estado da economia no momento em que está ocorrendo a mudança e também de qual órgão emite a moeda. Uma variação de moeda em função da emissão monetária pelo governo pode ser resultado da compra de bens e serviços, estimulando diretamente a demanda. Destarte, quando a moeda é expandida por meio de aumento dos empréstimos bancários, o efeito da mudança depende daquilo que os tomadores fazem com os seus ganhos de empréstimos⁶.

Essa variação monetária pode causar impactos regionais diferenciados quando da realização de política monetária de âmbito nacional. Isso pode ser explicado pelas diferenças inter-regionais no que tange à estrutura produtiva setorial, composição da demanda agregada, tamanho e especialização do *tecido* empresarial, grau de segmentação financeira dos mercados financeiros e da abertura ao exterior (RODRÍGUEZ-FUENTES ET AL, 1997).

Dow e Fuentes (2006) citam diversos autores que testaram modelos em diferentes localidades como forma de comprovar a capacidade da moeda influenciar, através de políticas monetárias, as variáveis reais da economia. Bare (1976) testou um modelo baseado no argumento monetarista de que os ciclos econômicos se devem a choques monetários em nível regional e concluiu que seu modelo corrobora a importância da moeda nacional como fator determinante da renda regional, mas também, que a retenção da moeda pode causar fortes efeitos sobre a renda real. Garrison e Kort (1983) responderam as explicações monetaristas de Bare sobre o ciclo regional. Para tanto, fizeram uma estimativa da influência das variáveis fiscais e monetárias sobre o emprego por estado nos Estados Unidos, e concluíram que tais variáveis estimadas influenciam a atividade real. Miller (1978), com a finalidade de avaliar o impacto regional da política monetária americana, desenvolveu um modelo monetarista reduzido, composto de apenas duas regiões: Região Norte, que agrupava distritos do Fed, e o restante do país. O autor constatou que através da operação monetária exógena do Banco Central (Fed) houve uma alteração dos fluxos líquidos das regiões propagado pelo efeito multiplicador, gerando mudanças na atividade econômica da região, como no comércio inter-

⁶Chick (2010) exemplifica essa atitude as seguinte maneira: “Suponha-se que os empréstimos bancários sejam apenas dados para a construção de novo capital produtivo. Suponha-se que quando o empréstimo for realizado estará havendo uma capacidade muito reduzida nas indústrias de bens de investimento. A produção aumentará, e o primeiro movimento de crescimento tomará a forma de novos bens e capital. Se a indústria estiver trabalhando em plena capacidade produtiva, com a posse do empréstimo, o tomador impedirá que outros comprem, aumentando o preço dos bens de capital. (...). Os efeitos seriam opostos se os bancos tivessem concedido empréstimos destinado ao consumo (CHICK, p.213, 2010)”.

regional de bens e serviços. Ele conclui que a política monetária impactou numa taxa maior de crescimento da renda pessoal no restante do país do que na Região Norte.

Através dos exemplos citados acima, pode-se dizer que qualquer mudança ocorrida nas variáveis monetárias nacionais estabelecidas por parte das autoridades monetárias (e, portanto estabelecidas de forma exógena), terá tanto mais impactos quanto maiores forem as diferenças estruturais regionais, como mencionado anteriormente⁷.

Oreiro (2007) aborda que um grupo de economistas conhecidos como keynesianos americanos ou pós-keynesianos passaram a criticar a forma de tratamento dado às questões macroeconômicas, entre eles, Paul Davidson (1978) e Hyman Minsky (1982, 1986). Para esses autores, o ponto fundamental do pensamento keynesiano não seria a análise dos efeitos macroeconômicos diante de uma rigidez de preço e/ou salários nominais, mas sim a análise da existência da incerteza sobre o comportamento não probabilístico dos agentes nas suas tomadas de decisões.

A teoria pós-keynesiana esclarece, enfatiza e acrescenta elementos ligados à Teoria Keynesiana. Esta teoria começou a ser desenvolvida em meados da década de 70, com respostas às críticas ao keynesianismo feitas por economistas Novos Clássicos⁸ que buscavam explicações consistentes para o mundo real. Assim, os pós-keynesianos resgataram elementos inseridos da teoria de Keynes relacionados à incerteza e demais características da *Teoria Geral* que culminam na idéia da não neutralidade da moeda.

Para os pós-keynesianos a moeda é vista como uma representação geral da riqueza e um ativo que pode ser retido como poder de compra em sua mais pura forma de poder, com uma data futura indefinida de pagamentos e gastos. A capacidade de liquidar dívidas é relacionada ao seu atributo de liquidez por excelência (DE PAULA, 2003).

A análise macroeconômica como um todo trata a moeda como determinada exogeneamente, tendo as suas quantidades controladas, diretamente ou indiretamente pelo Banco Central. No entanto, a teoria pós-keynesiana assume que a moeda apresenta uma característica endógena, ou seja, as condições de liquidez da economia dependem da ação dos

⁷ O impacto de uma política nacional será neutro se somente as diferenças estruturais entre as regiões forem insignificantes. Pode-se assim assegurar que na realização de uma política monetária nacional afetaria as mesmas por igual ((RODRÍGUEZ-FUENTES ET AL, p.144, 1997).

⁸ A economia novo-clássica é baseada em extensas críticas à teoria Keynesiana no tratamento dado ao desemprego involuntário, rigidez de salários e expectativas da incerteza sobre o comportamento não probabilístico dos agentes nas suas tomadas de decisões. Cardim de Carvalho (2007) aborda que a escola Novo Clássica é conhecida como a escola das expectativas racionais, uma vez que os agentes formam expectativas não apenas olhando para trás, mas também para frente, o futuro. A construção da teoria novo-clássica parte do pressuposto de que a política monetária é incapaz de afetar as variáveis reais. Assim, mesmo que o desemprego esteja abaixo de sua taxa natural, a economia estará em seu ponto de equilíbrio, pois os agentes estão agindo racionalmente, buscando a maximização da sua satisfação, e as firma, o lucro.

bancos e de instituições financeiras no processo de financiamento das atividades produtivas. Neste sentido, os bancos constituem um elemento fundamental na economia, uma vez que estes obtêm a capacidade de criar moeda independente da quantidade ofertada por parte de uma autoridade monetária, superando, assim, a concepção da característica da moeda exógena (Costa, 1993).

Para Fontana (2003) a essência da teoria da moeda endógena é que o estoque de moeda é determinado pela demanda por crédito bancário, sendo esta demanda por crédito bancário influenciadora do nível de produção. Pode-se dizer que, neste caso, não há um excesso de oferta monetária na economia, pois esta oferta de moeda só é estimulada quando há uma contrapartida da demanda. Assim, a demanda nominal por moeda é sempre necessariamente igual à oferta. Portanto, é praticamente impossível conceber um excesso de moeda, justamente pelo fato da moeda entrar no mercado através de uma demanda correspondente.

Para Costa (1993), a teoria monetária pós-keynesiana negligencia a propriedade da moeda onde a sua disponibilidade é relativamente insensível à demanda existente. Assim, o autor defende a existência de uma Lei de Say⁹ invertida, onde a demanda cria a sua oferta, ou seja, a oferta de moeda creditícia é sensível à demanda. Dentro desta concepção endogenista, a moeda entra no sistema econômico através do crédito gerado pelo sistema bancário induzido pela sua demanda, onde por sua vez determina o investimento e não o nível de preços.

Para Fontana (2003), a preferência pela liquidez modifica o comportamento das famílias, firmas e empresas dando uma nova forma para o processo de criação, circulação e destruição de moeda. Quando a preferência pela liquidez é baixa, as famílias estão mais dispostas a trocar a moeda e depósitos correntes em ativos de curto e longo termo.

A preferência pela liquidez influenciada pelas incertezas, afeta a demanda e oferta de crédito, e do ponto de vista dos bancos a preferência pela liquidez de certa região influencia a disposição a emprestar quanto maior for a percepção ao risco ou difícil avaliação (DOW E FUENTES, 2006). Com o intuito de amenizar as incertezas das informações, o aumento da oferta de moeda pelos bancos concedido através dos empréstimos aos indivíduos se baseia em suas fontes de pagamento primárias que são os rendimentos líquidos auferidos pelos seus ativos, e secundários que são, por exemplo, receita com bens de ativos transacionáveis (DE PAULA et al, 2001).

⁹ A lei de Say se baseia no argumento de que a produção de um bem ou serviço gera um montante de rendimentos usado na compra desses bens e serviços produzidos. Isso é aplicável a n indivíduos e assumido para o conjunto da economia. Dentro dessa concepção, a oferta agregada cria a demanda agregada.

Portanto, existe uma necessidade dos banqueiros estruturarem os empréstimos de modo que os tomadores tenham chances de cumprirem as obrigações contratuais estabelecidas. Assim, antes de um banco emprestar, ele deve ter a consciência de como o tomador irá conseguir os recursos na economia para pagá-lo (Minsky *apud* DE PAULA, 1997).

O processo de expansão de empréstimos por parte do sistema bancário depende, sobretudo, segundo Madi (1995), das condições da rentabilidade dos bancos, da demanda de crédito e das preferências de liquidez dos indivíduos que possuem ativos financeiros. Além disso, a autora enfatiza que essa expansão dos empréstimos cria depósitos nas instituições financeiras, expandindo, de forma endógena, as moedas e as quase moedas. Para os pós-keynesianos esta relação entre depósitos e volume de empréstimos pode ser expressa da seguinte forma:

(...) o volume de depósitos é uma variável endogeneamente determinada pelo volume de empréstimo concedidos pelo banco. A criação de depósitos pode se dar por intermédio da realização de empréstimos, pois no momento em que o banco concede um empréstimo e o tomador utiliza os recursos emprestados, uma parte do depósito original volta para o banco que emprestou e uma outra parte é transferida para os demais bancos (SILVA E OREIRO, 2007, p.32)

Mesmo alegando que a atuação do sistema bancário é capaz de influenciar as variáveis reais em nível regional, os novos-keynesianos abordam que isso é reflexo das falhas de mercado, como informação imperfeita, assimetria ou custos de transação. Deste modo, para Stiglitz e Weiss (1981) os créditos concedidos pelos bancos são através das taxas de juros que eles recebem dos empréstimos, levando em consideração os riscos. A seleção adversa é outra falha de mercado causada pelas probabilidades de pagamento diferenciada dos diversos tomadores de crédito. Nas palavras de Stiglitz e Weiss:

It's a difficult to identify "good borrows," and to do so requires the bank to use a variety of screening devices. The interest rate which an individuals willing to pay may act as one such screening device: those who are willing to pay high interest rates may, on overage, be worse risks; they are willing to borrow at high interest rates because they perceive their probability of repaying the loan to be low (Stiglitz e Weiss, 1981, p.393).

Deste modo, a literatura novo-keynesiana sugere que a assimetria de informação explica o racionamento de crédito. Ao contrário da visão pós-keynesiana, que considera as imperfeições do mercado como norma. O racionamento do crédito nesta visão pode ser

explicado por fatores da demanda, pois a quantidade de crédito regional é resultado do jogo interdependente da oferta e demanda, podendo ser afetada por mudanças na preferência por liquidez.

Se considerar o componente especulativo de demanda por crédito, a base monetária regional nas operações de mercado e fluxos financeiros também pode ser influenciada. Dow (1987) não só considera apenas que mudanças na renda regional ocorreriam de modificações nos depósitos e créditos regionais, mas também abre a possibilidade de que mudanças na preferência por liquidez acarretem alterações endógenas de crédito regional, e consequentemente na renda regional.

De forma geral e baseando-se nas citações acima, pode-se dizer que o fluxo monetário regional através da oferta monetária creditícia é influenciado por três fatores¹⁰: i) demanda por crédito, funcionando como uma impulsora para a oferta; ii) variação na preferência por liquidez¹¹, pois uma alta preferência por liquidez dos bancos elevarão as suas reservas, impactando numa redução da oferta creditícia e vice-versa; e, iii) desenvolvimento bancário, o qual determina a facilidade do banco em estender créditos segundo quantidade de depósitos. Em regiões menos desenvolvidas, que por sua vez possuem estágios menores de desenvolvimento, são criadas menores quantidades de crédito, o que se reflete nas taxas de poupança e depósitos baixas, como será visto adiante.

2.2 Sistema bancário e desenvolvimento regional: contribuições da literatura pós-keynesiana

Embora existam na literatura diversos trabalhos que abordam a moeda como elemento influenciador das variáveis reais, a predominância na qual o elemento monetário está assentado é de que a moeda é neutra no longo prazo não impactando a economia real em nível regional, além de não fornecer ou não mencionar instrumentos de política monetária intra-regionais.

¹⁰ Um quarto fator que influenciaria a oferta de crédito bancária seria a taxa de juros. Silva e Oreiro (2007) elaboram um modelo em que um aumento da taxa de juros básica irá induzir os bancos a reduzir a oferta de crédito, elevando o número de projetos de investimento não obtidos pela firma bancária. A hipótese de determinação das taxas de juros dos empréstimos considerada neste modelo é que “a proporção esperada de retorno dos empréstimos pagos é uma função da taxa de juros e do nível percebido de fragilidade financeira” (p. 24). Assim, o valor das taxas de juros determinadas é inferior ao valor de equilíbrio dessa variável no qual igualariam oferta e demanda por crédito bancário.

¹¹ Segundo Cardim (2007), o problema do banco consiste em decidir a forma de distribuição dos recursos que ele cria ou coleta entre os diferentes itens (ativos e obrigações) que oferecem combinações específicas de retornos monetários esperados e prêmios de liquidez, em vez de somente escolher entre reservas ou empréstimos.

Isso pode ser constatado pela abordagem da teoria do *mainstream* que, além de rejeitar o papel da moeda como um componente que afeta o lado real da economia, negligencia a atuação dos bancos como agentes no processo de desenvolvimento regional. Esta teoria não distingue os atos dos indivíduos pouparem e investirem, pois isto não é relevante do ponto de vista teórico, uma vez que o financiamento do investimento era identificado como um acúmulo de poupanças individuais. Dentro desta ótica, o comportamento bancário se resumiria basicamente como um mero intermediador financeiro, que por sua vez facilitaria o contato entre poupadores e investidores, não tendo a capacidade de influenciar os resultados reais (STUDART, 1993).

Ao contrário do pensamento ortodoxo, os bancos possuem um papel fundamental na economia para os autores pós-keynesianos. Além de gerar um ciclo de relações entre a moeda e os indivíduos, podem desencadear o desenvolvimento de uma região, uma vez que a moeda e os fluxos financeiros têm sido considerados como fatores de diferenças regionais (DOW 1982 apud AMADO 1997).

Os pós-keynesianos alegam que a teoria ortodoxa da firma bancária constitui de uma construção insatisfatória para a análise do comportamento bancário, pois o problema não é escolher apenas entre ativos que são líquidos ou aqueles que não possuem liquidez, mas sim entre os diferentes graus de liquidez, rentabilidade e riscos associados entre os diversos ativos mantidos em carteira (SILVA E OREIRO, 2007).

Exemplos encontrados na literatura que abordam uma relação de causalidade entre desenvolvimento ou crescimento econômico e finanças podem ser visualizados nos trabalhos de Levine et al (1998, 2000) e Guiso et al (2002).

Levine (1998) define uma relação entre crescimento econômico no longo prazo entre mercado de ações e desenvolvimento bancário. Para isso, ele constrói indicadores empíricos¹² para o mercado acionário como os de liquidez, tamanho, volatilidade e, integração com os mercados mundiais. Além disso, utiliza uma medida relacionada ao desenvolvimento bancário e os componentes do crescimento econômico. Levine constatou que, depois de controlar as muitas variáveis que também se associam ao crescimento, o desenvolvimento bancário é positivamente correlacionado com a taxa contemporânea e futura de crescimento econômico, acumulação de capital e crescimento da produtividade, principalmente quando os bancos oferecem serviços diferenciados para a economia.

¹² Para informações mais detalhadas sobre cada indicador, ver Levine et al(1998, p.540-543)

Levine et al (2000) examinou a natureza dos efeitos do desenvolvimento dos intermediários financeiros no crescimento econômico para 74 países no período compreendido entre 1960-1995. Para tanto, o autor desenvolve três indicadores de desenvolvimento para intermediários financeiros. O primeiro indicador utilizado é liquidez dos ativos, que corresponde a liquidez dos ativos do sistema financeiro dividido pelo PIB. O segundo indicador se refere aos bancos comerciais e bancos centrais correspondendo à relação entre os ativos dos bancos comerciais dividida pela quantidade de bancos comerciais mais ativos dos bancos centrais. Por fim, o terceiro indicador se refere ao crédito privado igual ao crédito do sistema bancário para o setor privado dividido pelo PIB.

Em ambos trabalhos de Levine et al (1998 e 2000), como se pode constatar, não são incorporados elementos de caráter regional para explicar a causalidade da relação entre crescimento e finanças. Um trabalho que se aproxima desta discussão dentro do âmbito regional pode ser verificado no escrito de Guiso et al (2002).

Guiso et al (2002) realiza um estudo sobre a importância do desenvolvimento do sistema financeiro local nas regiões da Itália. Ele demonstra que embora os mercados financeiros estejam cada vez mais integrados com o mundo, o desenvolvimento do sistema financeiro local é de crucial importância, pois o mesmo se torna um componente de importância diferenciada para grandes e pequenas empresas e principalmente para o surgimento de novas firmas.

O autor alerta que devido à globalização mundial, as grandes empresas dão importância relativa ao sistema financeiro local, ao contrário das pequenas empresas que depositam a sua confiança nele. Por conseguinte, Guiso et al (2002) conclui que devido a esta maior integração mundial, o apoio governamental ao sistema financeiro local tende a desaparecer, o que explica o subdesenvolvimento de diversas regiões da Itália.

Dow (1987), com a finalidade de atribuir as condições financeiras e a moeda como fatores do desenvolvimento regional, utiliza os elementos da dependência cumulativa e a teoria monetária de Keynes. A autora incorpora estes elementos para a elaboração de uma teoria que identifica os efeitos cumulativos que podem ser originados pelo sistema financeiro quando da existência de fortes desigualdades entre as regiões.

Ao elaborar o princípio da teoria da causação circular cumulativa, Myrdal (1965) aborda que este conceito envolve diversas forças que tendem a agir e reagir independentemente, de sorte a manter uma região pobre em estado de pobreza. A exemplificação é a seguinte:

Assim, um homem pobre que talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre, o que por sua vez implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante. (...) o processo cumulativo quando não controlado, promoverá desigualdades crescentes (Myrdal, p.32-33, 1965).

Deste modo, as forças de mercado não se movem de forma independente e espontânea em direção ao equilíbrio estável, ao contrário, se afastam dessa posição constantemente. Por isso, em virtude da causação circular o processo tende a se tornar cumulativo, aumentando cada vez mais a sua velocidade.

No entanto, se houverem mudanças compensatórias, o efeito cumulativo será arrefecido, podendo ser detido por inteiro todo o processo. Mesmo que as forças se equilibrem de modo recíproco, o equilíbrio não poderá ser totalmente verificado, pois se tratará de um equilíbrio instável. Dessa maneira, em ambos os lados desse equilíbrio instável, o sistema continuará a desencadear um processo cumulativo, no qual nem todas as mudanças são unidirecionais e relacionadas.

Assim, os bancos podem gerar processos cumulativos que acentuam ainda mais a desigualdade regional. Dow tenta explicar este processo através da caracterização das regiões periféricas e centrais (QUADRO 01).

Quadro 01 - Caracterização do centro e da periferia

Características	Centro	Periferia
Trajatórias de crescimento	Estáveis	Instáveis
Variável dinâmica para o crescimento	Endógena	Exógena (exportações)
Concentração da produção	Secundário e terciário	Primário e terciário
Propensão a importar	Baixa	Alta
Arranjos Institucionais (desenvolvimento)	Grande	Pequeno
Mercado financeiro	Grande	Pequeno
Liquidez dos ativos	Alta	Baixa
Bases para difusão de informações	Sólidas	Voláteis
Incerteza	Pequena	Grande

Fonte: Amado (1998)

Para a autora, as regiões centrais possuem densidade populacional e atividades econômicas de modo a permitir o fornecimento de bens e serviços centrais para si mesmas e para regiões mais próximas. De modo geral, estas regiões são prósperas com mercados ativos

e sofisticação financeira, marcadas por uma trajetória de estável desenvolvimento, baixa propensão a importar e trajetória de crescimento auto gerada e retroalimentada¹³.

Dadas as características que as regiões centrais possuem, pode-se afirmar que a liquidez proporcionada pelos ativos deste tipo de região é alta, uma vez que as bases para a difusão de informações são mais fortes (amenizando o problema da informação assimétrica), a incerteza é menor e o processo produtivo está aplicado nos setores secundário e terciário, diferentemente da periferia, onde a sua produção é direcionada para os setores primário e terciário.

Já as regiões periféricas têm como características a instabilidade e um baixo nível de desenvolvimento econômico. A volatilidade destas é explicada pelo fato de serem dependentes economicamente do centro, uma vez que grande parte da sua receita de produção é dependida das regiões centrais. Barra e Crocco (2002) destacam que a periferia seria uma economia estagnada, com tênues mercados e baixo grau de sofisticação financeira. Esta estagnação é decorrente de sua economia ser concentrada em produtos primários e manufaturas de baixa tecnologia.

Desta forma, uma região que apresenta difícil avaliação ou assimetria de informações de, por exemplo, os indivíduos honrarem seus compromissos de pagamento, os bancos adotarão uma postura cautelosa no tocante a oferta de crédito e empréstimos destinada aos agentes que residem neste tipo de região, através do aumento de sua liquidez verificada na elevação de suas reservas bancárias, o que impactaria numa diminuição da liquidez do público.

Através das características de cada tipo de região definida, pode-se constatar que a preferência pela liquidez é maior na periferia do que no centro. Isso acontece devido ao ambiente de incerteza que está intrinsecamente contido nas regiões periféricas, gerando instabilidade. Para Crocco *et al* (2003), a instabilidade e incerteza levam os bancos e indivíduos localizados na periferia a reterem moeda. Esses fatores são ocasionados devido ao alto risco de perda de capital para os bancos relacionados ao risco e *default* (descumprimento) dos empréstimos. Nas palavras de Dow:

(...) where availability of credit is never assured, liquidity preference will be high. For the nonbank public, this means not only a relatively high preference for holding bank deposits, but also a preference for any longer term investment to be in national securities rather than local regional assets.

¹³ Amado (2006) utiliza este termo para abordar que a concentração bancária nas regiões centrais reforça uma concentração industrial que por sua vez reforça a concentração bancária.

This latter preference is manifested both in a lowering of the price of regional assets, and the value of the regional bank multiplier (DOW, p. 18, 1987)

Assim, essa alta preferência por liquidez é também manifestada na preferência de ativos nacionais em detrimento dos ativos locais reduzindo o multiplicador bancário¹⁴ e oferta de crédito local, reforçando a preferência por liquidez do público não bancário. Resumidamente, uma elevada preferência por liquidez aumenta o investimento em ativos nacionais em vez de regionais, o que reduz o multiplicador bancário resultando numa demanda insatisfeita por crédito.

Amado (1997) complementa que a preferência por liquidez dos indivíduos da periferia seria maior tanto pelo motivo transação quanto especulação. A autora relata que como o motivo transação está relacionado com gastos ou ganhos imprevistos e, como a instabilidade e a incerteza são maiores, a renda retida neste tipo de região tende a ser elevada. Outro fator que agrega uma maior retenção de moeda pelos indivíduos pelo motivo transação está associado aos arranjos institucionais bastante frágeis. Quanto à especulação, a autora completa que a demanda por moeda por este motivo será maior, pois:

(...) como essas economias estão sujeitas a uma maior instabilidade, os agentes tendem a ter uma demanda especulativa por moeda maior, lhes sendo dada não só a possibilidade de especular com ativos da própria região como também de especular com os ativos da região central (AMADO 1997, p.21).

De acordo com Nogueira *et al* (2009), os bancos das regiões periféricas preferem manter um nível acentuado de reservas, restringindo os empréstimos locais, encorajando a concentração bancária no centro. Devido à preferência por liquidez do público ser maior na periferia, a quantidade de parcelas a vista sobre a prazo seria maior, o que obrigaria os bancos a diminuírem o prazo dos empréstimos para ajustar o menor prazo dos depósitos, gerando um menor fluxo monetário na região.

Logo, se a quantidade de depósitos à prazo sobre depósitos à vista for elevada (região central), a região em que o sistema bancário está inserido possui relativa vantagem, pois a oferta de crédito nesta região será maior (do que na periferia), contribuindo assim para o financiamento de eventuais investimentos e desenvolvimento da mesma.

¹⁴ O multiplicador bancário pode ser definido pelo limite do processo de expansão de “reempréstimos” e “redepósitos”, feito pelos clientes que o receberam. Para cada valor D de depósitos, é necessário constituir reservas ($R=R_1+R_2$), onde R_1 são reservas voluntárias e R_2 reservas compulsórias. Assim o multiplicador bancário é dado pela seguinte expressão: $1/(r_1+r_2)$.

Na visão de Figueiredo (2006), quanto maior a centralidade em que a região estiver inserida, maior a diversificação dos setores secundários e terciários ampliando deste modo, as alternativas de investimento dos bancos ao possibilitar a diversificação de suas carteiras, constatando, assim, uma menor preferência pela liquidez por parte das instituições bancárias. Segundo a autora, os empresários também terão uma preferência por liquidez baixa, propiciada pelas externalidades ligadas à diversificação da economia.

Cavalcante et al (2006) analisaram diferentes taxas de juros praticadas no centro e na periferia. Os autores mostram que nas regiões centrais os juros são menores, pois existe uma maior demanda de crédito pelos agentes e condições propícias de investimento, ao contrário das regiões periféricas, que trabalham com taxas de juros altas devido ao maior risco de *default*, refletindo uma baixa oferta de crédito do sistema bancário.

Roberts e Fishind (1979) apud Chick e Rodríguez-Fuentes (2006) observam que as taxas de juros se diferenciam das taxas nacionais, variando entre bancos nacionalmente como reflexo das diferenças regionais¹⁵. Quanto mais isolada se encontra a região, maior será o *spread* bancário e, por conseguinte, o diferencial das taxas regionais de juros. Esse *spread*¹⁶ alto se deve aos maiores custos de transação e elevados custos de informação acerca das condições financeiras derivadas do isolamento que se encontram estas regiões.

As taxas de juros praticadas em diferentes regiões tendem a aumentar ainda mais o risco de descumprimento e inadimplência dos empréstimos. Pelo fato dos pagamentos de juros serem elevados, os indivíduos seriam incapazes e teriam poucas chances de cumprir com o pagamento dos juros altos.

De forma geral, os agentes econômicos tomam as suas decisões considerando o grau de confiança¹⁷ das suas expectativas e no quanto de incerteza que desejam enfrentar. Logo, se estes agentes estão inseridos num ambiente de incerteza com elevado grau, como é verificado na periferia, mais frágeis serão as expectativas, o que resultará numa maior preferência por liquidez.

Para Mollo (2004), a junção de incerteza elevada com baixa expectativa de investimento leva ao comprometimento na decisão dos agentes econômicos em relação ao investimento (induzindo os mesmos a reterem moeda), impactando numa restrição do crescimento da renda e do emprego via efeito multiplicador.

¹⁵ Através da caracterização centro-periferia.

¹⁶ O *spread* bancário consiste basicamente na diferença entre taxas de juros dos empréstimos e taxas de juros dos depósitos.

¹⁷ Dow (1987, p.21) interpreta o estado de confiança nos ativos das regiões como fator determinante do nível de crédito, depósitos e renda, o que torna a teoria financeira regional mais compatível com a teoria monetária Keynesiana.

A relação entre localização e crescimento regional na vertente neoclássica é considerada como simplista, uma vez que esta não aborda como realmente os agentes econômicos se comportam. Segundo Richardson (1973), as decisões dos agentes se baseiam num perfeito conhecimento e na maximização de lucro. Para o autor, esta solução não pode ser adotada, pois:

Imperfections in knowledge, uncertainties about the future course of costs and revenues at each location, high relocation costs, personal location preference and other considerations make a profit-maximising location model unacceptable (RICHARDSON, 1973, p.54-55).

Assim, existe uma tendência dos bancos se localizarem em regiões centrais. De modo que a concentração financeira tende a levar a uma concentração de setores produtivos mais dinâmicos via maior concessão de volume de crédito, o que tende a ampliar as disparidades regionais (AMADO, 1998). Existe uma tendência inerente do sistema financeiro em se concentrar em regiões específicas. Esta tendência reflete na capacidade dos bancos dos centros financeiros inspirarem mais confiança e então gerarem mais crescimento e lucro, uma vez que estes centros são importantes empregadores e geradores de renda, sendo, portanto, este um argumento locacional de considerável importância (DOW, 1999).

Essa concentração bancária, na visão de Almeida (2007), funciona como um *trade-off* entre estabilidade e competitividade do sistema. Ele destaca que quanto mais forte é a concentração maior será a estabilidade, diversificação da atuação e poder de mercado dos bancos, majorando os lucros destas instituições. Deste modo, um número menor de instituições financeiras, ocasionado pela concentração, seria mais fácil monitorar e fiscalizar o sistema bancário, o que acarretaria numa queda no risco de falências bancárias e crises no sistema financeiro.

Dow (1999), objetivando uma explicação da relação entre desenvolvimento regional e o sistema bancário, segmenta evolução deste último em seis estágios¹⁸.

No primeiro estágio o sistema financeiro é limitado pela quantidade de moeda em circulação e pela eficiência pela qual ela é usada. Assim, a capacidade de expandir o crédito está atrelada à capacidade dos bancos em conseguir quantidades poupadas pelo público. Aqui investimentos são limitados pela quantidade de poupança. Além disso, este estágio se

¹⁸ O desenvolvimento bancário também pode ser afetado pela velocidade-renda da moeda. Os agentes utilizam parte de sua renda aplicada enquanto não a utilizam para o consumo. Quanto maior a facilidade de ida aos bancos para as convenções de aplicações em moeda, menor será a quantidade de moeda retida pelos agentes, e maior, portanto, a velocidade da moeda.

caracteriza pela inexistência de bancos múltiplos, uma vez que os bancos funcionam puramente como intermediários financeiros.

No segundo estágio, os depósitos são usados como moeda, devido à maior confiança que o público deposita nele. Esta confiança se traduz na flexibilidade que o sistema bancário possui em manter uma quantidade mínima de reservas, o que favorece a concessão de empréstimos. Os bancos podem usar a quantidade de depósitos para emprestar, e, assim, os depósitos são consequência do aumento do volume de empréstimos. Os investimentos podem agora proceder a poupança.

A marca característica do terceiro estágio constitui os empréstimos interbancários, dando ousadia aos bancos emprestarem uma maior quantidade de suas reservas. Normalmente, o banco central já existe neste estágio como resultado da evolução do mercado, gerando uma ampliação da base monetária. A criação de créditos é ainda limitada pelo volume de reservas bancárias. Nas palavras de Dow:

When Banks in one geographical area lose reserves to Banks in another area, the former find their soundness threatened, while the latter may not have immediate alternative uses to which to put the namely acquired reserves. Further, they learn that confidence in the soundness of banks is subject to contagion. If a bank in one area fails and word spreads to neighbouring areas, confidence in other banks may suffer. Therefore, it is in banks' mutual interest to limit competition to some degree in order to maintain the general confidence held in the banking system as a whole (p.38, 1999).

No quarto estágio, o banco central possui o papel de socorrer os bancos em épocas de crises e é reconhecido como a instituição que pode ajudar o sistema bancário a manter a sua estabilidade, possuindo o papel de prestador de última instância.

No quinto estágio, que caracterizou o sistema bancário britânico da década de 70, há uma competição de serviços oferecidos por instituições bancárias e novos intermediários financeiros não bancários. Por fim, no sexto estágio os bancos aumentam a proporção de maus emprestadores, devido aos empréstimos excessivos realizados no quinto estágio.

As regiões mais distantes do centro, periféricas, possuem estágios de desenvolvimento bancário mais atrasados, ao contrário das regiões do centro, em que os estágios encontram-se mais avançados.

Percebe-se que existe uma relação entre o grau de desenvolvimento do sistema bancário e facilidade da inserção de crédito numa determinada região. A partir do momento em que o sistema bancário vai se estruturando, ou seja, ampliando as suas carteiras e funções, (seja através do aumento de depósitos, empréstimos interbancários ou ajuda financeira por

parte de uma autoridade monetária), isso repercute numa maior capacidade de os bancos participarem diretamente e ativamente do processo de criação de moeda.

O sistema bancário não constitui apenas um elemento intermediador entre investidores e poupadores (como tem sido abordado pela vertente neoclássica); o mesmo tem uma participação ativa, principalmente nas situações de crescimento, e, principalmente, na determinação do financiamento do investimento (STUDART, 1993).

Para Amado (1998), a evolução do sistema bancário permite acentuar ainda mais a não neutralidade da moeda e os círculos viciosos que ele gera, levando a não adesão dos resultados ditos pelos neoclássicos baseados na hipótese de que o sistema agia na redução das desigualdades regionais.

Este processo de desigualdade tende a se acentuar justamente pela postura diferenciada que os bancos adotam frente às regiões periféricas e centrais. Sendo a periferia caracterizada pelo baixo nível de crescimento e instabilidade, os bancos optariam por uma maior disponibilidade de volume de recursos para a região central do que na periferia, levando ao fechamento de agências e sedes bancárias nesta última, e assim a concentração do setor bancário nas regiões centrais se consolidaria.

Vale ressaltar que quando os bancos têm seu centro de decisões localizados no centro, as informações e sua formação de expectativas serão mais voláteis sobre os projetos em regiões mais afastadas, periféricas. Dessa forma, o grau de confiança dos bancos sobre esses projetos será muito menor, acarretando numa maior restrição ao crédito. Já os bancos localizados na periferia obterão maiores informações sobre os projetos da própria periferia, possuindo, portanto, bases de informação mais sólidas em relação às de outros bancos que não se encontram neste tipo de região (Amado, 2006). Portanto, haverá maior facilidade em conceder crédito aos projetos da periferia.

No entanto, devido o estágio de *subdesenvolvimento* encontrado pelos bancos na periferia, verificado pelas baixas quantidades de depósitos e reservas insuficientes, os bancos não terão condições de financiar projetos de porte médio ou grande nessas regiões, pois mesmo conhecendo-os, não possuirão créditos disponíveis para a realização dos mesmos. Dessa forma, torna-se indispensável a ajuda de outros bancos, aqueles sediados no centro, que por sua vez, possuem maiores fluxos de crédito para complementar ou realizar por inteiro a quantidade a ser investida.

Dessa forma, quando o sistema bancário não possui um tipo de controle para operar de maneira diferente, ou seja, quando não há medidas de intervenção governamental, como por exemplo, abertura de agências públicas em regiões periféricas com capacidade de financiar os

projetos destas regiões, os bancos tendem a se transformar em instrumentos que drenam recursos e poupanças para as regiões mais ricas, tornando-as ainda mais díspares.

Cabe ressaltar que não basta apenas o banco financiar os projetos das regiões afastadas do centro estando distante das mesmas. Isso porque os bancos possuem uma característica que une a moeda e os indivíduos, assim, no longo prazo, a presença de um sistema bancário desenvolvido e disposto a atender a demanda de crédito dos agentes, gerará um fluxo contínuo nessas regiões, repercutindo num crescimento duradouro e sustentável.

Diante do que foi discutido até aqui, pode-se constatar que o Sistema Bancário é capaz de modificar a economia de uma região, pois através da sua capacidade de participação dos processos de criação de moeda, inserção e geração de crédito, o mesmo torna-se a principal ferramenta para financiar o desenvolvimento regional. Não obstante, as características intrínsecas regionais sevem como um elemento para a localização bancária.

Há um crescente consenso na literatura de que a disponibilidade de crédito bancário é variável fundamental na determinação do crescimento econômico. Embora a existência de um sistema bancário desenvolvido e disposto a atender a demanda por crédito não seja condição suficiente para desenvolvimento de uma região, é, por certo, uma condição necessária.

2.3 Conclusão

Este capítulo analisou o comportamento da moeda inserido no contexto regional. Como foi visto, o surgimento da teoria pós-keynesiana se deu através de uma releitura da obra de Keynes, pois os expoentes dessa escola estavam insatisfeitos com as respostas dadas as questões macroeconômicas pela teoria novo-clássica. Dentro deste contexto, a teoria Keynesiana fornece bases para o entendimento do pensamento pós-keynesiano, pois esta última visão teórica foi construída tendo como questões fundamentais a não neutralidade da moeda, a abordagem da preferência por liquidez e à incerteza.

Ao adicionar a característica endógena da moeda, os pós-keynesianos abordam que os bancos exercem um papel fundamental na economia, que é o de ofertar moeda sem depender das autoridades monetárias, gerando impactos reais sobre as regiões em que estão inseridos. Assim, a quantidade de moeda não determina o nível de preços, mas sim, a quantidade que será destinada para possíveis investimentos.

Segundo a visão pós-keynesiana, a relação entre desenvolvimento do sistema bancário e crescimento econômico é estreita. Moeda e bancos não são neutros do ponto de vista dos seus impactos sobre a atividade econômica, inclusive no que se refere às desigualdades

regionais. Quando as forças de mercado tendem a atuar livremente, o sistema bancário pode acentuar as disparidades econômicas regionais.

A necessidade do governo de criar mecanismos como forma de reduzir essas disparidades torna-se latente. Tais mecanismos podem estar baseados em políticas públicas bancárias que atendam as necessidades de financiamento regional, principalmente em regiões da periferia, que se caracterizam pela baixa dinamicidade econômica.

Baseando-se em Dow (1990), Amado (1998) sugere intervenções do estado através de políticas monetárias como forma de arrefecer o processo de desigualdades, através de encaixes compulsórios diversificados segundo as regiões. Segundo a autora, nas regiões periféricas, em que os bancos voluntariamente estipulam maiores reservas voluntárias, as mesmas poderiam manter menores encaixes compulsórios, elevando os multiplicadores.

Por fim, Amado (1998) alega que, nas regiões periféricas, a atuação de um sistema bancário regional que contasse com bancos públicos, geridos pela própria região, evitaria problemas relativos às bases remotas de dados que geram bases voláteis para a formação de expectativas na periferia. Com isso, as empresas localizadas nas regiões periférica teriam um acesso mais facilitado a créditos e empréstimos.

3 CRESCIMENTO ECONÔMICO, CRÉDITO E DESIGUALDADE REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Apesar da recente expansão da economia capixaba relacionada às taxas elevadas de seu crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), o Estado do Espírito Santo é caracterizado como periférico. Autores como Villaschi (1999), Caçador e Grassi (2008) atentam para o fato da baixa capacidade inovativa comparativamente a algumas regiões¹⁹ brasileiras. Dentre os diversos motivos que tais autores ressaltam sobre esse aspecto, pode-se citar: produção científica e tecnológica do estado é baixa (praticamente não existe articulação entre instituições de ensino e pesquisa com o setor produtivo), taxas de cooperação de objetivando a inovação são menores que a média nacional e, além disso, os setores produtivos concentram sua produção em atividades de baixa intensidade tecnológica.

Devido às características mencionadas acima, os estudos realizados pelos autores citados classificam o estado numa posição inferior a algumas regiões brasileiras. O que os autores não mencionam é que, além dessa “inferioridade nacional”, existe uma inferioridade interna, comparativamente às suas próprias regiões, verificada pela exclusão econômica e financeira de diversas localidades do estado.

O Espírito Santo apresenta uma configuração bastante heterogênea no tocante ao desenvolvimento regional. O crescimento desfrutado nos últimos anos pelo estado se concentrou apenas na região metropolitana de Vitória e alguns municípios litorâneos (Linhares e Aracruz ao norte e Anchieta ao sul), dando ao mesmo um caráter polarizador, reunindo nesta região as principais atividades de dinamismo econômico. As regiões localizadas a oeste do estado são as menos beneficiadas por tal crescimento, possuindo os piores indicadores sócio-econômicos e baixo acesso a serviços financeiros, como será visto adiante.

Estado localizado na região Sudeste do Brasil, possui 3.514.952 de habitantes, com distribuição espacial em 4 mesorregiões, 13 microrregiões²⁰ e 78 municípios (IBGE, 2010). As mesorregiões existentes no estado são denominadas como: noroeste espírito-santense, litoral norte espírito-santense, central espírito-santense e sul espírito-santense. A região

¹⁹ Caçador e Grassi (2008) tomam como referência a região do polígono, de acordo com Diniz (1993), para realizarem as análises comparativas.

²⁰ Segundo o Instituto Jones Santos Neves (IJSN), a divisão microrregional do estado do Espírito Santo consiste em 12 microrregiões.

Central é composta pelos principais municípios do estado, tanto em termos populacionais como econômicos. As microrregiões compreendidas por ela são: Vitória, Santa Teresa, Guarapari e Afonso Cláudio.

Este capítulo se preocupa em analisar essa trajetória de crescimento do estado, destacando os principais ciclos vivenciados desde o século passado, com ênfase na década de 1990 e 2000. Bittencourt (2006), Buffon (1992), Rocha e Morandi (1991) analisam a trajetória da economia capixaba e o que a diferencia em relação aos demais estados do Sudeste. Os autores analisam sobre o atraso econômico que o estado sofreu, desde o período cafeeiro (onde a estrutura produtiva se assentava nas pequenas propriedades, ao contrário dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que possuíam uma agricultura extensiva), repercutindo no atraso de seu processo de industrialização.

O diferencial deste capítulo em relação aos autores mencionados anteriormente se baseia no processo das disparidades regionais verificadas no estado como fruto de um contexto histórico e econômico sem uma política ativa de regionalização. Na literatura nacional, diversos trabalhos estudam as desigualdades regionais no Brasil, destacando o atraso relativo do Nordeste em relação às demais regiões do país (Diniz 1993 ; Barros 2011 ; Haddad, 1993 ; Azzoni, 1997).

Portanto, a proposta fundamental desta seção é investigar as desigualdades existentes no interior do estado, ou seja, as intra-regionais, tendo em vista a carência de trabalhos que analisam as desigualdades no Espírito Santo sob um ponto de vista, não apenas voltado ao crescimento verificado ao longo destes anos, mas sim, para o seu desenvolvimento econômico-social. Para tanto, analisar-se-á indicadores econômicos, financeiros e sociais, realizando uma análise comparativa espacial.

Por fim, neste capítulo serão apontadas algumas discrepâncias na região oeste do estado, chamando para a discussão outras instituições como governos, associações privadas, universidades, objetivando acentuar este debate para reverter o cenário de atraso e estagnação da região oeste, implementando políticas de regionalização eficazes.

3.1 Do café à industrialização tardia: Uma breve síntese da economia capixaba

A economia capixaba vem se destacando pelas elevadas taxas de crescimento nas últimas décadas, verificadas nos principais setores econômicos: agricultura, serviços e indústria. Este crescimento acentuado tem sido alimentado, sobretudo, pelo desenvolvimento do setor industrial voltado para a exportação de *commodities*, e também pelo setor de serviços que tem aumentado gradualmente a sua participação.

No setor agropecuário, o Espírito Santo se destaca pela sua produção de café tipo *conilon*, obtendo um aumento constante de sua produtividade desde a década de 90. A participação do estado a nível nacional representa cerca de 25%, com produção de 9 milhões de sacas (IJSN, 2010). Outro ramo agrícola que possui uma possibilidade de crescimento no estado é o da fruticultura, com destaque para a produção de mamão (40% da produção nacional) seguida de laranja, banana e maracujá.

No setor industrial, os segmentos mais expressivos no estado são a siderurgia e a fabricação de celulose, sendo também o segundo produtor de petróleo e gás natural, além de exportar ferro, aço e granito. Outras atividades que possuem importância neste setor é o alimentício, madeireiro e têxtil.

A evolução histórica da economia capixaba pode ser evidenciada em 3 ciclos de desenvolvimento:

- **1º Ciclo de Desenvolvimento (meados do século XIX até a década de 1950)**- ficou conhecido como o ciclo do café e cuja estrutura a produção se dava em pequenos estabelecimentos, e possuía base familiar.
- **2º Ciclo de Desenvolvimento (1960-1990)**- Este ciclo foi compreendido de duas fases. A 1ª fase foi baseada na instalação de pequenas e médias empresas no estado (1960-1975). Já a 2ª fase foi caracterizada pelos “Grandes Projetos”, pois era baseada no crescimento e instalação de grandes indústrias produtoras de *commodities*.
- **3º Ciclo de Desenvolvimento (iniciado em 1990)**- Apesar da inclusão de outras atividades no estado, verificadas pela diversificação qualitativa da economia local, houve um aumento da dependência do setor de *commodities*, marcado fundamentalmente pelo renascimento da indústria petrolífera no estado.

Vale ressaltar que a expressão “Ciclos de Desenvolvimento” foi criada pelo governo do Espírito Santo por meio de um documento denominado ES2025, que nada mais é do que uma previsão de investimentos a serem realizados pelo estado até o ano de 2025. Este documento aborda que o segundo ciclo de desenvolvimento se iniciou em 1960, estendendo-

se até 2005. A partir de 2005 inicia o 3º Ciclo na economia, perdurando até 2025. No entanto, como salientado por Caçador (2008), o 3º Ciclo de Desenvolvimento começa na década de 1990, pois é nesse período que surgem novas atividades econômicas no estado, processo que auto denominou de “diversificação concentradora²¹”. Neste trabalho, será abordado a visão deste último autor, pois é a que mais se adéqua às realidades do estado.

O 1º Ciclo de Desenvolvimento teve o café como o produto de principal atividade na economia do Espírito Santo, sendo que a produção agroexportadora cafeeira era centrada em pequena escala. Tal ciclo iniciado no estado girou em torno das plantações de café, e tal atividade cafeeira no Espírito Santo contava com 75% dos estabelecimentos rurais, além de contribuir com 1/3 da renda gerada e com 40% das receitas tributárias no estado (SEP, 2006).

No período cafeeiro grande parte dos créditos e financiamentos concedidos eram destinados ao setor cafeeiro para a sua expansão e auto-sustentação em tempos de crise. No entanto, demais atividades econômicas do estado foram beneficiadas pelos auxílios bancários concedidos aos produtores, como por exemplo, água, luz, esgoto, bondes elétricos, telefonia e alguns empreendimentos de caráter industrial (COSTA NETO, 2004).

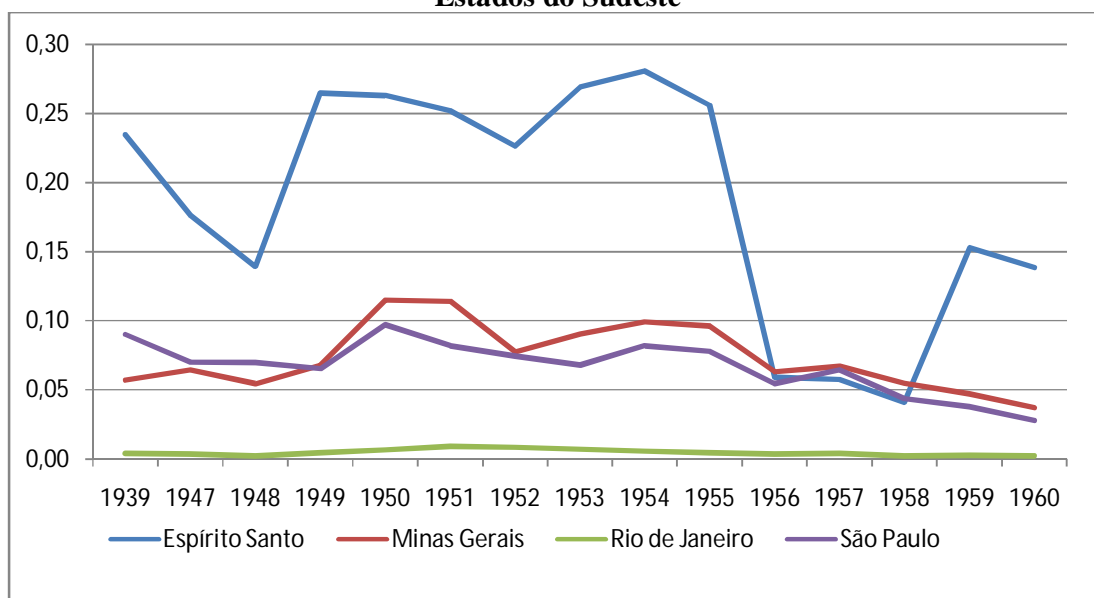
Embora o café fosse considerado o principal produto de exportação no Espírito Santo e constituísse como elemento que gerava grandes quantidades de renda interna e receita pública, a dinâmica da economia cafeeira era baseada em pequenos produtores, caracterizada pela grande dispersão fundiária e pela não acumulação e centralização de capital comercial. Isso contribuiu para uma não diversificação da estrutura produtiva no Estado que fosse menos dependente das variações internacionais relacionadas à demanda e preço do café. Portanto, essa ausência de acumulação de capital e até mesmo de excedentes oriundos das vendas do café, impediu a diversificação da produção, o que dificultaria o processo de industrialização no Estado.

Com a decadência do café, inicia-se o ciclo da diversificação econômica, tendo o setor industrial um relativo aumento de sua participação, caracterizando o **2º ciclo de desenvolvimento econômico**. Esse aumento da participação da indústria foi decorrente dos investimentos realizados pelo governo federal através do Plano de Metas. Pode-se dizer que, a partir desse momento, o Espírito Santo começará uma nova etapa de sua economia, perdurando até os dias atuais.

²¹ Como se verá mais adiante, esse período pode ser caracterizado pela evolução das atividades econômicas relacionadas ao comércio exterior, além do ressurgimento de outras, como por exemplo, a extração de petróleo.

Mesmo com a decadência do café, verificada pela expressiva desvalorização de seu preço no comércio internacional, o Espírito Santo ainda se destacava entre os principais estados que se dedicavam ao cultivo deste produto, visto pela significativa participação neste setor em relação ao PIB total, como pode ser verificado 01, onde o café era a principal fonte de renda externa. De acordo com o gráfico 01, após 1958, todos os Estados continuaram perdendo participação da renda gerada pelo café em relação a quantidade total do PIB, à exceção do Espírito Santo.

Gráfico 01 – Participação no PIB do setor cafeeiro em relação ao PIB Total para os Estados do Sudeste



Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do IPEADATA (2011)

Em meados da década de 1960 a carteira de crédito agrícola do Banco de Crédito Agrícola foi expandida consideravelmente, uma vez que neste período houve uma erradicação dos cafezais velhos e deficitários, reduzindo a produção de café no estado de 2 milhões para 500 mil sacas. Isso impactou numa queda acentuada da receita gerada no estado, refletindo negativamente em todos os setores da economia.

Embora a balança comercial auferia sucessivos superávits no estado, a variedade exportada para demais países era pouco ou nada diversificada. Mota (2002, p.49) exemplifica que apenas os produtos minério de ferro e café em grãos, representavam a quantia de 88,3%²²

²² Estatística correspondente ao ano 1953.

do total exportado ao exterior. Essa quantidade exportada servia para cobrir os constantes déficits no comércio intra-regional.

Em 1956 o governo federal adotou novas medidas do ponto de vista de desenvolvimento regional, representando o conhecimento de desigualdades espaciais surgidas a partir do processo de industrialização acelerada. Estas medidas estavam atreladas à lei que prorrogou o Fundo de Reparcelamento Econômico, em que 25% dos recursos arrecadados por este Fundo deveriam ser aplicados às regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e para o Espírito Santo, com o objetivo de elevar a renda per capita, e melhoria das condições da economia (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004).

Nesta época, inúmeras instituições no país surgiram com a expressão denominada “banco de desenvolvimento”, pois além do exemplo e da importância do BNDE como coordenador do Plano de Metas, as administrações dos estados preocupavam-se com a formulação de planos, projetos e formação de fundos que visavam o seu desenvolvimento.

Com o objetivo de amenizar as crises enfrentadas nesse período (decorrentes da crise cafeeira), o governo capixaba criou a CODES- Companhia de Desenvolvimento no Espírito Santo- que funcionava como uma importante instituição da política formuladora de desenvolvimento no estado. O objetivo da CODES se limitava à concessão de empréstimos e financiamentos de médio e longo prazos, além da criação de unidades produtivas para repasses posteriores à iniciativa privada, incentivando o desenvolvimento neste setor.

Nesta época a CODES contava apenas com o IBC -Instituto Brasileiro do Café - através do grupo GERCA – Grupo Executivo de Erradicação de Cafezais - como sua única fonte de recursos. A mobilização e ampliação de recursos para o CODES passou a ser um grande desafio, face a crise vigente neste período.

Com isso, o governo do estado criou 2 fundos para obter recursos. O FUNRES²³ – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo- formado pelas receitas advindas de 2 principais impostos tributários: Imposto de Renda e ICM. O objetivo deste fundo era destinar os recursos ao financiamento, ampliação e modernização de empresas no estado, preferencialmente as do setor industrial.

²³ Outro fundo criado foi o FUNDAP- Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias, com o objetivo maior de ampliar a utilização dos portos, além de gerar recursos para viabilizar a implantação de novos investimentos produtivos (BANDES, 2010). Já em 1969, o CODES foi transformado no BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo. Além das atribuições exercidas pelo CODES, o BANDES tornou-se agente técnico e financeiro das instituições FUNRES e FUNDAP.

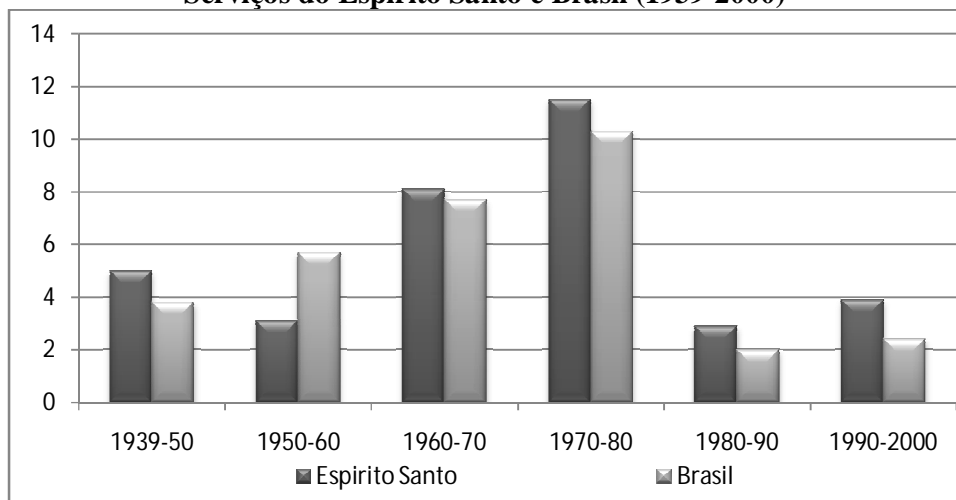
Aliado aos capitais do governo federal, pode-se dizer que o destino de recursos de financiamento do governo estadual para atividades industriais proporcionou que o Espírito Santo se inserisse no processo de industrialização, que por sua vez, já se encontrava relativamente atrasado em relação a outros estados brasileiros.

O **2º Ciclo de Desenvolvimento** (ciclo da industrialização) se iniciou na década de 1960 até a década de 1990. Tal ciclo foi dividido em duas etapas. A 1ª etapa foi compreendida pelo período de 1960 até meados da década de 1970; já a 2ª etapa, se iniciou na segunda metade da década de 1970, se estendendo até o início da década de 1990.

A **1ª etapa do 2º ciclo de Desenvolvimento** a economia capixaba passou de uma atividade fundamentalmente agroexportadora de produção de pequena escala para uma economia secundária-exportadora centrada na produção de *commodities*. Apesar do aumento da participação do setor industrial verificado através da produção de minério de ferro pela CVRD, até a segunda metade da década de 1970, a estrutura industrial era pouco expressiva, pois era baseada em pequenos estabelecimentos.

Mesmo com a industrialização tardia, verifica-se no gráfico 02 que em todas as décadas posteriores ao ciclo do café, o PIB²⁴ do estado cresceu acima da média brasileira. Isso se deve ao empenho do governo aliado com os capitais financeiros externos em buscar novas alternativas de atividades produtivas para dinamizar a economia preparando-a para a industrialização (CAÇADOR, 2008).

Gráfico 02 -Taxa de Crescimento Somada dos Setores Agropecuária, Indústria e Serviços do Espírito Santo e Brasil (1939-2000)



Fonte: Elaboração Própria com base na tabela de Caçador (2008)

²⁴ Somado dos setores agropecuária, indústria e serviços.

De acordo com o gráfico 02, somente no período 1950-1960, houve um crescimento abaixo da média do Brasil, e isso se deve ao fato dos setores, Agricultura, Indústria e Serviços apresentarem taxas menores em relação ao total dos estados brasileiros²⁵: 1,4%, 0,4%, 4,4%, respectivamente. Esse crescimento inexpressivo dos três setores pode ser caracterizado pelos seguintes aspectos: 1) o setor cafeeiro já apresentava sérias crises de produção devido às variações no preço internacional; 2) Neste período a indústria ainda possuía uma participação pouco ou nada expressiva, uma vez que era caracterizada pelos pequenos estabelecimentos.

Na 2ª etapa do 2º Ciclo de Desenvolvimento, o setor industrial deu um passo significativo, pois se baseou no início do processo de diversificação econômica. A 2ª fase foi compreendida pelo período 1975-1990, onde a mesma trazia características bastante diferenciadas da primeira fase, visto que surgiram várias atividades econômicas que não eram tradicionais no estado, marcando a economia capixaba até nos dias atuais.

Fundamentalmente, esta fase se caracterizou pela instalação e expansão dos chamados Grandes Projetos, que se referiam a grandes unidades industriais focadas em bens de produção intermediários, conhecidos como *commodities*. Vale ressaltar que parte dos Grandes Projetos foi fruto do II PND²⁶ (Plano Nacional de Desenvolvimento) do governo federal que, dentre outros motivos, visava deter a crise que se instalava no país devido ao choque do petróleo, através de incrementos de capitais internos e externos.

Os setores que mais se beneficiaram de tais financiamentos foram: papel e celulose com a implantação da Aracruz Celulose; extração Mineral, através da ampliação de sua participação no ano de 1971; e logo no início dos anos 1980, o setor metalúrgico que aumentou a sua participação no mercado com a operacionalização da Companhia Siderúrgica de Tubarão (SEP, 2006).

Neste período, o setor agrícola contava também com o auxílio de financiamentos concedidos pelos bancos aos agricultores. Ao analisar o comportamento do crédito (tabela 01) constata-se que apesar da crise existente no setor cafeeiro (verificada também no início da década de 1960), a quantidade de créditos e financiamentos concedidos ao setor rural no

²⁵ A média de crescimento brasileira dos setores Agricultura, Indústria e Serviços neste período foi de 4,6%, 6,3% e 5,3%, respectivamente.

²⁶ Dentre os diversos objetivos que o II PND possuía, pode-se destacar os principais: substituições da importação de produtos básicos industriais, como por exemplo, aço, ferro, alumínio; expansão da infra estrutura econômica. Grande parte desses investimentos foram realizados por empresas estatais, enquanto outros foram executados pelo setor privado com o apoio financeiro do BNDE (BAER, 2007). Devido as crises externas relacionadas principalmente ao petróleo e a contínua importação de insumos necessários à produção industrial, a dívida externa brasileira cresceu no período de 1974 e 1977, US\$10 bilhões.

estado aumentou consideravelmente. Os dados dos principais bancos existentes no estado (Banco do Brasil e Banestes) demonstram que, no período 1969-1973, a quantidade de crédito se elevou 483,48%. Este aumento expressivo pode ser caracterizado pelo desenvolvimento de novas alternativas de culturas agrícolas, melhorias do plantio do café e implantação de agroindústrias.

Como é apontado por Loureiro (2006), desde o início da década de 1960 foi elaborado um plano composto de três diretrizes básicas: 1) promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos; 2) diversificação agrícola das áreas erradicadas por outras culturas; 3) renovação de parcela da cafeicultura existente. Dentre essas três diretrizes, a erradicação de cafezais provocou o maior impacto e resultado para o Estado, pois se por um lado aumentou a produtividade, por outro, provocou uma grave crise social, reduzindo de forma drástica o emprego agrícola, forçando a migração para as cidades. O programa de erradicação veio a possibilitar a expansão de outras culturas em alternativa à cafeicultura. Isso ocorreu por dois motivos: i) forneceu uma parcela do capital necessário a essa expansão e ii) fomentou o crescimento do mercado consumidor local. Dentre as atividades que se expandiram, pode-se ressaltar a extração de madeira e a pecuária bovina.

Tabela 01 - Evolução do Crédito Rural no Espírito Santo (1969-1974)

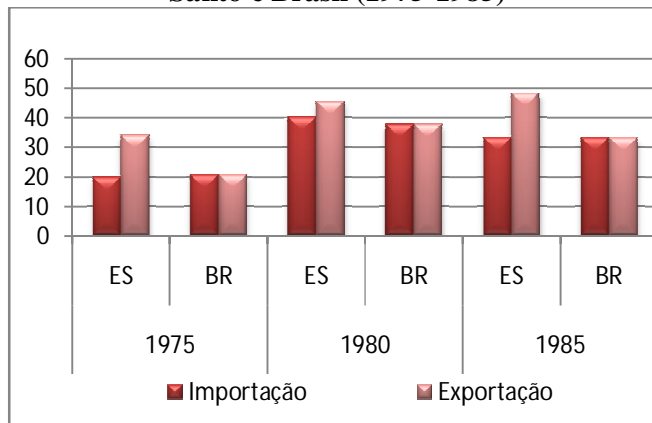
Ano	Banco do Brasil	Banestes	Total
1969	31457	11660	43117
1970	40919	26118	67037
1971	67449	53730	121179
1972	114731	63094	177825
1973	172615	78966	251581
1974	-	83079	-

Fonte: Oliveira (p. 493, 2008)

É possível dizer que a primeira tentativa efetiva do governo promover o desenvolvimento no interior do estado foi através de uma resolução normativa nº 147, de 1980, do GERES, que apontava para a necessidade de interiorização do processo de desenvolvimento capixaba e para a intensificação do apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas. Segundo Mota (2002), a atuação do sistema GERES/BANDES foi, nos anos 1980, de caráter mais desenvolvimentista e menos setorial. No entanto, o autor demonstra que tais medidas não surtiram o efeito desejado, uma vez que a Região

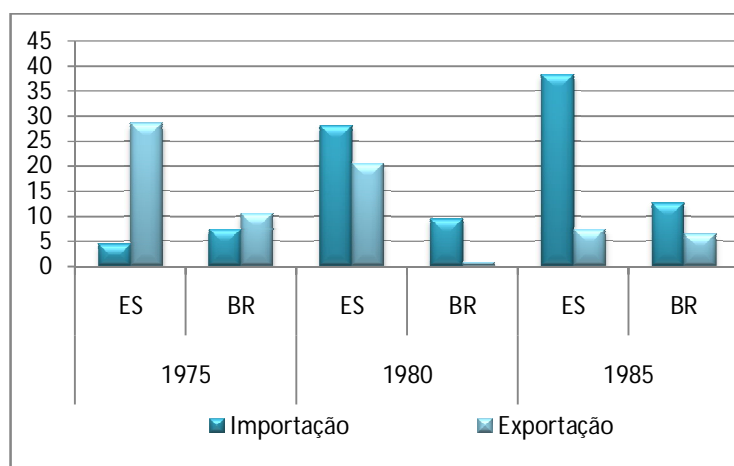
Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) ampliou a sua participação nos investimentos totais no âmbito desse sistema de 59,3%, nos anos 1970, para 69,4%, nos anos 1980.

Gráfico 03 - Participação em relação ao PIB do Comércio Inter-regional do Espírito Santo e Brasil (1975-1985)



Fonte: Elaboração Própria com base em Pacheco (1998)

Gráfico 04 - Participação em relação ao PIB do Comércio Externo do Espírito Santo e Brasil (1975-1985)



Fonte: Elaboração Própria com base em Pacheco (1998)

Em relação ao fluxo comercial no estado, nota-se que, ao visualizar os gráficos 03 e 04, houve um expressivo aumento do comércio inter-regional e externo. Esse acréscimo está ligado à melhoria de infra estrutura no estado, aperfeiçoando a logística por meio da criação de ferrovias e portos, como foi mencionado anteriormente.

Resumindo, o crescimento verificado no 2º Ciclo de Desenvolvimento foi impulsionado pelas indústrias de transformação e extrativa mineral, com destaque para esta última, transformando fortemente a economia capixaba até os dias atuais. Segundo Pereira

(1998), em 1975, a indústria extrativa mineral representava 2,6% do VTI (Valor Transformado da Indústria) do estado, aumentado para 14,4% em 1985. Apesar da indústria de transformação ter recebido vultosos investimentos nesta fase, no ano de 1975 apresentou 97,4%, caindo para 85,6% do VTI estadual em 1985.

O 3º Ciclo de Desenvolvimento teve início nos anos 1990, caracterizado pela “diversificação concentradora”. Segundo Caçador (2008), essa terminologia está associada a maior diversificação²⁷ da economia local, verificada pelo aumento da participação de diversos setores produtivos como alimentos, bebidas, rochas ornamentais e vestuário. Além disso, houve uma ampliação das atividades relacionadas aos Grandes Projetos, sobretudo, no renascimento das atividades relacionadas à extração de petróleo e gás.

Ao contrário do que foi verificado no ciclo anterior (1960-1990), em que o crescimento da economia capixaba foi puxado pelo setor industrial, o crescimento verificado no 3º Ciclo de desenvolvimento foi alimentado, sobretudo, pelo setor de serviços. Caçador (2008) relata que o crescimento do setor de serviços se deve ao aumento das atividades mercantis-portuárias, ampliando a sua participação no PIB estadual de 49,8% em 1990 para 54,1% em 2000. Segundo Rocha e Morandi (1991) a partir da década de 1960 o setor terciário começou a assumir um papel relevante no Espírito Santo, pois até a década anterior a população era caracterizada como essencialmente rural²⁸, tendo ainda a cultura do café como principal atividade.

Nos primeiros anos do século XXI (2000-2004), o setor industrial voltou a crescer mais que o de serviços no Espírito Santo. O PIB da indústria capixaba cresceu a uma taxa média anual de 3,4% e, o setor terciário 2,8%. No Brasil, a indústria cresceu 3,1%, e o setor de serviços, apenas 0,6%, sendo portanto, crescimentos inferiores aos verificados para o Espírito Santo. Vale ressaltar que a agricultura estadual apresentou também um desempenho positivo (11,4%) e também superior ao do país (10,6%).

Dessa forma, a participação do setor secundário elevou-se no período considerado, aumentando de 37,1%, em 2000, para 44,0%, em 2004. De forma contrária, o setor terciário, por seu turno, teve sua parcela no PIB reduzida de 54,1% para 51,0% em igual período em

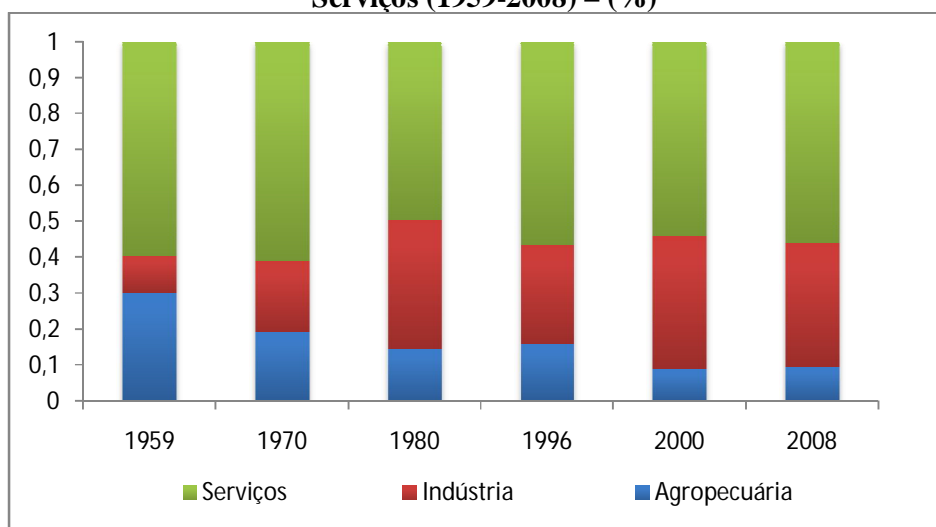
²⁷ O termo diversificação inserido aqui não está relacionado somente ao surgimento de novas atividades econômicas na economia capixaba, mas também, na ampliação das importantes atividades para a economia local, comércio exterior e serviços e no renascimento da indústria petrolífera.

²⁸ Rocha e Morandi (1991) relatam que a migração rural-urbana foi atrelada a dois fatores: 1) Como a produção cafeeira capixaba estava alicerçada na propriedade familiar, a mesma já se encontrava saturada, o que obrigava a expulsão de parte das famílias para o meio urbano; 2) Crise dos preços do café associada às políticas de erradicação dos cafezais, pois o impacto desta política não foi compensado por cultivos de novas culturas.

função de sua taxa de crescimento menor que a indústria. Já a agricultura não conseguiu aumentar sua participação no PIB estadual.

Neste período, o estado continuou apresentando crescimento acima da média brasileira. A participação do setor terciário aumentou de 54,1% em 2000, para 56,2 % em 2008, enquanto que a indústria diminuiu a sua participação no estado de 37,1% para 34,5% no intervalo 2000-2008 (gráfico 05). Observa-se que embora o setor terciário tenha aumentado sua participação, o setor industrial foi agraciado pela maior ampliação de suas atividades, crescendo numa taxa maior que o setor terciário no período 2000-2008.

Gráfico 05- Participação em relação ao PIB dos Setores Agropecuária, Indústria e Serviços (1959-2008) – (%)



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados extraídos do IPEADATA (2011)

Portanto, o que se pode verificar nestes três ciclos de desenvolvimento relatados anteriormente foi uma mudança na configuração produtiva do estado, passando de uma economia essencialmente rural, para outra industrializada. A localização das principais atividades industriais no estado é que vai garantir o dinamismo econômico, financeiro e social de certas regiões e a exclusão de outras, ocasionando problemas relacionados às disparidades regionais.

3.2 Desigualdades regionais no espírito santo: análise de indicadores financeiros, econômicos e sociais

3.2.1 Introdução

A partir da década de 1950, inicia-se no Brasil uma discussão sobre a questão das desigualdades regionais no país. Fundamentalmente, essa discussão foi oriunda do pensamento cepalino, que por sua vez identificava a industrialização como uma única via para

promover o desenvolvimento de regiões mais atrasadas. As ideias da Cepal foram adaptadas para o âmbito regional brasileiro, com vistas a obter um crescimento auto gerado das regiões periféricas, reduzindo a sua dependência em relação às regiões centrais (ROCHA E MORANDI, 1991). Com isso, o governo federal criou diversas medidas e mecanismos para tentar diminuir as disparidades regionais no país, pois já em 1959 foi instituída a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que dentre outros motivos, apregoava isenção de impostos através de um sistema de incentivos fiscais²⁹.

Já nas décadas de 1970 e 1990, o processo de desconcentração industrial no Brasil trouxe consequências importantes para a economia do Espírito Santo. Segundo Diniz (1993), a atuação do estado (através de investimentos industriais, incentivos fiscais e construção de infra-estrutura), foi determinante para a construção de estradas, instalação de plantas industriais como a CST e a diversificação das atividades da CVRD.

A posição geográfica do Espírito Santo (relativamente perto dos grandes centros econômicos do país, combinada com uma boa infra-estrutura logística) contribuiu para a localização dos Grandes Projetos, dado a elevada capacidade de exportação dos mesmos. Além disso, as instituições de apoio ao desenvolvimento local criadas no final dos anos 1960 e início dos 1970, foram fundamentais para o surgimento de empresas de pequeno e médio porte como, por exemplo, móveis, alimentos e bebidas, rochas ornamentais, construção civil, vestuário e transportes.

Segundo Caçador (2008), a descrição dos autores Diniz e Crocco (1996) foram coerentes em relação à caracterização do 2º Ciclo Econômico do Espírito Santo. Como visto na seção anterior, pode-se dizer que o desenvolvimento econômico capixaba estava se concentrando na RMGV, em detrimento do interior do estado. Em termos industriais, a única AIR (Alglomeração industrial Relevante) no interior capixaba identificada pelos autores foi Cachoeiro, visto que a base industrial de Aracruz e Anchieta, mencionados como municípios de dinamismo, estava centrada apenas nas suas grandes empresas, Aracruz Celulose e Samarco Mineração, respectivamente.

²⁹ O sistema era composto por uma conjunção de incentivos fiscais: IR para empresas que ampliam a sua planta nos locais selecionados, total ou parcial por um determinado período de tempo, estendendo-se também ao ICM. Rocha e Morandi (1991) ressaltam que o mais importante foi um sistema que inaugurou a era dos incentivos fiscais, conhecido como 34/18. Esse sistema foi baseado no artigo 34, que estabelecia uma dedução de até 50% no IR para pessoas jurídicas, para investimentos industriais e agropecuários no Nordeste. Além disso, o artigo 18 estendia os mesmos benefícios a empresas de capital estrangeiro.

3.2.2 Análise das desigualdades capixaba

Esta seção se propõe a analisar, de forma temporal, dados referentes às condições sociais, econômicas, populacionais e financeiras do Espírito Santo. Para realizar tal análise, achou-se propício a utilização de tabelas, mapas e gráficos, com diferentes recortes, seja mesorregional, microrregional ou municipal.

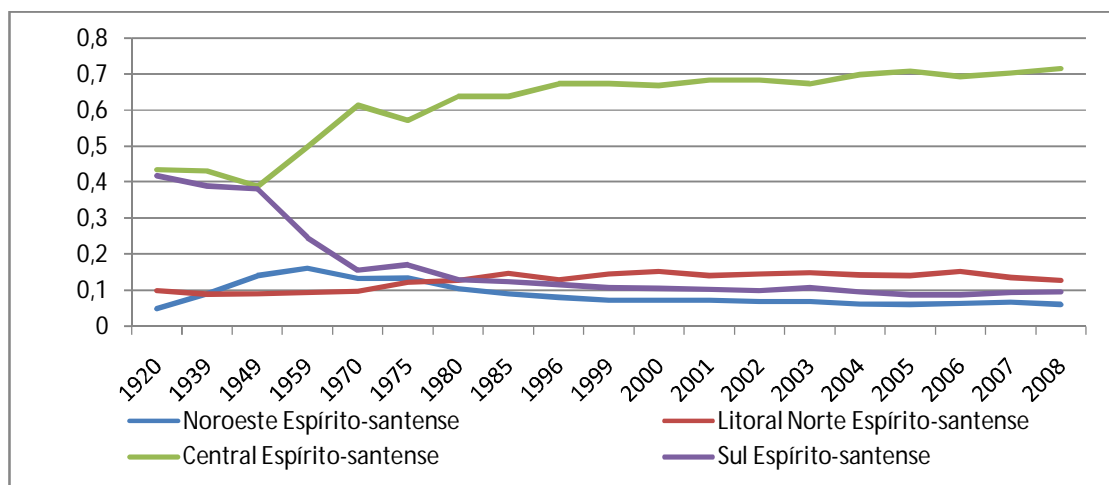
No Espírito Santo, as disparidades regionais estão associadas ao fato deste ser bastante heterogêneo. Com o passar do tempo a concentração econômica foi se dando apenas em poucos municípios do estado, até chegar ao que se verifica hoje, um estado em que a produção é gerada fundamentalmente na região de Vitória e alguns municípios litorâneos (iniciando em Linhares no norte e estendendo-se até Anchieta ao sul).

Como foi abordado anteriormente, o primeiro ciclo vivenciado pelo estado- ciclo do café- gerou um forte dinamismo nas regiões sul e central do Espírito Santo, verificado pela sua expressiva participação no PIB até meados da década de 1950, como pode ser examinado no gráfico 6. Essa significativa participação da região Sul³⁰ pode ser explicada pelos intensos fluxos monetários que o café gerava, até o momento em que ocorreu a crise nesse setor, perdendo a sua importância relativa no estado. Segundo Buffon (1992), no transcorrer das décadas de 40 e 50, o café atinge o seu apogeu, uma vez que se esgotaram as fronteiras agrícolas nas regiões sul e centro, iniciando assim uma lenta, porém firme trajetória de decadência do café no Espírito Santo.

Historicamente, a região sul vai perdendo a sua importância relativa. Até a década de 1950, o sul detinha grande parte da participação econômica a nível estadual. Pode-se ressaltar dois fatores que culminaram na perda de importância relativa da região sul para a região central do estado. O primeiro refere-se à decadência cafeeira, uma vez que a estrutura produtiva da região se concentrava apenas neste produto (monocultura). O segundo motivo está atrelado ao início do processo de industrialização, pois enquanto a região sul substituía o café pela pecuária, o centro manteve sua estrutura cafeeira (apesar da queda de preços internacional) e, mais importante, diversificou a sua produção, abrindo espaço para o processo de industrialização no estado.

³⁰ Como aponta Faleiros (2010), a produção do café na região Sul atingiu inicialmente maiores escalas baseadas nos mesmos moldes que a cultura fluminense, trabalho escravo e unidades produtoras de maiores dimensões.

Gráfico 06 –Participação em relação ao PIB das regiões Noroeste, Litoral Norte, Central e Sul do Espírito Santo em relação ao PIB total (1920-2008)- em %



Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do IPEADATA (2011)

Dois fatores foram importantes para um novo rumo que se instaurava no estado do qual o centro foi palco: i) entrada da CVRD, proporcionando maior dinamismo econômico na região e ao porto de Vitória, onde este passava a servir não apenas aos interesses no âmbito estadual mas também, nacional e; ii) a implantação de unidades industriais em Vitória, Vila Velha e Cariacica (BUFFON, 1992). A partir da década de 1980 a região Norte, que até então possuía baixa participação na produção total do estado, passa a se destacar em relação às regiões Sul e Noroeste (gráfico 06).

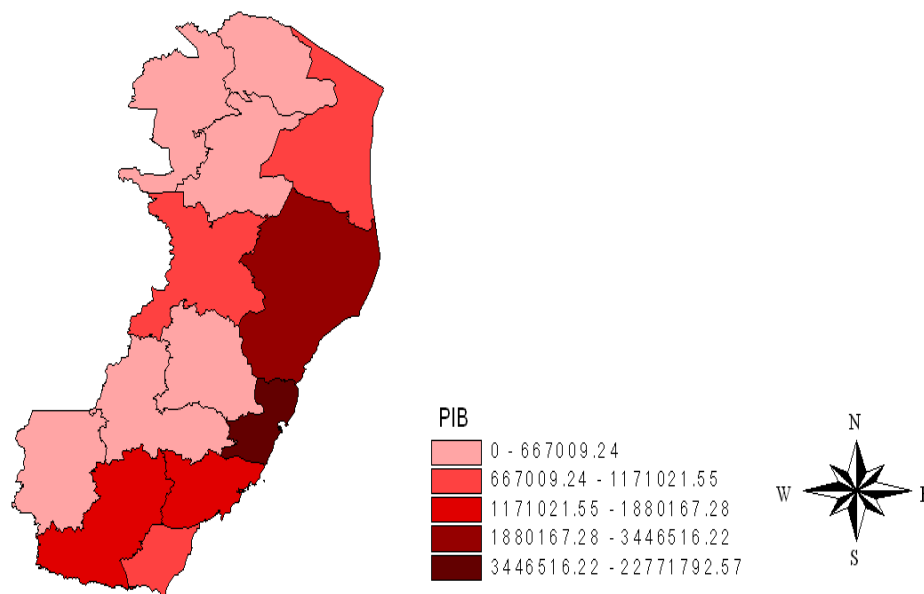
Tabela 02 -Participação das microrregiões e mesorregiões do ES no PIB (1959-2008)- em %

Mesorregião	Microrregião	1959	1970	1980	1996	2000	2005	2006	2007	2008	
Central	A. Cláudio	3,1	3	2,4	2,4	2,4	1,8	1,8	1,8	1,7	
	Vitória	39,7	53,5	54,5	59,7	57,9	62,6	61,7	62,9	63,0	
	Santa Teresa	3,8	2,5	2	2,5	2,1	1,6	1,7	1,6	1,5	
	Guarapari	3,3	2,4	5	2,9	4,5	4,8	4,3	4	5,2	
	Subtotal	49,9	61,4	63,9	67,4	66,9	70,9	69,6	70,4	71,4	
Norte	Linhares	6,7	6,7	10,1	8,7	9,8	9,5	10,2	9,1	9,5	
	Montanha	0,1	1	0,9	0,7	1,1	1,1	1	1,1	1	
	São Mateus	2,7	2,1	1,8	3,5	4,3	3,5	4	3,4	2,6	
	Subtotal	9,5	9,7	12,8	12,9	15,2	14,2	15,2	13,6	13,1	
Noroeste	Barra de São Francisco		2,4	1,9	1,3	1,2	1,1	1,2	1,2	1	
	Colatina		14	7,6	6	4,5	3,9	3,4	3,4	3,2	
	Nova Venécia		2,2	3,4	2,5	2,3	2,2	1,8	2,1	1,8	
	Subtotal		16,1	13,4	10,4	8,1	7,3	6,2	6,5	6,7	6,1
Sul	Alegre		6,8	3,4	2,8	3,4	2,8	1,7	1,8	1,7	1,7
	Itapemirim		1,8	1,3	1,4	0,9	1,3	1,6	1,2	2,4	2,9
	C. Itapemirim		16	10,8	8,7	7,3	6,5	5,4	5,7	5,2	4,8
	Subtotal		24,5	15,5	12,9	11,6	10,6	8,7	8,7	9,3	9,4
Total			100	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaboração Própria

Para uma análise mais detalhada, achou-se propício dividir tais mesorregiões de acordo com as microrregiões compreendidas pelas mesmas, conforme na tabela 02 e figura 01. Conforme é mostrado na tabela 02, a participação das microrregiões no centro do estado (Afonso Cláudio, Guarapari, Santa Teresa e Vitória) são as mais significativas em termos de PIB em todo o período analisado (ver também figura 01). O destaque vai para a microrregião de Vitória, que possuía, em 1959, 39,7% da riqueza gerada no estado, passando para 63,0% em 2008. A região sul perdeu espaço nesta participação devido à persistente diminuição da microrregião de Cachoeiro de Itapemirim. Ao contrário, a microrregião Linhares, que se localiza em direção à região norte³¹ do estado, vem aumentando crescentemente a sua fatia no PIB. Esse aumento da participação de algumas regiões se deve à concentração da produção no setor de *commodities* no estado, principalmente oriundos da indústria petrolífera, metalúrgica e papel e celulose.

Figura 01- Mapa do PIB das microrregiões do Espírito Santo em 2008



Fonte: Elaboração própria com o auxílio do ArcView GIS 3.2

³¹ É possível dizer que, o aumento da participação da região norte se deve às crescentes participações da microrregião São Mateus e Linhares no PIB do Estado (tabela). De 1959-2000 a microrregião de São Mateus aumentou a sua participação para 4,3%, diminuindo em 2,6% no ano de 2008. A principal atividade desta microrregião consiste na extração de petróleo, fruto das descobertas realizadas nas décadas de 1970 e 1980. Como essa atividade é dependente das variações de preços externos, a economia local é bem volátil.

Trazendo a análise do PIB a nível municipal, nota-se que poucos destes possuem uma significativa participação quando se compara com o grupo “demais municípios”³². Somente o município de Vitória compõe mais de 30% do PIB em relação ao total. Somando aos municípios de Vila Velha, Cariacica e Serra, esse percentual se eleva para 62%, em 2008.

Vale ressaltar que apenas os municípios de Vitória e Serra obtiveram um aumento em seus percentuais, a variação da participação no produto de outros municípios como, por exemplo, Linhares, Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina não foi significativa. Outro fato constatado é que a maior parte da riqueza está concentrada em apenas 2,48% da área total do estado, compreendida pela RMGV. Ao contrário, o grupo dos “demais municípios”, que por sua vez possui 76,60% da área, concentrou apenas 16,6% da participação no PIB, em 2008³³ (tabela 02).

Tabela 03 – Participação e Posição dos Municípios Capixabas no PIB Estadual: 1959-2008* (%)

Municípios	1959*		1970		1980		1996		2000		2005		2008	
	Part.	Pos.	Part.	Pos.	Part.	Pos.	Part.	Pos.	Part.	Pos.	Part.	Pos.	Part.	Pos.
Vitória	31.3	1°	34.8	1°	31.9	1°	30.7	1°	28.8	1°	33.5	1°	32.5	1°
Serra	0.2	36°	1.2	12°	5.0	5°	10.5	3°	12.6	2°	15.2	2°	16.7	2°
Vila Velha	5.8	3°	10.1	2°	8.4	2°	10.5	2°	9.9	3°	7.6	3°	7.6	3°
Cariacica	2.1	8°	7.0	4°	6.8	3°	6.8	4°	5.3	4°	5.0	4°	5.1	4°
Linhares	4.3	4°	4.3	6°	4.0	8°	2.9	8°	3.2	7°	3.0	7°	4.2	5°
Anchieta	0.3	34°	0.3	37°	2.9	9°	0.8	16°	2.1	10°	2.8	8°	3.4	6°
Aracruz	1.1	22°	0.8	26°	5.0	6°	4.6	6°	4.6	5°	4.8	5°	3.4	7°
Cachoeiro de	9.5	3°	7.5	3°	6.3	4°	4.8	5°	4.0	6°	3.6	6°	3.2	8°
Colatina	12.7	2°	5.7	5°	4.5	7°	3.0	7°	2.8	8°	2.3	9°	2.2	9°
Presidente Kennedy ²			0.2	46°	0.2	44°	0.2	59°	0.3	42°	0.6	19°	1.5	10°
São Mateus	1.9	12°	1.1	13°	1.1	14°	1.7	9°	2.4	9°	1.6	10°	1.3	11°
Viana	0.2	35°	0.3	34°	2.4	10°	1.2	11°	1.3	12°	1.4	11°	1.3	12°
Guarapari	1.7	15°	1.1	15°	1.1	15°	1.5	10°	1.6	11°	1.3	12°	1.2	13°
Demais	28.8	-	25.4		20.3		20.9		21.0		17.2		16.6	
Total	100		100		100		100		100		100		100	

Fonte Elaboração Própria com dados do IBGE

*Obs.: Os municípios foram ordenados tomando como base o ano de 2008

¹ Participação de todos os municípios excetuando os 13 primeiros de cada ano

² Os dados referentes ao município de Presidente Kennedy no ano de 1959 não estão disponíveis, uma vez que a lei para a criação da cidade entrou em vigor no dia 04 de abril de 1964.

Por outro lado, a participação do grupo “demais municípios” se reduziu de 28,8% em 1959 para 16,6% em 2008. Isso pode indicar que uma boa parte dos municípios não foi beneficiado pelos investimentos realizados no estado durante o período analisado (fruto do aumento das exportações e royalties do petróleo), investimentos estes que se concentraram

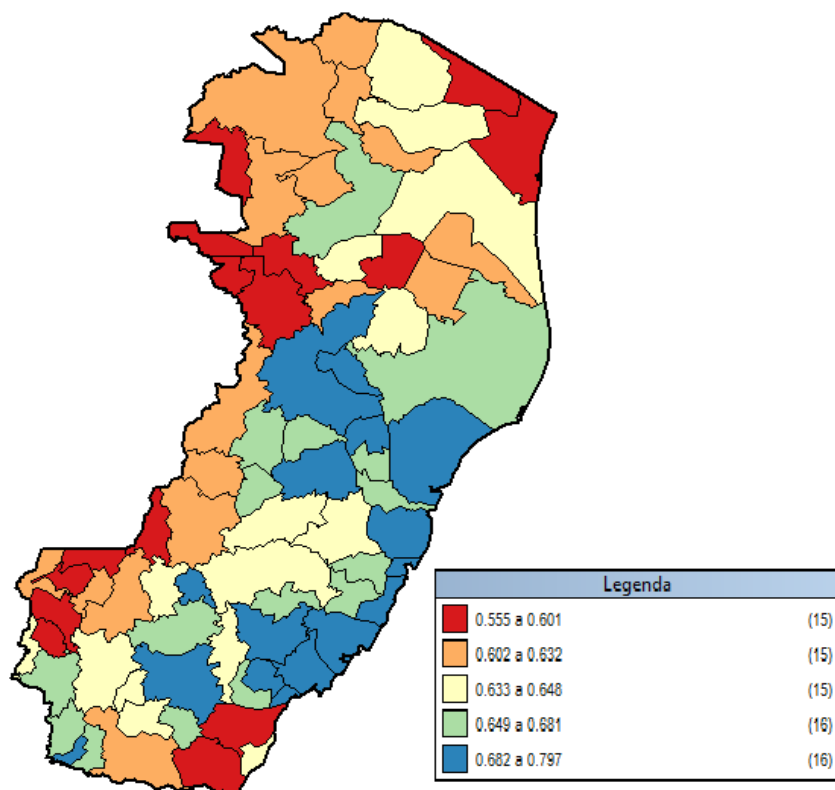
³² A participação dos municípios compreendidos pela faixa litorânea espírito-santense tem se elevado ao decorrer dos anos. Em 1996, a participação destes no PIB corresponderam a 65% em relação ao total, se elevando para 70% em 2002 e, alcançando 74% em 2008.

³³ Os municípios de Linhares, Anchieta, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Presidente Kennedy, São Mateus, Viana e Guarapari correspondem a 6,8% da área total do estado.

basicamente na microrregião de Vitória e algumas regiões litorâneas. Isso impede a geração de um fluxo de renda e emprego nestas regiões, o que pode acentuar ainda mais as disparidades regionais no estado.

Em relação aos indicadores sociais como os de Gini e IDH, o Espírito Santo ocupa uma posição privilegiada comparativamente aos demais estados brasileiros. Ao comparar os índices de Gini no Espírito Santo, verifica-se que este obteve uma redução mais acentuada do que os demais Estados do país. No período de 2001 a 2009³⁴, o coeficiente de Gini para o estado caiu 10,5%, passando de 0,589 em 2001 para 0,528 em 2009, queda superior a verificada para o Brasil (9,2%) e região Sudeste (10,2%) (IJSN, 2011).

Figura 02- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Espírito Santo-1991



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

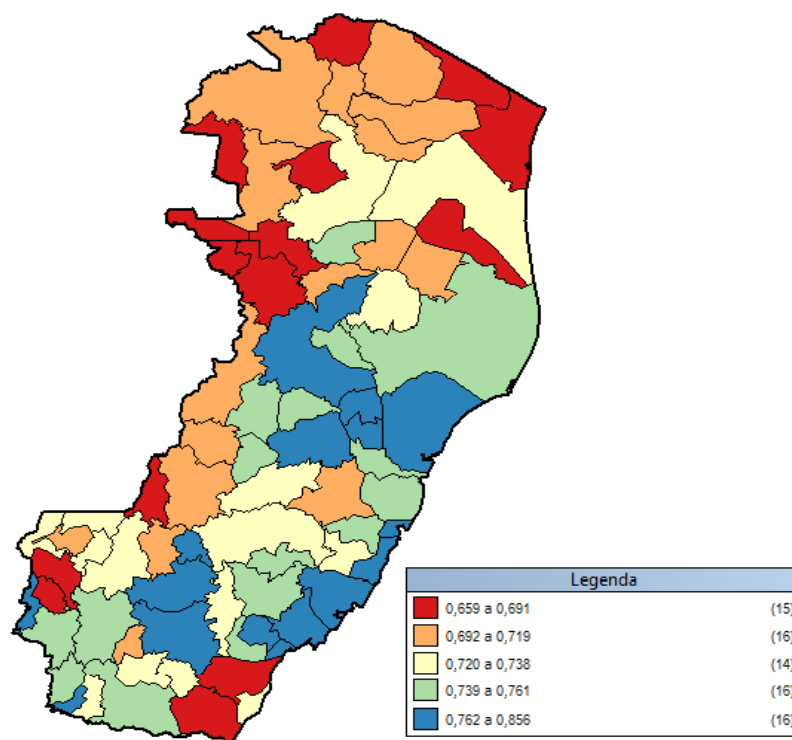
No entanto, ao analisar o Estado dentro do seu âmbito municipal, o que se verifica é um forte contraste entre as regiões. De acordo com os mapas (figuras 02 e 03), os municípios

³⁴ Vale ressaltar que em comparação com 2008, no ano de 2009 houve um aumento da desigualdade no estado 0,516 em 2008 versus 0,528 em 2009.

compreendidos pela faixa litorânea no estado apresentam um IDH-M³⁵ maior do que aqueles compreendidos fora dela.

Isso pode ser ilustrado pela visualização da figura 02, que demonstra o mapa do índice IDH-M no ano de 1991. Os municípios localizados a leste apresentaram índices elevados, ao contrário daqueles ao oeste, que apresentaram índices baixos. Alguns municípios que não se localizam no litoral do estado, como, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Santa Tereza, Bom Jesus do Norte e Marilândia, também apresentaram índices satisfatórios. Dessa forma, a faixa compreendida a oeste do Estado apresenta os piores índices em quase a totalidade dos municípios.

Figura 03- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Espírito Santo- 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

³⁵ No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro calculam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que tem como base os dados do censo demográfico 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e assemelha-se ao IDH. O IDH-M inclui as três dimensões mencionadas (renda, longevidade e educação, com pesos iguais), mas foi adaptado a fim de adequar o índice (concebido para comparar países) à unidade de análise, que é, nesse caso, o município. A grande restrição ao uso do IDH-M para a avaliação dos indicadores sociais está na sua periodicidade, que é a mesma do censo – a cada dez anos. Nesse sentido, há uma necessidade, ainda não completamente atendida, de geração de indicadores em intervalos de tempo menores e, portanto, mais adequados à avaliação da evolução das condições sociais da população.

É possível perceber que no ano de 2000, a configuração do IDH-M no estado (figura 03), não obteve significativas mudanças em relação a 1991. A região oeste continuou apresentando os piores índices do estado, ao contrário daquelas situadas no litoral. Portanto, o que se verifica, é que pouca ou nenhuma política de regionalização foi realizada entre este período com o objetivo de inserir estas regiões a participarem deste processo de desenvolvimento econômico. Com efeito, o que se nota neste intervalo anual (1991-2000)³⁶ é um crescimento regionalmente concentrado no estado, sem melhorias significativas nos índices sociais municipais.

O índice calculado pela Firjan³⁷ (IFDM) em 2010 demonstra uma continuidade das desigualdades sociais verificadas no estado, como foi ressaltado anteriormente (ver anexo 2).

Diante das análises dos indicadores sociais, pode-se concluir que no Espírito Santo houve uma redução das desigualdades a nível estadual, no entanto, as desigualdades regionais continuaram a existir, sem mudanças significativas, demonstrando certa homogeneização nos índices considerados

Em relação à dinâmica populacional, observa-se que a distribuição demográfica dos municípios do estado é fortemente desigual. O estado é composto por municípios de pequeno porte populacional, sendo que 12 municípios possuem até 10.000 habitantes, e 45 entre 10.001 e 30.000 (IBGE, 2010). De acordo com a tabela 04, grande parte da população está concentrada nas regiões que possuem maior dinamismo econômico, localizadas próximas à região metropolitana de Vitória, e algumas no Sul, como Cachoeiro de Itapemirim. Em 1991, Cariacica ocupava a posição de município mais populoso do estado, com uma participação de 10,6% da população total, seguido de Vila Velha que continha 10,2% dos habitantes. Não obstante, constata-se que em 2010, Vila Velha passa a ocupar a primeira posição seguido dos municípios de Serra, Cariacica e Vitória.

Desde 1991, constata-se que houve um crescimento populacional no Estado como um todo, mas desfrutado por uma pequena parte dos municípios. Verifica-se que no grupo “demais municípios”, a participação populacional diminuiu da década de 1990 até o ano 2010,

³⁶ No intervalo 1990-2000, mesmo a economia brasileira passando por sucessivas crises internas e externas, cresceu em torno de 2%, e a do Espírito Santo em torno de 4%.

³⁷ O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo anual do Sistema FIRJAN que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros em três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Tal índice varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

com um decréscimo de 3,2%. Esta redução se deve possivelmente ao fato deste grupo de municípios não possuir fatores que atraiam a população a permanecer nesses locais, ocasionando, possivelmente, uma fuga de mão de obra para regiões mais desenvolvidas.

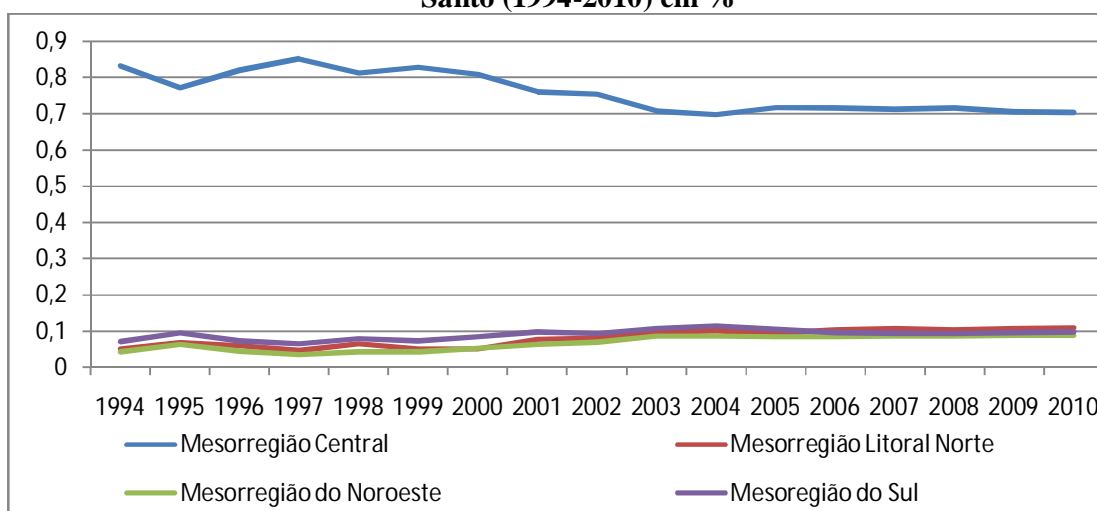
Aqui merece atenção aos municípios que são quase despovoados. No futuro, estes podem se tornar verdadeiros vazios demográficos, intensificando a concentração demográfica na região central do estado. Em apenas 2,48% do território capixaba, compreendido pela RMGV, concentra-se 42,6% da população total do estado. Isso tende a dificultar o acesso da população a serviços básicos, como saúde e educação.

Tabela 04 – Participação e posição populacional dos municípios do Espírito Santo (1991-2010)

Municípios	1991		1996		2000		2007		2010	
	Part.	Posição	Part.	Posição	Part.	Posição	Part.	Posição	Part.	Posição
Vila Velha	10,2	2°	10,6	2°	11,2	1°	11,9	1°	11,8	1°
Serra	8,5	4°	9,6	3°	10,4	2°	11,5	2°	11,6	2°
Cariacica	10,6	1°	10,7	1°	10,5	3°	10,6	3°	9,9	3°
Vitória	10,0	3°	9,5	4°	9,4	4°	9,4	4°	9,3	4°
Cachoeiro de	5,5	5°	5,4	5°	5,6	5°	5,8	5°	5,4	5°
Linhares	4,6	6°	4,5	6°	3,6	6°	3,7	6°	4,0	6°
Colatina	4,1	7°	3,7	7°	3,6	7°	3,2	7°	3,2	7°
São Mateus	2,8	8°	2,9	8°	2,9	9°	2,9	9°	3,1	8°
Guarapari	2,4	9°	2,6	9°	2,9	8°	2,9	8°	3,0	9°
Aracruz	2,0	10°	2,1	10°	2,1	10°	2,2	10°	2,3	10°
Viana	1,7	12°	1,7	11°	1,7	11°	1,7	11°	1,8	11°
Demais	37,6	-	36,5	-	36,0	-	34,2	-	34,4	-
Total	100		100		100		100		100	

Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do IBGE

Gráfico 07 - Participação das mesorregiões nas operações de crédito do Espírito Santo (1994-2010) em %



Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do BACEN

Obs.: RM= Principais municípios - Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica.

Semelhantemente às análises realizadas para o PIB, distribuição demográfica e indicadores sociais, a distribuição regional do crédito (refletida nas operações de crédito) também é fortemente concentrada no estado (gráfico 07). A literatura desenvolvida no capítulo anterior afirma que o sistema financeiro adota comportamentos diferenciados de acordo com a sua localização no espaço.

Apesar da perda da participação da mesorregião Central nas operações de crédito, no intervalo 2000-2005, esta possui a maior parte dos fluxos financeiros no estado, bem a frente das demais mesorregiões, Norte, Sul e Noroeste (gráfico 6). Além disso, observa-se uma sensível diminuição da participação da região Sul e um aumento da participação da região Norte no período considerado.

Isso pode ser explicado pelo aumento da assistência bancária às regiões que não possuíam pelo menos 1 agência em seus territórios (ver tabela 05), pois, a partir de 2005, a assistência bancária se estende a todos os municípios capixabas. No entanto, como analisado, as demais regiões continuaram apresentando quantidades insignificantes de crédito, ficando a região Central com a grande parte do movimento dos fluxos financeiros, indicando, possivelmente, a existência de vazamentos de depósitos para esta região.

Tabela 05 - Quantidade de municípios com pelo menos uma agência bancária (1994-2008)

Ano	Municípios	Ano	Municípios
1994	71	2002	66
1995	71	2003	66
1996	71	2004	69
1997	58	2005	78
1998	58	2006	78
1999	58	2007	78
2000	58	2008	78
2001	66		

Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos ESTBAN/BACEN

Regiões com um maior desempenho econômico são propícias à concentração de agências e atividades financeiras, ao contrário daqueles municípios menos desenvolvidos que não possuem acesso a serviços financeiros mais sofisticados. Portanto, observa-se que os municípios que se destacaram na participação do PIB, população e nos índices sociais são aqueles que possuem maior participação financeira no estado.

Como foi discutido anteriormente, a concentração das atividades produtivas no estado constatadas no 2º ciclo de desenvolvimento (2ª fase) e no 3º ciclo de desenvolvimento, foi fruto do plano realizado pelo governo federal com o objetivo de reduzir as desigualdades no Brasil. Os Grande projetos realizados na década de 1970 e 1980, (que se refere a projetos realizados para produtores de *commodities*) compreenderam a construção da Aracruz Celulose, Samarco e Companhia Siderúgica de tubarão (ArcelorMittal tubarão) e ampliação das atividades da CVRD, não foram capazes de dinamizarem outros municípios do estado, uma vez que o crescimento ficou restrito a poucos municípios. Dessa forma, a consequência verificada no interior do estado foi um aumento das disparidades regionais, excluindo diversos municípios dos benefícios gerados pelo período da industrialização.

Segundo Mota (2002), devido à centralização das atividades no estado e, por ocupar o papel de entreposto comercial, Vitória e seu entorno seriam o destino natural dos investimentos recebidos pelo estado desde os anos 1960. O autor ressalta que essa aglomeração industrial deve-se ao fato da cidade sediar grande parte da burocracia pública estadual, concentrando o centro de ensino e pesquisa - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - e o centro industrial de Vitória (CIVIT), localizado na Serra.

Como foi relatado no referencial teórico, quando as forças de mercado atuam livremente, as disparidades regionais tendem a se acentuar. Deste modo, os municípios com maior dinamismo econômico e assistidos por um sistema financeiro mais desenvolvido (número de agências, acessibilidade facilitada ao crédito) tendem a crescer mais, ao contrário daqueles municípios desassistidos, que por sua vez estariam condenados ao subdesenvolvimento. Apesar de não existir um consenso na literatura se o sistema financeiro causa o crescimento econômico e vice-versa, há um concordância entre os autores que esta relação existe, e que os bancos podem adotar posturas diferenciadas dado o ambiente em que os mesmos se encontram. Portanto, o que se propõe é uma política de orientação dos efeitos propulsores de crescimento gerado pelo estado, com políticas ativas de regionalização.

Amado (1997) propõe políticas monetárias diferenciadas nas regiões como forma de diminuir as disparidades regionais, como por exemplo, taxas de juros regionais diferenciadas. Outro meio de amenizar as disparidades, principalmente no que se refere à assistência financeira, são as políticas de créditos e financiamentos diferenciados.

No Espírito Santo existem 3 bancos públicos que formariam um “tripé” na concessão de créditos, e, portanto, servirão como instrumento para promover o desenvolvimento de

regiões mais pobres do estado: Banestes, Banco do Nordeste e BANDES. A seguir, será relatado uma breve descrição de cada banco atuante no estado.

O Banestes é uma instituição financeira pública estadual, com atividades voltadas às operações de crédito às pessoas físicas, bem como às pequenas, médias e grandes empresas. De forma a complementar sua carteira de crédito, o banco atua também no mercado de câmbio, oferecendo produtos voltados, principalmente, ao financiamento de importações e exportações. Além de promover ações que contribuam para o desenvolvimento social do Espírito Santo.

Nos últimos anos, o Banestes (Banco do Espírito Santo) tem aumentado grandemente a sua participação nas operações de crédito no estado (ver tabela no anexo 04). Ao compará-lo com os demais bancos públicos³⁸ existentes (Banco do Brasil e Caixa), o Banestes obteve um aumento de sua participação em torno de 9% no período 2002-2009. Tal aumento se deve às reformulações internas ao banco baseadas em reduções de custos, possibilitando ao mesmo investir em tecnologia, capacitação de pessoal e abertura de novas agências (MATINUZZO, 2010).

Como forma de promover o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste³⁹ atua no Espírito Santo em 28 municípios, compreendidos pela região acima do rio Doce, localizadas, sobretudo, no norte do estado. Vale destacar que as diretrizes do Banco do Nordeste (2012) estão relacionadas ao:

1. Fortalecimento da articulação institucional, visando ao desenvolvimento territorial e à integração e operacionalização das políticas governamentais.
2. Apoio à pesquisa e difusão do conhecimento necessários ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico da Região.
3. Ampliação de *fundings* para expansão dos negócios.
4. Esforço continuado por resultados, mediante a expansão, diversificação e melhoria da qualidade dos negócios, maior eficiência e aumento da produtividade.
5. Manutenção do atendimento prioritário à agricultura familiar, economia informal e micro e pequenas empresas.

³⁸ Vale ressaltar que o Banco do Brasil é caracterizado por ser uma instituição financeira constituída na forma de sociedade de economia mista, sendo que a maior participação das ações pertence ao governo brasileiro.

³⁹ A área de atuação do BNB é compreendida também pelos estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. No Espírito Santo, o BNB possui agências em Colatina e Linhares.

6. Expansão das operações comerciais e de prestação de serviços integradas à ação de fomento.
7. Inovação contínua dos processos e da tecnologia, como forma de assegurar escala e competitividade.

Já o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), com forte atuação no microcrédito, no crédito para a micro e pequena empresa e no crédito rural, financia a implantação, a ampliação, a formalização e a modernização de empresas e empreendedores dos vários setores da economia. Portanto, pode-se sugerir que o mesmo possua um papel mais ativo na concessão de créditos para a região oeste, onde por sua vez, o BNB não possui abrangência.

Portanto, os bancos Banestes, BNB e BANDES seriam os principais agentes para estender o crédito às regiões mais pobres do estado. Assim, as regiões que estão fadadas ao subdesenvolvimento, como por exemplo, aquelas sediadas ao oeste do estado, gozarão de maiores benefícios e facilidades na concessão créditos e financiamentos para serem empregados na economia local, o que garantirá um fluxo contínuo e duradouro de renda nestas regiões.

Embora seja possível extrair conclusões preliminares sobre o que foi discutido nesta seção, abre-se a possibilidade da utilização de técnicas e métodos estatísticos em economia regional para averiguar as formas diferenciadas da atuação bancária no espaço e a influência que a economia exerce neste comportamento. Neste sentido, as técnicas análise de componentes principais e análise fatorial constituirão de ferramentas esclarecedoras para a obtenção e análise de resultados encontrados.

4 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

O emprego de técnicas e métodos de análise em economia regional é bastante utilizado na aplicação de diversos trabalhos. Bastos e Araújo (2010) aplicaram o QL modificado para as microrregiões brasileiras com o intuito de identificar a concentração bancária através da utilização dos principais setores bancários- Bancos Múltiplos, Caixas Econômicas e Crédito Cooperativo. Os autores constataram que pós-período de estabilização monetária, pouco se alterou a concentração bancária nas regiões analisadas, e, além disso, comprovaram que as regiões que apresentaram índices elevados exprimem características de economias dinâmicas. Estudos realizados por Cavalcante, Crocco e Jayme Jr. (2006) foram empregados com métodos bastante conhecidos na literatura regional: modelo gravitacional, análises de *cluster* (com dendogramas), e, principalmente, análise de componentes principais. Especificamente, este último método foi utilizado em diversos trabalhos para análises espaciais diferenciadas.

Diferentemente da análise de componentes principais, a análise fatorial se caracteriza por ser mais robusta, uma vez que são realizados testes de hipóteses para verificar o ajustamento dos dados ao modelo, comprovando a sua eficiência na utilização deste método. Ferreira Neto e Perobelli (2010) aplicaram a metodologia de Análise Fatorial para Minas Gerais utilizando variáveis relacionadas a cultura, como forma de determinar o potencial de desenvolvimento cultural das microrregiões do estado. Além disso, tais autores, por intermédio da Análise Explanatória de Dados Espaciais (AEDE), detectaram os padrões espaciais a partir dos índices calculados.

A metodologia desta dissertação será composta pela análise de componentes principais e análise fatorial. Para a aplicação das técnicas mencionadas, extraiu-se os dados das seguintes bases, a saber:

- i. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Variáveis econômicas e relacionadas à população, utilizando os Censos de 1991, 2000 e 2010.
- ii. RAIS- Relação Anual de Informações Sociais- Dados referentes às quantidades de emprego formal e de estabelecimentos.
- iii. BACEN/ESTBAN- Estatística Bancária por Município mensal - Dados relativos aos balancetes consolidados dos bancos comerciais e múltiplos, como depósitos, operações de crédito, poupança, dentre outras contas.

- iv. IPEADATA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Foram extraídas variáveis econômicas e sociais.

Deste modo, o principal objetivo deste capítulo é apresentar os modelos de estatística multivariada empregados, análise de componentes principais, análise de *cluster* e, posteriormente, o método de análise fatorial.

4.1 Análise de componentes principais

A Análise de Componentes Principais⁴⁰ – ACP ou PCA (*Principal Components Analysis*) se caracteriza pela utilização de um conjunto de componentes compostos por variáveis utilizadas para explicar o modelo. A quantidade de componentes é determinada através de uma síntese ou agrupamento de um determinado conjunto de variáveis. Ou seja, busca-se uma semelhança estatística entre as variáveis, definidas pelo grau de correlação, mesmo que estas transpareçam, num primeiro momento, heterogêneas. Assim, a suposição inicial é que as variáveis precisam estar correlacionadas no início do processo, não necessitando fazer suposições iniciais no tocante à distribuição de probabilidades das variáveis originais. Segundo Kleinbaum *et al* (1998):

the principal components of the predictors are a set of new variables that are linear combinations of the original predictors. These components have two special properties: they are not correlated with each other; and each, in turn, has maximum variance, given that all are mutually uncorrelated (p.243).

Deste modo, agrupa-se um número de variáveis, transformando-as em fatores ou componentes, o que facilita a interpretação do modelo, sem perda de informações relevantes.

Vale ressaltar que a transformação de variáveis em componentes se dá a partir de uma transformação linear, em índices estatisticamente diferentes (QUEIROZ, 2003). Se X_1 , X_2 , ..., X_n são as variáveis originais para n indivíduos procede-se uma combinação linear dos mesmos criando-se componentes Z_1 , Z_2 , ..., Z_n não correlacionados, e a construção da variável (Z), denominada como componente principal, se dará da seguinte forma:

⁴⁰ Descrita inicialmente por Pearson (1901), a ACP pode ser considerada como a metodologia de análise de dados multivariada mais antiga.

$$\begin{aligned}Z_1 &= a_{11}X_1 + a_{12}X_2 + \dots + a_{1n}X_n \\Z_2 &= a_{21}X_1 + a_{22}X_2 + \dots + a_{2n}X_n \\Z_n &= a_{n1}X_1 + a_{n2}X_2 + \dots + a_{nm}X_n\end{aligned}$$

Os coeficientes a_{ij} são os pesos da combinação linear, atribuídos pelo método dos componentes principais, com a suposição de que as variáveis Z_i sejam ortogonais e, portanto, não correlacionadas, e que as variáveis Z_j sejam calculadas de modo que Z_1 , que corresponde à primeira componente principal, explique a maior parcela da variação total das variáveis X_j , Z_2 explique a segunda e assim sucessivamente (ANDRADE, 1989).

As variâncias explicadas por cada componente em relação à variância total são decrescentes. Assim, o primeiro componente apresenta uma maior variância em relação aos demais e vai diminuindo de componente a componente, de forma que:

$$\text{Var}(Z_1) > \text{Var}(Z_2) > \dots > \text{Var}(Z_k)$$

sendo k o número de variáveis.

As quantidades de componentes que serão representadas pelo modelo serão menores ou iguais ao número de variáveis escolhidas, sendo que cada um destes componentes representa uma parte da variabilidade total do modelo, alguns representando uma grande parte das variâncias, outros uma pequena parte. Por isso, na maioria dos casos utiliza-se um número menor de componentes do que variáveis, uma vez que a variância representativa de alguns componentes é insignificante em termos estatísticos, tornando desnecessária a sua utilização sem acarretar prejuízo na análise. Os componentes formados pelo modelo multivariado da ACP são não correlacionados, mas carregam em si a maior parte da informação contida no modelo original.

Dessa forma, um bom modelo será aquele que apresentar um menor número de componentes explicando uma grande parte das variâncias dele. As variáveis Z_i são obtidas a partir dos autovalores da matriz de covariância ou de correlação das variáveis originais.

Dessa forma, cabe ao pesquisador ter sensibilidade para nomear os componentes que foram compostos pela agrupamento de variáveis, componentes esses que são representados de

acordo com as características que traduzem e dependendo do grau de variância que possuem, sendo relevantes ou não para a análise.

Nesta análise, ACP, pode-se determinar o valor que cada microrregião carrega em cada componente principal, sendo a forma mais usual a representação das microrregiões em um plano bidimensional, onde o componente 1 forma o eixo vertical e o componente 2 forma o eixo horizontal.

4.1.1 Análise de *cluster*

A análise de *cluster* ou *cluster analysis* consiste em reunir objetos em grupos a partir de variáveis selecionadas através de critérios de similaridade ou dissimilaridade de algoritmos matemáticos. Existem várias análises de clusters, que calculam diferentes medidas de similaridade e formação de grupos. Especificamente neste trabalho escolheu-se o método hierárquico aglomerativo. Por isso, essa técnica é chamada de análise de agrupamento ou conglomerados. Ao utilizar n variáveis os subgrupos formados serão heterogêneas com relação às mesmas características.

A análise de cluster ou agrupamento corresponde a um tipo de aplicação de proximidades geométricas em análise multivariada. Segundo Pereira (1999), as distâncias entre os objetos estudados dentro do espaço multiplano constituído por eixos de todas as medidas realizadas (variáveis) são calculadas e, a seguir, os objetos são agrupados conforme a proximidade entre eles.

Dessa forma, a análise de cluster consiste em reunir objetos em grupos a partir de variáveis selecionadas através de critérios de similaridade ou dissimilaridade de algoritmos matemáticos. Existem várias análises de clusters, que calculam diferentes medidas de similaridade e formação de grupos. Especificamente neste trabalho escolheu-se o método hierárquico aglomerativo.

A medida de distância utilizada na pesquisa será a distância euclidiana e as variáveis serão padronizadas no cálculo da distância através do software SPSS 18.0. Assim, o método de agrupamento será o *Average Linkage Between Groups*, o qual agrupa o indivíduo no grupo de valor médio na medida de similaridade dos indivíduos que o compõem mais próximo. Neste trabalho, a técnica de *cluster* foi repetida para os anos 1996, 2002 e 2008.

4.2 Análise Fatorial

Para detectar o potencial de desenvolvimento financeiro dos municípios capixabas utilizar-se-á a análise fatorial. A escolha da Análise Fatorial está relacionada aos incrementos de diversas variáveis que este modelo aceita, fato desta ser considerado uma análise multivariada. Como o estudo do sistema financeiro envolve diversas variáveis, a AF tornou-se uma ferramenta apropriada e viável para a execução deste trabalho.

A análise fatorial consiste em sintetizar as informações contidas na matriz de dados, facilitando a interpretação analítica dos mesmos, ou seja, analisa-se a estrutura de correlação de um grande número de variáveis, definindo um conjunto de características em comum, chamado de fatores (ANDRADE, 1989).

Para Hair *et al* (2009) ao agrupar as variáveis altamente correlacionadas, o pesquisador deve ter a sensibilidade de rotular ou nomear os grupos criados, e até mesmo instituir uma nova medida composta que possa representar tais grupos de variáveis. Para o autor, a AF pode desempenhar um papel único em relação a outras técnicas multivariadas, uma vez que ela fornece ferramentas para analisar a estrutura das inter-relações (correlações) entre um número maior de variáveis ao definir conjuntos de variáveis que são inter-relacionados (fatores).

Basicamente, este método pode ser utilizado para 2 finalidades: i) agrupar as regiões de acordo com as suas características, neste caso, microrregiões; ii) agrupar as variáveis, com o intuito de delinear padrões de variação nas características, sendo este tipo de análise mais comum.

Rezende *et al* (2007) elenca os seguintes passos para o método de Análise Fatorial, que são: 1) formulação do problema; 2) construção da matriz de correlação; 3) determinação do método de análise fatorial; 4) determinação do número de fatores, rotação dos fatores, interpretação dos fatores, cálculo das cargas fatoriais ou escolha de variáveis substitutas e; 5) determinação do ajuste do modelo.

Do ponto de vista matemático, a análise fatorial pode ser expressa do seguinte modo:

$X_i = a_{i1}F_1 + a_{i2}F_2 + a_{i3}F_3 + \dots + a_{ik}F_k + U_i + e_i$	(1)
---	-----

Onde a_{ik} são as cargas fatoriais usadas para combinar linearmente os fatores comuns. Assim, cada uma das variáveis é descrita linearmente em termos de k fatores comuns (F), as k variáveis, e de um elemento único e específico (U_i) ou de erro (e_i) de cada variável.

Face à equação (1), as cargas fatoriais (a_{ik}) medem a intensidade das relações entre as variáveis normalizadas X_i e os fatores. Por conseguinte, quanto maior uma carga fatorial, mais associada com o fator se encontra a variável. Uma carga fatorial de 0,50 significa que 25% da variância da variável é explicada pelo fator. Através de análises práticas das cargas fatoriais, pode-se utilizar uma forma de significância como critério. Segundo Hair et al (2009) as cargas fatoriais entre 0,30 e 0,40 atendem o nível mínimo de exigência, entre as dezenas de 0.50 é praticamente significativa, e acima de 0,70, pode ser considerada bem definida.

A carga fatorial ao quadrado demonstra o quanto da variável total é explicada pelo fator. A variância comum h_i^2 , ou comunalidade⁴¹, é calculada pelo somatório ao quadrado das cargas fatoriais, que por sua vez representam o quanto da variância total de X_i é reproduzida pelos fatores comuns. A variância única U_i é a parte da variância total que não se associa com a variância das outras variáveis. O termo e_i representa o erro de observação, de mensuração ou de especificação do modelo (MELO E PARRÉ, 2006).

Como aponta Andrade (1989), o *eigenvalue* (autovalor) corresponde à variância total explicada pelo fator, sendo que o seu valor resulta da adição dos quadrados das cargas fatoriais de cada variável com o fator. Dividindo o *eigenvalue* pelo número de variáveis, obtém-se a proporção da variância total explicada pelo fator.

Para definir as relações entre as variáveis e os fatores utiliza-se a rotação ortogonal ou oblíqua. Assim, os eixos podem ser rotacionados (rodados) de maneira a preservar a independência entre os fatores extraídos ou, ao rotacionar, encontrar uma melhor posição para os fatores para que a independência dos mesmos permaneça. Dessa forma, o efeito final produzido pela rotação da matriz fatorial é “redistribuir a variância dos primeiros fatores para os últimos com o objetivo de atingir um padrão fatorial mais simples e teoricamente mais significativo (HAIR ET AL, 2009, p.116)”.

O método de rotação mais utilizado e indicado na literatura é o VARIMAX, pois minimiza o número de variáveis com altas cargas sobre o fator, o que reforça a interpretação dos fatores (PEROBELLI ET AL, 1999 ; REZENDE ET AL, 2007). Vale ressaltar que, ao

⁴¹ A comunalidade varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 o valor se encontrar, mais explicativa será a variável.

empregar uma técnica de rotação, as comunalidades não mudam para cada variável. No entanto, a variância de cada fator é ligeiramente diferente, ocasionando uma distribuição das variâncias mais equilibrada nos fatores, e as cargas fatoriais são maximizadas para cada uma sobre o fator, com exceção nos casos de cruzamento de cargas.

Vale ressaltar que, quanto mais distante de zero for o escore fatorial de uma observação, em valores positivos, melhor será a posição relativa da observação em um fator, como ressalta Monteiro e Pinheiro (2004). Assim, aquele município que apresentar um escore fatorial elevado, melhor estará a sua posição em relação aos demais.

Segundo Melo e Parré (2006), o KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy*) é um teste estatístico bastante utilizado na análise fatorial, que por sua vez corresponde à “razão da soma dos quadrados das correlações de todas as variáveis dividida por essa mesma soma acrescentada da soma dos quadrados das correlações parciais de todas as variáveis” (p. 17). Deste modo, o KMO, é um teste que examina o ajuste dos dados, tomando todas as variáveis simultaneamente, e provê uma informação sintética sobre os dados, variando o seu valor entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de um, melhor⁴².

Outro teste bastante utilizado é o teste de esfericidade de Bartlett, que examina a matriz de correlações entre as variáveis, fornecendo a significância estatística de que a matriz de correlação tem correlações significantes entre pelo menos algumas das variáveis para continuar com a análise.

Antes de determinar o escore fatorial, torna-se necessário a padronização das variáveis, dada pela seguinte fórmula estatística:

$Z_i = \frac{X_i - \bar{X}}{\tau}$	(2)
------------------------------------	-----

Onde: X_i corresponde a um dado valor da variável, \bar{X} a média aritmética, e τ o desvio padrão da amostra. A construção da matriz das variáveis normalizadas é dada pela fórmula:

$Z_{ij} = \frac{X_{ij} - \bar{X}}{\tau_i}$	(3)
--	-----

⁴² Segundo Pereira (2004), os valores críticos do KMO são: Valores na casa de 0,90- adequação ótima dos dados à análise fatorial; 0,80- adequação boa; 0,70- adequação razoável dos dados; 0,60- adequação medíocre dos dados; e, valores na casa dos 0,50 ou menores são impróprios.

Dadas as equações (2) e (3), o cálculo dos escores fatoriais será possível através da seguinte equação:

$F_j^I = \sum_{i=1}^n b_i \cdot Z_{ij}$	(4)
---	-----

Onde: F_j^1 é o escore fatorial relativo ao Fator 1 e b_i as cargas fatoriais das variáveis.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo se propõe a analisar os resultados encontrados de acordo com a metodologia sugerida neste trabalho. Primeiramente, será realizada uma descrição inicial das variáveis utilizadas para o emprego da técnica da Análise de Componentes Principais (ACP) nos anos 1996, 2002 e 2008. Feita a análise inicial, expor-se-á os resultados da ACP bem como os da Análise Fatorial. Através do uso de tais técnicas multivariadas, espera-se verificar que as variáveis reais e financeiras contribuem para os comportamentos e perfis diferenciados da atuação bancária no espaço (quanto ao volume de créditos, financiamentos, depósitos e fornecimento de serviços).

Crocco *et al* (2003, 2006) utilizam a técnica da ACP em diversos trabalhos com o intuito de verificar estratégias diferenciadas do sistema financeiro nas regiões, aplicando para o estados Brasileiros e também para as mesorregiões de Minas Gerais. Estes trabalhos corroboram o debate pós-keynesiano ao concluir que o sistema financeiro é concentrado nas regiões de maior dinamismo econômico.

Semelhantemente aos estudos desenvolvidos por Crocco (2003, 2006), adotou-se neste trabalho alguns índices que ajudam a exprimir tal ideia para a realização da ACP: índice de preferência por liquidez do público (PLP), índice de concentração bancária (ICB) e grau de urbanização (GU). O PLP foi desenvolvido com o objetivo de medir as variações de liquidez dos indivíduos, pois quanto maior a PLP maior a posição de ativos líquidos e menor a demanda por crédito. Segundo Crocco (2005), esta relação é dada da seguinte forma:

$$PLP = \frac{DVg + DVp}{DT}$$

Onde: DVg= Depósitos a vista do governo

DVp= Depósito à vista do público

DT= Depósitos Totais (depósitos à vista (privado e do governo) + depósitos a prazo + poupança)

Já o índice de concentração bancária (ICB) reflete a quantidade de agências comparativamente ao PIB do Espírito Santo. Quando o resultado do índice for maior que 1 significa que o número de agências contida na microrregião é relativamente maior do que o estado, em comparação com o PIB. Isso indica que a riqueza produzida na região não está sendo absorvida pelos bancos da região, ou seja, indicando uma diferença entre renda e

produto. Em regiões menos desenvolvidas, espera-se que tal índice apresente maiores valores. O ICB é dado pela seguinte fórmula⁴³:

$$ICB = \frac{PIBm/PIBES}{AGm/AGES}$$

Onde:

AGm- Número de agências bancárias por microrregião

AGES- Numero de agências bancárias no Espírito Santo

PIBm – Produto Interno Bruto na microrregião

PIBES- Produto Interno Bruto do Espírito Santo

O Grau de Urbanização (GU) mede a parcela da população que reside na área urbana comparativamente à população total do estado. Os tipos de instituições financeiras foram definidos de acordo com a quantidade de diferentes instituições financeiras contidas na microrregião ou município. Assim, agregou-se as quantidades de instituições financeiras sem considerar os setores bancários – bancos múltiplos, comerciais, cooperativas de crédito e caixas econômicas (ver anexo 5).

5.1 Descrição preliminar das variáveis

Como pode ser observado, os dados da tabela 06 demonstram as características econômicas e financeiras de cada microrregião do estado. Tais dados foram ordenados em ordem decrescente (ano 2008) levando em consideração a quantidade de agências que cada microrregião possui. A microrregião de Vitória se destaca pela quantidade elevada e crescente de agências bancárias nos três anos de análise - 1996, 2002 e 2008 - bem acima das demais microrregiões do estado. As variáveis econômicas – PIB e participação nos setores indústria, serviços – possuem significativa quantidade, com crescente participação no setor de serviços, demonstrando um forte dinamismo econômico e financeiro na microrregião.

Os dados relativos aos tipos de instituições financeiras refletem a distribuição diferenciada do sistema financeiro no espaço. Segundo Crocco (2011), as características

⁴³ Há uma discordância entre os trabalhos Crocco *et al* (2003) e, Sicsú e Crocco (2006). No primeiro trabalho, os autores utilizam o ICB de forma inversa, ou seja, $ICB = \frac{AGm/AGES}{PIBm/PIBES}$. Já no segundo trabalho, tal índice é mais condizente com a literatura para expressar concentração bancária, como foi adotado neste trabalho.

definidas pelo conceito de centralidade determinam a construção de um sistema financeiro fortemente fragmentado, o que diferencia na concessão de crédito e oferta de serviços bancários de uma região para outra. Assim, a existência de uma grande diversidade de instituições do Sistema Financeiro pode ser comprovada na capital do estado, demonstrada pela variável tipos de instituições, indicando uma quantidade diversificada de serviços financeiros oferecidos na região. Pode-se então dizer que, nos três anos analisados, Vitória é a microrregião que oferece serviços financeiros mais sofisticados, podendo ser considerada como o centro financeiro do estado. Cachoeiro de Itapemirim e Linhares também apresentaram quantidades significantes.

Como tem sido verificado no território nacional, os dados relativos à população do estado apontam para um aumento da população urbana em detrimento da rural em todas as microrregiões, no entanto, a participação de algumas microrregiões na quantidade da população residente varia muito pouco. Em outras, a variação é quase nula no período analisado. A microrregião menos urbanizada é a de Santa Tereza seguida de Afonso Cláudio, e a mais urbanizada é a de Vitória, em quase toda a sua totalidade populacional.

Os resultados do índice ICB apontam maiores valores para regiões que apresentaram valores pouco expressivos tanto para as variáveis financeiras quanto econômicas. Isso indica que a renda apropriada na região é menor que o produto, possivelmente devido à elevada participação de pessoas inativas na geração de renda destas microrregiões.

Tabela 6 - Variáveis econômicas e financeiras das microrregiões do Espírito Santo (1996-2008)

Micros	Agências			GU			Part. (%) Estab Serviços			Part. (%) Estab Indústria			Part. (%) Estab Agropecuária			Part. PIB			POP			ICB			PLP		
	1996	2002	2008	1996	2002	2008	1996	2002	2008	1996	2002	2008	1996	2002	2008	1996	2002	2008	1996	2002	2008	1996	2002	2008	1996	2002	2008
Afonso Cláudio	20	19	20	0.33	0.36	0.44	2%	3%	2%	2%	2%	2%	5%	7%	10%	2%	2%	2%	4%	4%	4%	2.33	2.24	2.60	0.11	0.15	0.21
Alegre	19	20	21	0.51	0.53	0.6	3%	3%	2%	2%	1%	1%	7%	4%	4%	3%	2%	2%	5%	5%	5%	1.57	2.39	2.77	0.11	0.20	0.21
Barra de São Francisco	8	8	8	0.53	0.54	0.63	1%	1%	1%	1%	1%	2%	4%	2%	2%	1%	1%	1%	3%	3%	3%	1.71	1.85	1.71	0.11	0.29	0.25
Cachoeiro de Itapemirim	35	36	41	0.71	0.74	0.8	10%	9%	7%	18%	15%	13%	15%	6%	7%	7%	6%	5%	10%	10%	9%	1.35	1.46	1.90	0.11	0.20	0.18
Colatina	18	18	23	0.67	0.7	0.74	6%	6%	4%	9%	10%	9%	8%	5%	5%	4%	4%	3%	6%	6%	6%	1.14	1.23	1.60	0.12	0.18	0.17
Guarapari	18	20	24	0.76	0.79	0.84	6%	7%	5%	4%	3%	3%	4%	2%	3%	3%	4%	5%	5%	5%	5%	1.77	1.23	1.03	0.13	0.19	0.24
Itapemirim	8	8	9	0.59	0.62	0.67	1%	1%	1%	1%	1%	1%	3%	4%	3%	1%	1%	3%	2%	2%	2%	2.66	1.66	0.69	0.14	0.19	0.21
Linhares	25	27	33	0.73	0.77	0.82	7%	7%	7%	9%	12%	13%	20%	29%	23%	9%	10%	9%	8%	8%	9%	0.82	0.71	0.81	0.13	0.24	0.25
Montanha	7	8	9	0.69	0.69	0.76	1%	1%	1%	1%	0%	0%	9%	7%	9%	1%	1%	1%	2%	2%	2%	2.65	1.98	1.98	0.19	0.25	0.27
Nova Venécia	15	15	15	0.55	0.55	0.62	2%	3%	2%	4%	5%	4%	6%	3%	4%	2%	2%	2%	4%	4%	4%	1.84	1.93	1.79	0.16	0.23	0.21
Santa Teresa	15	15	16	0.32	0.33	0.42	2%	2%	1%	2%	2%	2%	5%	5%	6%	2%	2%	2%	3%	3%	3%	1.72	2.36	2.35	0.10	0.14	0.18
São Mateus	12	11	15	0.73	0.75	0.78	4%	3%	3%	3%	3%	3%	7%	17%	18%	3%	4%	3%	5%	5%	5%	0.97	0.78	1.28	0.20	0.24	0.22
Vitória	154	177	211	0.98	0.99	0.99	55%	54%	63%	43%	45%	47%	6%	7%	6%	60%	60%	63%	42%	43%	44%	0.73	0.77	0.75	0.09	0.18	0.17

Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do IBGE, BACEN e RAIS.

Em relação à preferência por liquidez do público (PLP), de modo geral, as regiões mais desenvolvidas em termos de PIB e centralidade se destacam pelos menores índices, já as menos desenvolvidas possuem um alto índice de liquidez, corroborando com o referencial teórico proposto no início deste trabalho.

Os destaques são para a microrregião de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, que apresentaram os menores índices nos anos 1996 e 2008, ao contrário das microrregiões Barra de São Francisco e Montanha que apresentaram os maiores índices em 1996, 2002 e 2006. Vale ressaltar que no ano de 2002, a microrregião de Vitória apresentou o índice de PLP mais alto que algumas microrregiões do Estado. Por ser dependente de variações das economias externas, o ano de 2002 foi marcado por fortes crises, impactando diretamente na economia local. Dessa forma, devido à microrregião de Vitória ser a principal do estado, ela sofreu os efeitos mais intensos da crise, pois possui maior conexão mercadológica e financeira em relação às demais microrregiões. A seguir serão expostos os gráficos que incorporam as variáveis de estudo do modelo (*biplots*).

5.2 Resultados da Análise de Componentes Principais

A análise do comportamento das microrregiões capixabas será realizada por intermédio de 11 variáveis: as reais que objetivam expressar a centralidade regional – emprego, grau de urbanização, PIB, população, estabelecimentos agropecuária, indústrias e serviços- e quatro financeiras que refletem o comportamento da moeda e do sistema financeiro - Tipos de instituições, ICB, agências e PLP.

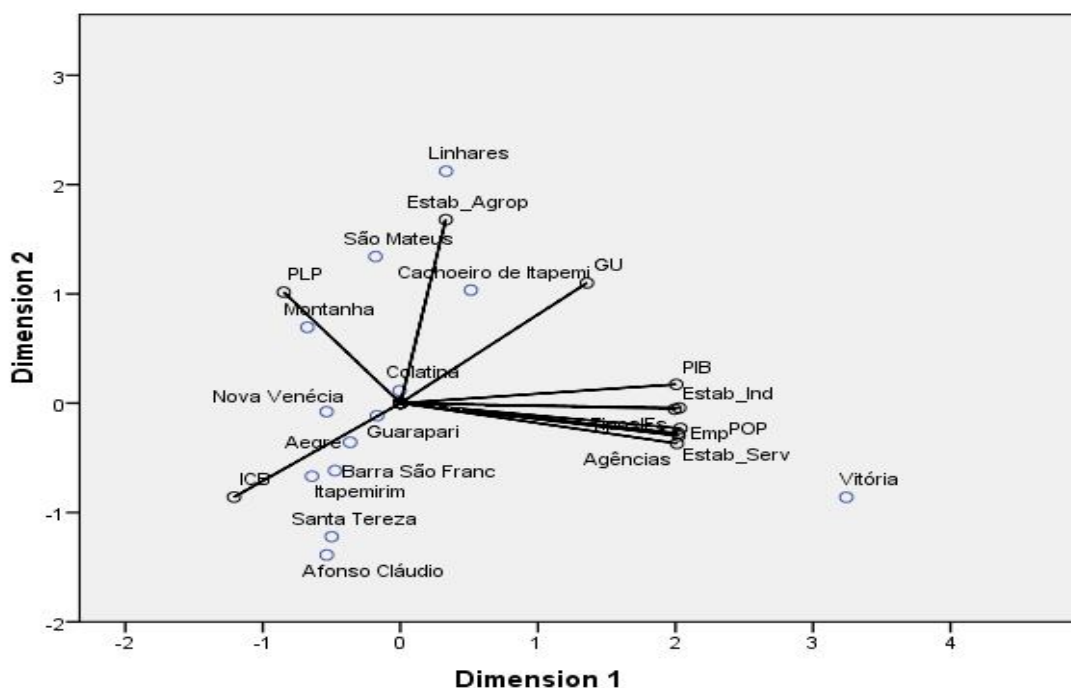
O quadro 02 ilustra os resultados para as variáveis utilizadas na análise de componente principal. Percebe-se que, nos três anos de análise, grande parte do total das variáveis conhecidas como variáveis reais e de centralidade explicam o componente 1, e as variáveis que podem caracterizar uma região periférica, o componente 2 (quadro 2). Somente a variável ICB alterou o seu comportamento, mudando a sua posição do componente primeiro nos anos de 1996 e 2002, para o componente segundo em 2008.

Quadro 02: Variáveis por fator e percentual de variâncias das variáveis

Ano	1996		2002		2008	
	Componentes		Componentes		Componentes	
	1	2	1	2	1	2
Agências	0,98	-0,18	0,96	-0,24	0,98	-0,11
Emp	0,98	-0,13	0,98	-0,16	0,98	-0,06
GU	0,66	0,53	0,75	0,48	0,66	0,61
PIB	0,97	0,08	0,98	0,02	0,99	0,04
POP	0,99	-0,11	0,97	-0,05	0,96	-0,08
TiposIFs	0,97	-0,03	0,98	-0,18	0,98	-0,08
ICB	-0,59	-0,42	-0,68	-0,62	-0,46	-0,73
Estab_Ind	0,98	-0,02	0,96	-0,07	0,97	-0,10
Estab_Serv	0,98	-0,14	0,97	-0,2	0,98	-0,06
Estab_Agrop	0,16	0,81	0,25	0,69	0,07	0,32
PLP	-0,41	0,49	-0,17	0,71	-0,43	0,75

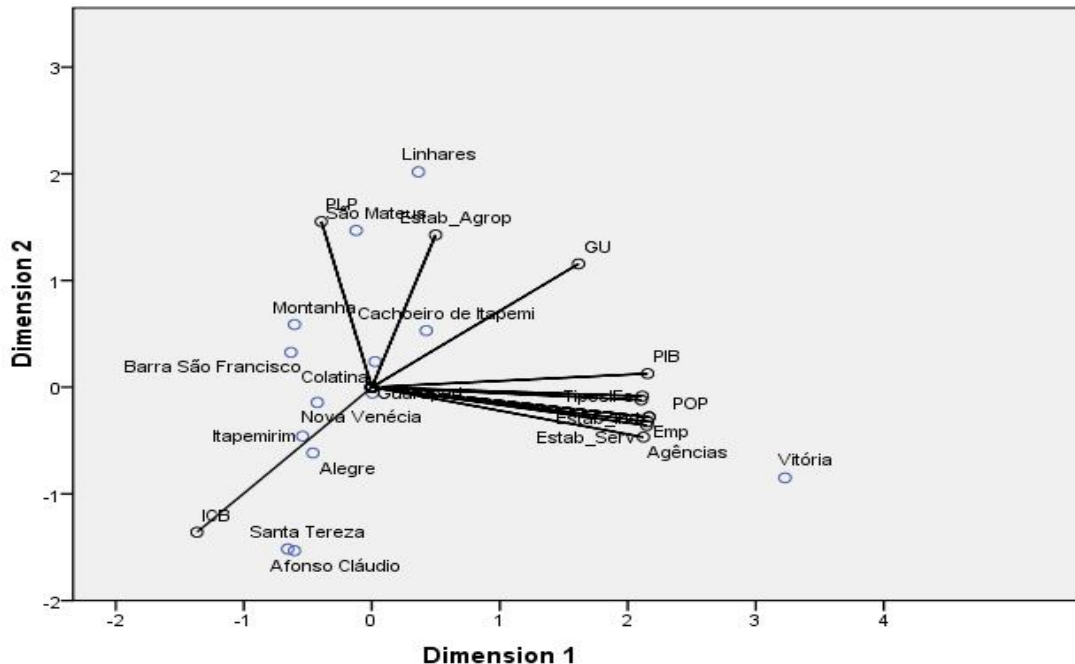
Fonte: Resultado da Pesquisa a partir de dados gerados da técnica ACP, por intermédio do software SPSS 17.0

A seguir, são apresentados os gráficos 08, 09 e 10 das ACPs para as microrregiões do Espírito Santo nos anos 1996, 2002 e 2008, respectivamente. O posicionamento dos componentes, face a uma apreciação visual, ajudará a entender o impacto das variáveis utilizadas para uma análise espacial microrregional. Dessa forma, o objetivo é fazer uma análise comparativa com os anos escolhidos, verificando a configuração econômica e financeira das regiões analisadas.

Gráfico 08- ACP para as microrregiões Espírito Santo em 1996

Fonte: Resultado da Pesquisa

Gráfico 09 - ACP para as microrregiões do Espírito Santo em 2002



Fonte: Resultado da Pesquisa

A análise dos gráficos consiste da seguinte forma. Quanto mais distante estão as microrregiões da região metropolitana de Vitória, ou seja, afastadas da nuvem de dados, mais forte é a característica positiva ou negativa na análise. Assim, quanto mais próximas estas microrregiões estão das setas que indicam características de centro, melhor a sua situação econômica real, e quanto mais próximas das setas que indicam características periféricas, piores sua situação econômico-financeira. Portanto, as microrregiões que estão do lado direito do gráfico indicam uma situação favorável em relação àquelas que se concentram à esquerda.

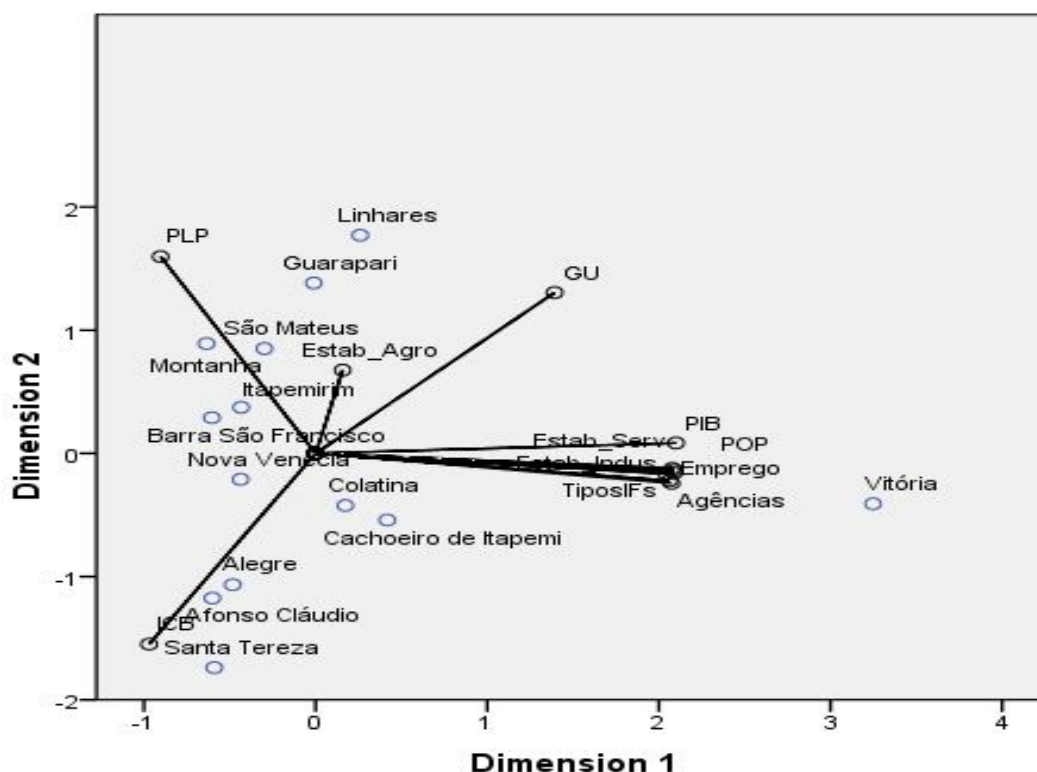
No gráfico 08, nota-se que há uma contraposição das variáveis PIB, emprego, agências, estabelecimento dos setores indústria e serviços e de um lado, e ICB e PLP de outro. Assim, as regiões que apresentaram os menores valores para as variáveis financeiras, apresentaram altos valores para as econômicas. Destaca-se microrregião de Vitória, que está isolada das demais por sua maior participação nos setores indústria e serviços, população, agências e PIB e menores índices de preferência por liquidez e ICB. Por outro lado, a microrregião Montanha apresenta uma posição inversa, com baixos valores de centralidade além de alta preferência por liquidez e ICB, acompanhada das microrregiões Barra do São Francisco, Nova Venécia, Santa Tereza, Alegre, Itapemirim.

Cachoeiro de Itapemirim e Linhares apresentaram uma posição favorável pelos menores índices de liquidez e significativos valores para as variáveis econômicas. Guarapari, Colatina e São Mateus têm um comportamento médio dos fatores, e portanto das variáveis analisadas no modelo.

Ao visualizar o gráfico para 2002 (gráfico 09), nota-se que as configurações não mudaram significativamente em relação ao ano de 1996. A variável PLP obteve um aumento em termos absolutos em todas as microrregiões do Estado, devido a um aumento nos depósitos a vista em função da quantidade de depósitos totais. Não obstante, microrregiões que possuíam PLP alta em 1996, continuaram apresentando índices elevados. Apesar de Linhares se destacar por apresentar melhores indicadores econômicos e financeiros, não se sabe o motivo que a região apresentou PLP elevado.

A ACP para o ano de 2008 praticamente também manteve-se inalterada em relação aos anos anteriores (gráfico 10). O que se nota é uma melhora de posição das microrregiões de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, principalmente no tocante ao aspecto financeiro: aumento do número de agências bancárias, diversificação de instituições financeiras e queda no valor absolutos do índice de PLP.

Gráfico 10 - ACP para as microrregiões do Espírito Santo em 2008



Fonte: Resultado da Pesquisa

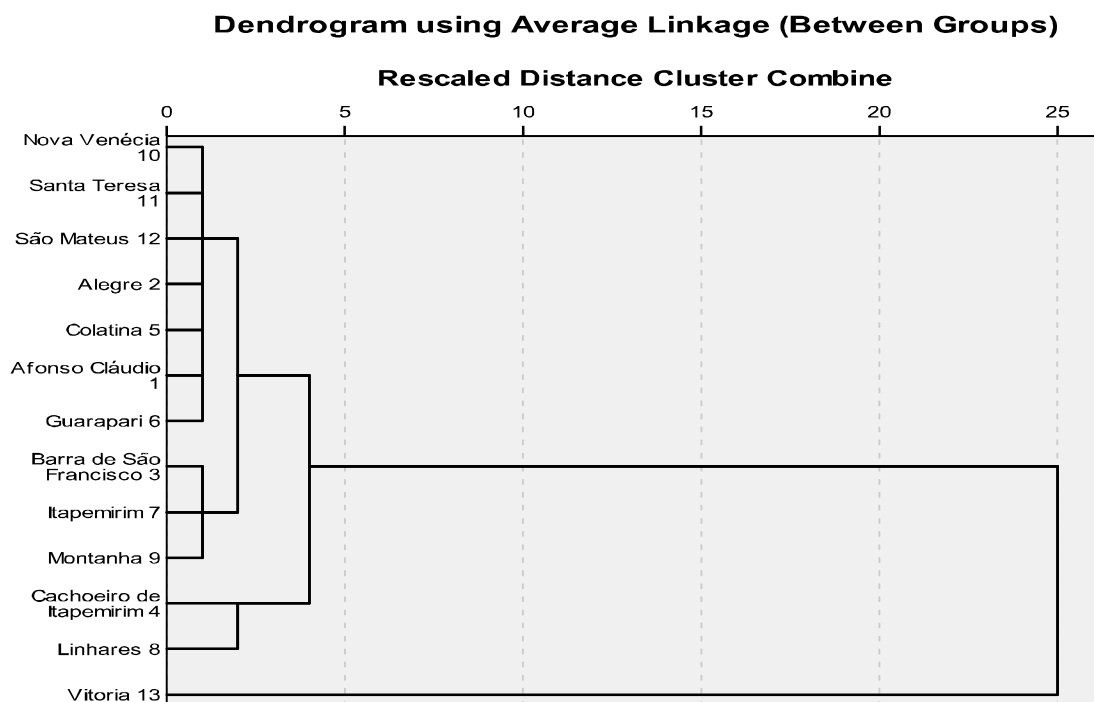
Face às ilustrações gráficas acima que demonstraram o comportamento das variáveis financeiras e econômicas nas microrregiões analisadas, optou-se por realizar uma análise de *cluster* através de visualizações de dendogramas, pela escolha de alguns índices e variáveis financeiras disponíveis: ICB, PLP, agências e tipos de instituições financeiras. O principal objetivo de realizar esta análise consiste em conhecer o desempenho financeiro das microrregiões capixabas, que pode repercutir numa restrição de crédito por parte do sistema bancário.

Sabe-se que a situação econômica das regiões exerce grande influência na determinação das variáveis financeiras. Dessa forma, como é adotado por Crocco *et al* (2003), deseja-se isolar as variáveis financeiras, sem acrescentar as de desempenho econômico com o intuito de diminuir o viés estatístico, facilitando, portanto, a análise. Vale ressaltar que o isolamento destas variáveis não exclui o nexo existente entre desempenho econômico e sistema financeiro, uma vez que estas duas condições estão relacionadas entre si, como foi definido no referencial. Assim, se uma região é considerada desenvolvida economicamente, a mesma possui uma incerteza menor que as demais que não o são, o que caracteriza uma menor preferência por liquidez, ocasionando uma maior quantidade de agências, concessão de créditos e diversificação de serviços financeiros, impactando num melhor desempenho econômico.

Dessa forma, a quantidade de agências e os tipos de instituições financeiras existentes na região representam o desenvolvimento do sistema financeiro e a maior facilidade de geração de crédito, proporcionando uma relação mais estreita entre demandantes e ofertantes de recursos, menor a incerteza percebida na região. Os resultados apresentados podem ser vistos nos dendogramas 1, 2 e 3.

Tendo em vista a visualização do dendograma 1 para o ano de 1996, percebe-se que a divisão ideal foi a de 4 grupos. A característica de cada divisão bem como as microrregiões que compõem cada uma delas, podem ser ilustradas no quadro.

Dendograma 1 para 1996



Fonte: Resultado da Pesquisa

Quadro 03 - Agrupamento das microrregiões do Espírito Santo em 1996

<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	<i>Cluster 3</i>	<i>Cluster 4</i>
Baixa PLP e ICB e grande diversificação financeira	Baixa-média PLP e ICB, média-alta diversificação financeira	Média PLP e ICB, média diversificação financeira	Alta PLP e ICB, baixa diversificação financeira
Vitória	Cachoeiro de Itapemirim	Afonso Cláudio	Barra São Francisco
	Linhares	Alegre	Itapemirim
		Colatina	Montanha
		Guarapari	
		São Mateus	
		Nova Venécia	
		Santa Teresã	

Fonte: Elaboração Própria

As microrregiões do grupo 4 apresentam alta preferência por liquidez e alto índice de concentração de crédito, o que as fazem diferenciar dos demais *clusters*. Além disso, o percentual de pobres⁴⁴ nessas regiões é o mais alto no estado. Os censos realizados pelo

⁴⁴ Segundo o IBGE (2008), este grupo de pessoas é composto com renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

IBGE, tanto para o ano de 1991 quanto de 2000, refletem que as microrregiões Barra de São Francisco, Montanha e Itapemirim se configuraram entre os maiores percentuais de pobres em suas localidades. Essas microrregiões são caracterizadas pela sua economia voltada para a agricultura, pecuária e pesca. Não apresentam nenhum pólo de crescimento, podendo ser consideradas como periféricas.

O Grupo 3 é composto pelas microrregiões Afonso Cláudio, Alegre, Colatina, Guarapari, São Mateus, Nova Venécia e Santa Teresa. Estas estão incluídas no agrupamento intitulado por médio PLP e ICB, além de possuírem média diversificação financeira. A economia destas regiões está centrada na agropecuária (café), indústrias extrativas minerais (petróleo e mármore), turismo.

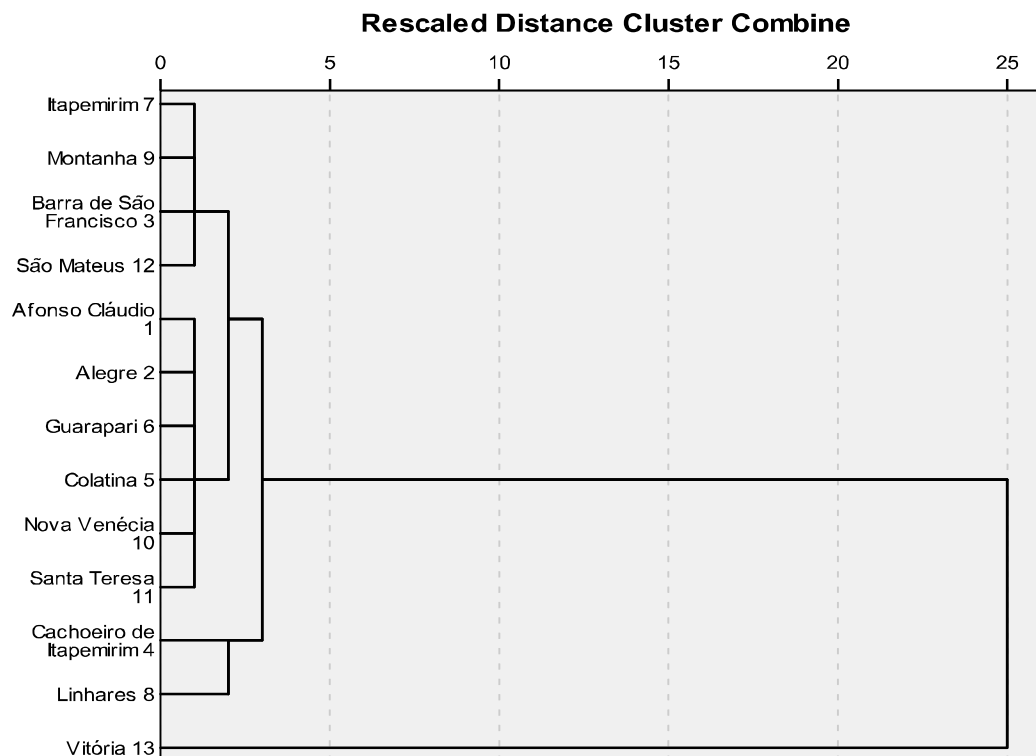
As microrregiões Cachoeiro de Itapemirim e Linhares compõem o grupo 2, enquadradas por obter um posicionamento de baixa média PLP e ICB, e média-alta diversificação financeira. Possuem as economias mais dinâmicas do estado (atrás apenas de Vitória), com participação de 7% e 9%, respectivamente. Linhares se destaca pelo dinamismo do setor agrícola (mamão papaya), sendo o maior exportador deste produto atualmente. Além disso, produz petróleo e gás natural. Já a economia de Cachoeiro de Itapemirim se baseia na extração de recursos naturais, principalmente de mármore e granito, o que a confere como a região mais importante do Sul do estado, polarizando diversos municípios.

A microrregião de Vitória está isolada das demais microrregiões, compondo sozinha o grupo 1, caracterizado pela sua baixa preferência por liquidez, grande número de agências bancárias e alta diversificação financeira. É a região com maior PIB, tendo vista que a sua participação é bem alta (42%), como foi dito anteriormente. Por ser destaque econômico e financeiro, pode-se dizer que a região de Vitória polariza grande parte do território no estado possuindo elevada participação no PIB do setor industrial (56%). Além disso, apresenta os índices sociais melhores do estado, possuindo menores percentuais de pobres e maior IDH⁴⁵.

⁴⁵ Em 1991 a microrregião de Vitória apresentou a maior renda familiar per capita dentre as microrregiões analisadas e Barra do São Francisco a menor. Resultado semelhante foi em relação ao IDH, uma vez que Barra do São Francisco e Itapemirim apresentaram os mais baixos índices (0,501 e 0,568, respectivamente), e a capital o maior (0,780).

Dendrograma 2 para 2002

Dendrogram using Average Linkage (Between Groups)



Fonte: Resultado da Pesquisa

Quadro 4 - Agrupamento das microrregiões do Espírito Santo em 2002

<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	<i>Cluster 3</i>	<i>Cluster 4</i>
Baixa PLP e ICB e grande diversificação financeira	baixa-média PLP e ICB, média-alta diversificação financeira, médio ICB	Média PLP e ICB, média diversificação financeira	Alta PLP médio ICB, média baixa diversificação financeira
Vitória	Cachoeiro de Itapemirim	Afonso Cláudio	Barra São Francisco
	Linhares	Alegre	Itapemirim
		Colatina	Montanha
		Guarapari	São Mateus
		Nova Venécia	
		Santa Tereza	

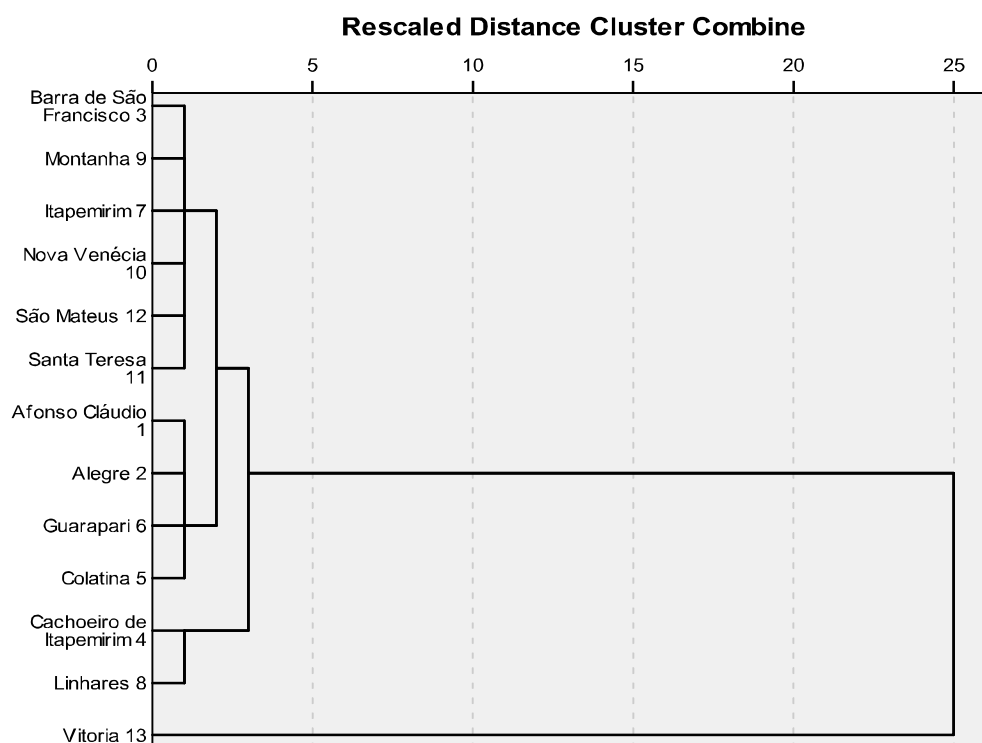
Fonte: Elaboração Própria

A divisão ideal também foi a de 4 grupos. Como se pode notar, houve apenas uma modificação para o ano de 2002 em relação a 1996. A microrregião de São Mateus passou a incorporar o grupo 4, juntamente com as microrregiões Barra de São Francisco, Itapemirim e

Montanha. Isso pode ter acontecido devido à redução no número de agência, uma vez que as microrregiões deste grupo aumentaram ou permaneceram na mesma quantidade.

Dendograma 3 para 2008

Dendrogram using Average Linkage (Between Groups)



Fonte: Resultado da Pesquisa

Quadro 5 - Agrupamento das microrregiões do Espírito Santo em 2008

<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	<i>Cluster 3</i>	<i>Cluster 4</i>
Baixa PLP e ICB e grande diversificação financeira	Média PLP e ICB, média-alta diversificação financeira	Média PLP e ICB, média diversificação financeira	Média-Alta PLP e ICB, baixa diversificação financeira
Vitória	Cachoeiro de Itapemirim	Guarapari	Montanha
	Linhares	Alegre	Barra de São Francisco
		Afonso Cláudio	Nova Venécia
		Colatina	São Mateus
			Santa Teresa
			Itapemirim

Fonte: Elaboração Própria

Em relação à análise de agrupamento realizada para 2008, dois grupos sofreram alteração comparativamente aos anos 1996 e 2002 - o *cluster* 3 e o *cluster* 4. No *cluster* 4, verifica-se que as microrregiões Nova Venécia e Santa Teresa passaram a compor este grupo, devido involução da quantidade de agências na primeira (todas as demais microrregiões aumentaram o número de agências), e aumento da preferência por liquidez em termos absolutos na segunda. Com efeito, no *cluster* 3, as microrregiões Guarapari, Alegre, Afonso Cláudio e Colatina permaneceram, bem como as demais microrregiões dos *clusters* 1 e 2.

Portanto, nota-se um aumento da concentração financeira no estado, verificado pela análise de agrupamento no período 1996-2008, ou seja, algumas microrregiões perderam tanto a sua participação financeira quanto econômica.

5.3 Resultados da análise fatorial

As variáveis utilizadas neste modelo foram retiradas do balancete consolidado dos bancos comerciais e múltiplos, fornecida pela ESTBAN, como foi dito anteriormente; as demais, de ordem econômica, foram extraídas do IBGE e RAIS. A seleção de tais variáveis se relacionam com o fato de melhor aderência ao modelo, tendo em vista os resultados das hipóteses e teste realizados.

Com o intuito de obter uma situação mais detalhada do comportamento do sistema financeiro no estado e, além disso, atender as exigências para a realização deste procedimento estatístico, o espaço de análise escolhido foi composto pelos municípios capixabas. Como foi dito na parte metodológica, na Análise Fatorial, busca-se extrair uma quantidade variável de fatores respeitando o valor do *eigenvalues* que deve ser superior a um. Aqui, optou-se por utilizar um número fixo de fatores sem prejudicar os resultados e a descrição do modelo, totalizando assim a quantidade de 3 fatores: O primeiro descreve a estrutura econômica e financeira dos municípios capixabas; o segundo representa o dinamismo do sistema financeiro e o terceiro fator Gestão dos Financiamentos Bancários. Na tabela 07, torna-se possível uma análise descritiva das variáveis.

Tabela 07 - Análise Descritiva das Variáveis

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
D_VISTA	0,017	0,0172	0,4234	0,0002	SALÁR	306,10	177,756	1171,4	107,40
D_PRAZO	0,020	0,0496	0,6906	0	ESTAB_IND	0,0220	0,0337	0,1304	0,0003
POUP	0,018	0,0108	0,3278	0,0002	ESTAB_AGROP	0,0222	0,0408	0,2097	0,0005
F_AGROP_ATIVO	0,172	0,1733	0,8142	0,0006	TIPOS_IFS	5,1707	5,0394	26	1
F_ATIVO	0,047	0,0403	0,2095	0,0131	EMP	0,0227	0,0489	0,27	0,0004
O_CRÉD_ATIVO	0,051	0,0546	0,1914	0,0000	ATIVO_PIB	1283,4	658,4925	3703,8	85,5537
F_IMOB_ATIVO	0,060	0,0445	0,17311	0,0005	RES_ATIVO	0,0239	0,0077	0,0079	0,0524
AGÊN_PC	0,000	0,0001	0,2363	0,0024	PLP	0,1997	0,0556	0,5438	0,1112

Fonte: Resultado da Pesquisa

Como se pode notar, dos diversos municípios do estado, apesar de todos possuírem pelo menos uma agência bancária, estes contam com uma estrutura financeira pouco desenvolvida, dada a sua baixa sofisticação e diversificação de serviços oferecidos. Por exemplo, quanto ao tipo de instituições financeiras, a maioria dos municípios possui somente o setor bancos múltiplos em suas localidades, e destes, a quantidade de financiamentos e depósitos a prazo fica bem abaixo dos demais.

Conforme é desenvolvido no trabalho de Perobelli *et al* (1999), a tabela 08 permite demonstrar uma melhor visualização dos valores encontrados em relação ao *eigenvalues*, comunalidades e variância. Os valores demonstram uma favorável relação das variáveis ao modelo, pois 4 variáveis estão abaixo de 0,60 sendo que duas está abaixo de 0,40; 6 variáveis estão acima de 0,90. Além disso, pode-se dizer que todas as variáveis possuem sua variância explicada pelos 3 fatores, percebendo que tais fatores estão em ordem decrescente de explicação.

Tabela 08 - Valores de *eigenvalues*, comunalidades e percentual da variância explicada pelos fatores

Fator	<i>Eigenvalues</i>	% da Variância	% Acumulativa
1	6,143	38,394	38,394
2	3,762	23,513	61,907
3	2,180	13,623	75,530

Variável	Comunalidade	Variável	Comunalidade
DEP_VISTA	0,953	SALÁR	0,818
DEP_PRAZO	0,907	ESTAB_IND	0,767
DEP_POUP	0,920	ESTAB_AGROPEC	0,956
F_AGROP_ATIVO	0,663	TIPOS_IFS	0,943
F_ATIVO	0,448	EMPREGO	0,947
O_CRÉD_ATIVO	0,512	ATIVO_PIB	0,703
F_IMOB_ATIVO	0,492	RES_ATIVO	0,683
AGÊNCIA_PC	0,779	PLP	0,593

Fonte: Resultado da Pesquisa

A tabela 09 ilustra as cargas fatoriais do modelo fatorial rotacionado. Como foi dito na metodologia, as cargas fatoriais representam a correlação entre as variáveis originais e os fatores, representando o entendimento da natureza de um determinado fator⁴⁶. Assim, as cargas fatoriais em negrito representam o maior valor da variável correlacionada ao fator correspondente.

A aplicação do teste KMO foi efetuada com a intenção de saber se os dados originais estão ajustados ao modelo. A resposta desse teste está situada no intervalo bom apresentando o valor 0,704, tornando-se viável e possível a utilização da análise fatorial. De igual maneira, o teste de esfericidade de Barlett (*Barlett's Test of Sphericity*) indicou improvável a matriz de correlação ser uma identidade, verificada pelo alto valor encontrado no BTS, 940,139, com o nível de significância 0,000.

⁴⁶ As cargas fatoriais ao quadrado indicam o percentual da variância de uma variável original que é explicada pelo fator.

Tabela 09- Cargas Fatoriais

Variáveis	Fatores		
	1	2	3
ESTAB_AGROPEC	0,968	0,054	-0,128
EMP	0,965	0,109	-0,068
TIPOS_IFS	0,940	0,031	-0,242
SALÁR	0,874	0,214	0,094
D_VISTA	0,820	0,515	0,127
D_PRAZO	0,799	0,498	0,139
ESTAB_IND	0,771	-0,322	-0,263
AGÊNC_PC	-0,007	0,857	0,210
POUP	0,510	0,809	-0,070
ATIVO_PIB	0,391	0,740	-0,047
RES_ATIVO	-0,203	-0,692	0,403
PLP	0,156	-0,655	0,374
O_CRÉD_ATIVO	-0,316	0,457	-0,451
F_AGROP_ATIVO	-0,356	-0,159	0,715
F_IMOB_ATIVO	-0,071	0,054	-0,696
F_ATIVO	-0,111	0,036	0,659

Fonte: Resultado da Pesquisa

Tendo em vista a análise das tabelas 08 e 09, pode-se dizer que:

1. Composto por 7 variáveis, o Fator 1 possui a maior explicação da variância do modelo 38,394%. Apesar de possuir algumas variáveis financeiras, este fator agrega todas as variáveis econômicas que foram selecionadas para a análise, podendo ser rotulado como “Estrutura Econômica e Financeira”. Todas as variáveis desse fator possuem uma correlação positiva e acima da 0,80, exceto as variáveis D_PRAZO e ESTAB_IND que se relacionam com o fator 0,799 e 0,771 respectivamente.
2. O Fator 2 pode ser denominado como “Dinamismo do Sistema Financeiro”, explicado por 23,513% da variância. Este fator contém 6 variáveis, sendo que duas apresentaram correlação negativa com o fator - RES_ATIVO e PLP (Contas de Resultado e Preferência por Liquidez do Público). Os sinais de ambas variáveis são coerentes com a literatura resenhada neste estudo, pois quanto menor o índice PLP, maior confiança depositada pelo público na região e nas instituições que são localizadas ali. Em relação à variável RES_ATIVO,

esta demonstra a participação do lucro gerado pelo sistema financeiro comparativamente ao ATIVO do balancete bancário. Assim, em regiões com o sistema financeiro pouco desenvolvido, as mesmas conseguem auferir um lucro maior, mesmo não oferecendo uma estrutura de serviços financeiros com maior diversificação.

3. O Fator 3 é composto por apenas três variáveis, representando 13,623% da variância total. Este fator pode ser intitulado como “Gestão dos Financiamentos Bancários”, uma vez que o mesmo demonstra a quantidade de financiamentos (da conta operações de crédito) destinada ao público em relação ao ativo bancário. Todas as variáveis deste fator possuem correlação⁴⁷ acima de 0,60, sendo que a variável com correlação menor é F_ATIVO (Financiamentos por Ativo), apresentando o valor de 0,659.

Os escores fatoriais foram calculados pela ponderação das variâncias dos componentes, com o objetivo de construir uma hierarquia para os municípios capixabas, tendo em vista os seus potenciais de desenvolvimento financeiro. Com o intuito de diminuir o efeito dos grandes municípios, foram construídos vários índices, tanto para as variáveis financeiras quanto econômicas, ao invés de somente incorporar ao modelo os valores absolutos das mesmas. Dessa forma, o potencial de desenvolvimento financeiro, foi obtido por meio da interpolação dos escores, atribuindo 100 por cento ao maior valor encontrado e 0 ao menor.

Para a classificação dos escores, foi utilizada a proposta de Perobelli *et al* (1999), que sugere a seguinte tipologia:

- PDF- MA- composta por municípios que superam a média em dois desvios padrões,
- PDF- A- supera a média entre um e dois desvios padrões;
- PDF- ME- está no intervalo entre a média e o limite inferior da segunda;
- PDF- B- a quarta categoria constitui de 50% dos municípios abaixo da média,e;
- PDF- MB- o restante dos municípios.

⁴⁷ Observa-se que a variável Financiamentos imobiliários apresentou uma correlação negativa com o Fator 3. Provavelmente, isso se deve a programas sociais que promovem financiamentos de habitação que destinam parte de seus recursos à famílias de baixa renda, como por exemplo as Caixas Econômicas.

Tabela 10 - Índice de Potencial de Desenvolvimento Financeiro dos Municípios do**Espírito Santo**

MUCURICI	0,00	ITAGUACU	5,79
GOVERNADOR LINDENBERG	0,28	VIANA	6,08
PONTO BELO	0,99	SAO JOSE DO CALCADO	6,09
IBITIRAMA	1,77	DOMINGOS MARTINS	6,10
IRUPI	1,82	BAIXO GUANDU	6,20
SOORETAMA	1,93	SAO ROQUE DO CANAA	6,25
DIVINO DE SAO LOURENCO	2,03	IBIRACU	6,26
AGUA DOCE DO NORTE	2,03	AFONSO CLAUDIO	6,46
RIO BANANAL	2,23	MUQUI	6,52
AGUIA BRANCA	2,25	JOAO NEIVA	6,60
SAO DOMINGOS DO NORTE	2,59	MARECHAL FLORIANO	6,60
APIACA	3,14	ALFREDO CHAVES	6,68
MANTENOPOLIS	3,17	VARGEM ALTA	6,71
VILA PAVAO	3,22	MONTANHA	6,73
PANCAS	3,27	MARATAIZES	6,79
BREJETUBA	3,31	SANTA MARIA DE JETIBA	6,82
LARANJA DA TERRA	3,56	ALEGRE	7,15
ATILIO VIVACQUA	3,82	ANCHIETA	7,52
PIUMA	3,84	SANTA TERESA	7,75
ECOPORANGA	3,87	PEDRO CANARIO	8,11
DORES DO RIO PRETO	3,96	NOVA VENECIA	8,15
JAGUARE	3,99	BARRA DE SAO FRANCISCO	8,21
SANTA LEOPOLDINA	4,19	FUNDAO	8,69
VILA VALERIO	4,20	GUACUI	9,37
MUNIZ FREIRE	4,28	CASTELO	9,60
BOM JESUS DO NORTE	4,41	SAO GABRIEL DA PALHA	9,87
BOA ESPERANCA	4,44	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	10,31
ALTO RIO NOVO	4,52	PRESIDENTE KENNEDY	10,67
IBATIBA	4,66	ARACRUZ	11,32
JERONIMO MONTEIRO	4,75	SAO MATEUS	11,56
CONCEICAO DA BARRA	4,78	ICONHA	11,69
CONCEICAO DO CASTELO	4,78	GUARAPARI	15,20
RIO NOVO DO SUL	4,99	COLATINA	18,45
PINHEIROS	5,11	CARIACICA	20,76
MIMOSO DO SUL	5,16	LINHARES	21,62
ITAPEMIRIM	5,29	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	24,71
ITARANA	5,61	SERRA	31,18
IUNA	5,69	VILA VELHA	40,70
MARILANDIA	5,73	VITORIA	100,00

Fonte: Resultado da Pesquisa

Os valores encontrados na tabela 10 apontam para baixo valor de PDF calculados. Pode-se dizer que município de Vitória é o centro financeiro do estado, agregando também municípios de localidade próxima com elevados potenciais, como por exemplo, Vila Velha e Serra. Outros municípios como Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Colatina e Guarapari apresentaram PDF expressivos, sendo que os dois primeiros foram classificados com alto potencial, e os dois posteriores, médio potencial financeiro.

Tabela 11- Classificação do Potencial de Desenvolvimento Financeiro dos Municípios do Espírito Santo

MUCURICI	MB	ITAGUACU	B
GOVERNADOR LINDENBERG	MB	VIANA	B
PONTO BELO	MB	SAO JOSE DO CALCADO	B
IBITIRAMA	MB	DOMINGOS MARTINS	B
IRUPI	MB	BAIXO GUANDU	B
SOORETAMA	MB	SAO ROQUE DO CANAA	B
DIVINO DE SAO LOURENCO	MB	IBIRACU	B
AGUA DOCE DO NORTE	MB	AFONSO CLAUDIO	B
RIO BANANAL	MB	MUQUI	B
AGUIA BRANCA	MB	JOAO NEIVA	B
SAO DOMINGOS DO NORTE	MB	MARECHAL FLORIANO	B
APIACA	MB	ALFREDO CHAVES	B
MANTENOPOLIS	MB	VARGEM ALTA	B
VILA PAVAO	MB	MONTANHA	B
PANCAS	MB	MARATAIZES	B
BREJETUBA	MB	SANTA MARIA DE JETIBA	B
LARANJA DA TERRA	MB	ALEGRE	B
ATILIO VIVACQUA	MB	ANCHIETA	B
PIUMA	MB	SANTA TERESA	B
ECOPORANGA	MB	PEDRO CANARIO	ME
DORES DO RIO PRETO	MB	NOVA VENECIA	ME
JAGUARE	MB	BARRA DE SAO FRANCISCO	ME
SANTA LEOPOLDINA	MB	FUNDAO	ME
VILA VALERIO	MB	GUACUI	ME
MUNIZ FREIRE	MB	CASTELO	ME
BOM JESUS DO NORTE	MB	SAO GABRIEL DA PALHA	ME
BOA ESPERANCA	MB	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	ME
ALTO RIO NOVO	MB	PRESIDENTE KENNEDY	ME
IBATIBA	MB	ARACRUZ	ME
JERONIMO MONTEIRO	B	SAO MATEUS	ME
CONCEICAO DA BARRA	B	ICONHA	ME
CONCEICAO DO CASTELO	B	GUARAPARI	ME
RIO NOVO DO SUL	B	COLATINA	ME
PINHEIROS	B	CARIACICA	A
MIMOSO DO SUL	B	LINHARES	A
ITAPEMIRIM	B	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	A
ITARANA	B	SERRA	A
IUNA	B	VILA VELHA	MA
MARILANDIA	B	VITORIA	MA

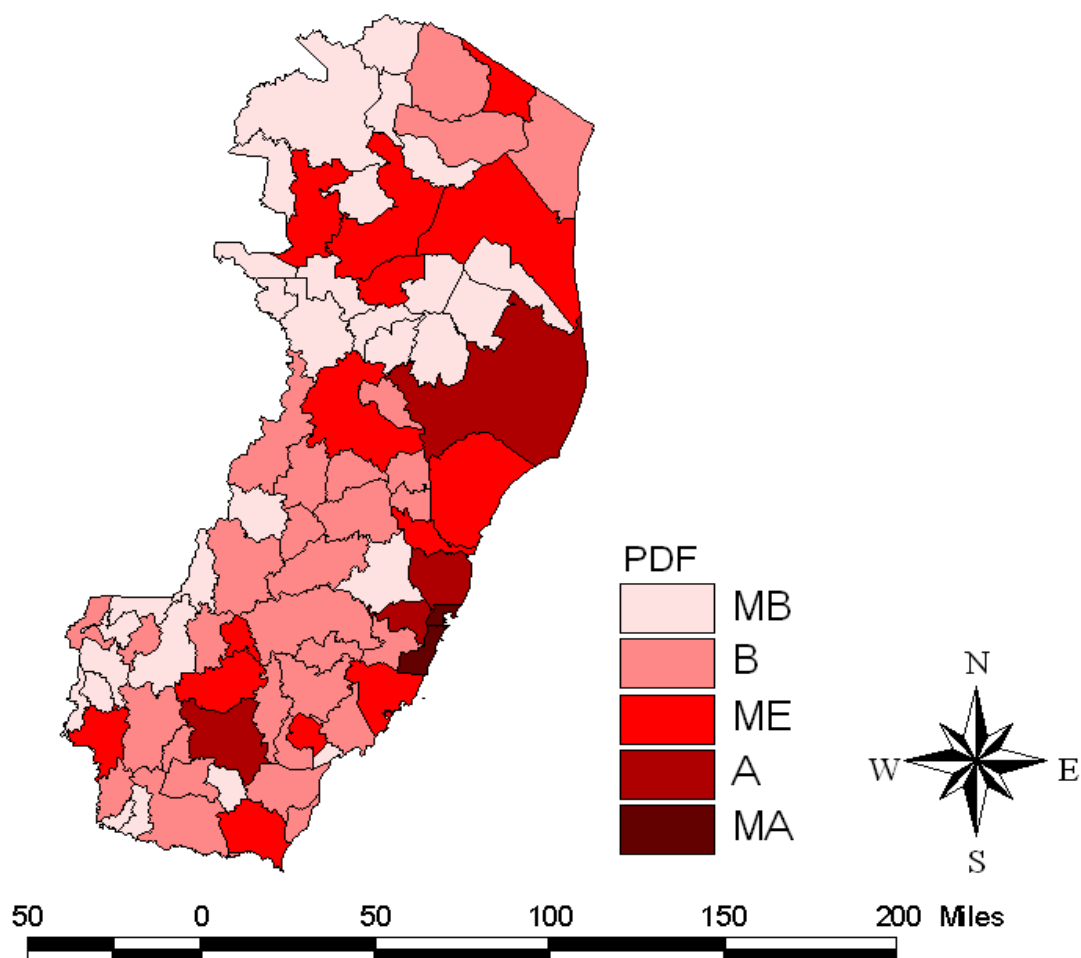
Fonte: Resultado da Pesquisa

De forma geral, do total de 78 municípios, 14 apresentaram potenciais médios, e 58 se enquadraram nas categorias baixo e muito baixo. Isso corrobora a análise realizada na seção 3, que demonstra a desigualdade regional existente no estado, sendo, portanto, o sistema financeiro a peça fundamental para explicá-la.

Pode-se perceber que alguns municípios que se destacam pela forte participação no PIB, apresentaram potenciais médios e baixos. Por exemplo, Anchieta, que apresentou um

PDF baixo, ocupa a 6ª posição no PIB estadual, indicando que não há uma apropriação da renda gerada na região e, além disso, tal renda gerada não é “canalizada” pelo sistema financeiro. De forma contrária, outras regiões que não possuem participação relevante no PIB como Venda Nova do Imigrante, Castelo, Fundão e Nova Venécia, apresentaram PDF médios. Embora as variáveis econômicas sejam importantes para explicar os fluxos financeiros, considerou-se também a capacidade do sistema financeiro em atender à demanda do público pela oferta de bens e serviços bancários na região. Portanto, mesmo que as regiões mencionadas não possuem um forte dinamismo econômico, possuem um sistema financeiro disposto e capaz de suprir a demanda regional de crédito dos agentes econômicos.

Figura 04- Mapa do Potencial de Desenvolvimento Financeiro dos municípios do Espírito Santo



Fonte: Resultado da Pesquisa. Elaboração com o auxílio do software ArcView GIS 3.2

Pela figura 04, pode-se confirmar a exclusão financeira das regiões do oeste capixaba, que também possuem os piores indicadores econômicos e sociais, como foi discutido no

capítulo 2. Como é observado, os municípios com os menores potenciais estão localizados lá, ao contrário daqueles que se encontram no litoral do estado, que, por sua vez, apresentaram potenciais mais favoráveis. Como era de se esperar, a RMGV possui os potenciais mais elevados, com destaque para Vitória, Vila Velha, Serra. Já Cariacica, mesmo possuindo alto potencial, ficou atrás de Cachoeiro de Itapemirim e Linhares. Ponto Belo, Mucurici e Governador Lindenberg receberam os piores índices.

Face à análise dos índices de desenvolvimento financeiro, abre-se a possibilidade de relacioná-los com os índices IDH-M e IFDM, uma vez que estes são os mais aceitos e utilizados dentre os indicadores de desenvolvimento. Como discutido, tanto IDH-M quanto IFDM constituem de índices que captam o desenvolvimento das regiões considerando os fatores educação, longevidade e renda. Espera-se, portanto, que tal relação seja positiva com os potenciais calculados.

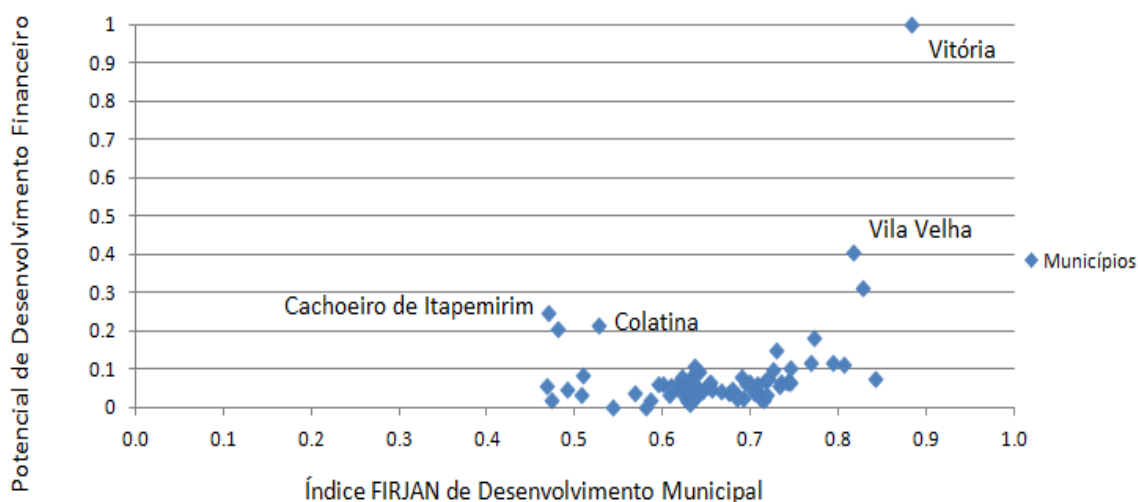
Ao calcular a correlação com os índices, os valores encontrados foram os seguintes:

Quadro 06- Correlação entre os índices sociais e PDF

Índices sociais	PDF
IFDM-2008	0.57258
IDH-M-2000	0.59350
IDH-M-1991	0.63994

Fonte: Resultado da Pesquisa

Figura 05 – Gráfico de dispersão PDF versus IFDM-2008



Fonte: Resultado da Pesquisa.

Pelo quadro 06, nota-se que existe uma correlação relevante com todos os índices sociais escolhidos. Na figura 05, nota-se que apesar de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina possuírem potenciais de desenvolvimento financeiro expressivos, o IFDM aparentou um valor comparativamente abaixo dos demais municípios. Ao contrário, o município de Vitória, enquadrado por apresentar um potencial de desenvolvimento financeiro muito alto, possui também o maior índice de desenvolvimento municipal (IFDM).

Assim, a análise de resultados indicou que algumas regiões do estado apresentaram dinamismo financeiro e outras foram consideradas excluídas financeiramente. Os principais resultados podem ser elencados a seguir:

- A microrregião de Vitória, por possuir densidade populacional, agências bancárias, diversificação financeira, menor preferência por liquidez do público e além disso, melhores indicadores sociais, seria o pólo financeiro e econômico do estado, com capacidade de ofertar maior volume de crédito para o público.
- Verificou-se que nos anos escolhidos 1996, 2002 e 2008, as microrregiões Barra do São Francisco, Montanha e Itapemirim se enquadraram no grupo (*cluster*) por apresentar baixo acesso bancário, verificado pela alta preferência por liquidez e baixa diversificação financeira.
- A análise fatorial permitiu obter um panorama da configuração financeira do Espírito Santo no espaço. Constatou-se que esta configuração não é homogênea, uma vez que o sistema financeiro é bastante fragmentado em termos de sofisticação financeira, concessão de créditos e empréstimos e número de agências, corroborando que os bancos adotam estratégias diferenciadas no território.
- Outras regiões seriam beneficiadas pelo dinamismo verificado em Vitória, como Vila Velha e Serra, que por sua vez, apresentaram resultados significativos pelo emprego da metodologia. Já Cariacica, mesmo localizando-se próxima à capital, apresentou resultado intermediário.
- O município de Linhares se destacou dentre os demais da região norte do estado, já Cachoeiro de Itapemirim, ao sul. Desse modo, ambos os municípios foram classificados por possuírem potenciais altos de desenvolvimento financeiro.

- Apesar do município de Anchieta se configurar entre os maiores PIB do estado, este apresentou um potencial financeiro baixo. A baixa quantidade de agências bancárias, pouca movimentação financeira e a baixa renda apropriada no município podem explicar o cálculo encontrado.
- Como foi constatado no mapa, grande parte dos municípios que apresentaram potenciais baixos e muito baixos estão localizados na parte oeste do estado, ao contrário daqueles situados na faixa litorânea, que por sua vez, foram classificados como potencial de desenvolvimento financeiro muito alto, alto e médio.
- Especificamente na região Noroeste do estado, diversos situados nesta localidade apresentaram baixos potenciais. Dessa forma, dos 17 municípios localizados nesta região, 11 apresentaram potenciais muito baixos, 4 médios e 2 baixos⁴⁸.

⁴⁸ Água doce do Norte (MB) – Barra de São Francisco (ME) – Ecoporanga (MB) – Mantenópolis (MB) – Alto Rio Novo (MB) – Baixo Guandu (B) – Colatina (ME) – Governador Lindenberg (MB) – Marilândia (B) – Pancas (MB) – São Domingos do Norte (MB) – Águia Branca (MB) – Boa Esperança (MB) – Nova Venécia (ME) – São Gabriel da Palha (ME) – Vila Pavão (MB) – Vila Valério (MB).

6 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi analisar a configuração financeira do Espírito Santo, identificando as regiões do estado que apresentam um sistema financeiro desenvolvido e disposto a ofertar maiores quantidades de créditos, dadas as suas características econômicas reais. Para tanto, utilizou-se as técnicas de análise de componentes principais e análise fatorial, sendo que através desta última foi possível extrair um índice que captasse a dinâmica financeira de cada município do estado; tal índice foi intitulado como potencial de desenvolvimento financeiro (PDF).

Na primeira parte do trabalho, no capítulo 2, a discussão teórica foi baseada na teoria pós-keynesiana e no foco da mesma na relação entre crescimento econômico e sistema financeiro. Os pós-keynesianos incorporam elementos da teoria de Keynes relacionados à não neutralidade, preferência por liquidez e adicionam a característica da moeda endógena, sendo este atributo que confere aos bancos a capacidade de criar e ofertar moeda. As desigualdades regionais surgiriam pelas estratégias bancárias diferenciadas no território, dada a relação centro-periferia.

Ao descrever a trajetória da economia capixaba, através dos seus ciclos de desenvolvimento, verificou-se que os grandes projetos realizados na década 1970-1980, baseados em vultosos investimentos do governo federal com a finalidade de reduzir as desigualdades no Brasil, no caso específico do Espírito Santo, gerou uma forte concentração da produção em alguns municípios capixabas. Tais investimentos foram destinados a alguns setores produtores de *commodities*, provocando certa diversificação da economia capixaba em se tratando de novos setores produtores, verificada até nos dias atuais, embora com volume de produção concentrado cada vez mais na produção das referidas *commodities*.

Dessa forma, conforme visto no capítulo 3, pela análise preliminar de indicadores e variáveis, constatou-se a tendência de aumento das disparidades regionais no Espírito Santo ao longo dos anos. A riqueza gerada no estado é concentrada fundamentalmente em Vitória e seu entorno, além de alguns municípios litorâneos, com aumento crescente de suas participações. Além disso, grande parte dos fluxos financeiros e melhores indicadores sociais (IDH e IFDM) estão localizados lá, o que tem atraído parte da população a residir nestes locais.

A utilização da análise de componentes principais foi realizada para confirmar os resultados já encontrados em trabalhos anteriores (de outros autores) realizados para o Brasil. Assim, tomando por base o referencial teórico discutido no trabalho que define uma relação entre crescimento e sistema financeiro, a análise foi composta de 11 variáveis, empregadas para as 13 microrregiões capixabas.

Os resultados corroboraram as discussões prévias realizadas nos capítulos anteriores. De forma geral, verificou-se que Vitória seria a microrregião mais importante em termos financeiros, podendo ser considerada a praça financeira do estado; as microrregiões Cachoeiro de Itapemirim e Linhares, também obtiveram resultados favoráveis. Colatina e Guarapari apresentaram resultados intermediários; já Montanha, Itapemirim e Barra do São Francisco seriam as piores microrregiões em termos de acesso a créditos, serviços financeiros sofisticados e por possuírem alta preferência por liquidez do público.

De forma pioneira, empregou-se a técnica de análise fatorial na segunda parte da metodologia, sendo possível conhecer a configuração financeira de cada município do estado, dadas as variáveis utilizadas para esta técnica. Assim, constatou-se que os bancos adotam comportamentos diferenciados no estado (relativos a empréstimos, financiamentos, depósitos) dadas as características de centralidade definidas neste trabalho (renda, estabelecimentos, emprego), sendo que tais comportamentos foram explicativos para o que se verifica de forma crescente no estado, as disparidades regionais.

Os melhores índices de potencial de desenvolvimento financeiro foram encontrados nos principais municípios do entorno de Vitória: Vila Velha, Serra e Cariacica, respectivamente. Outros municípios também apresentaram índices satisfatórios como: Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina.

No entanto, do total de 78 municípios, 58 foram classificados como potencial de desenvolvimento financeiro baixo e muito baixo, podendo ser considerados municípios periféricos e excluídos financeiramente, não atendendo às demandas de crédito e financiamento local.

Portanto, foi possível mapear os municípios que indicam a situação real quanto ao fornecimento de créditos e serviços financeiros, destacando as regiões que são desprovidas destas características, cabendo às instituições governamentais atentarem para esta situação, com a implementação de políticas regionais.

Tais questões envolveriam a parceria das instituições públicas bancárias atuantes no estado: Banestes, Banco do Nordeste e BANDES. As mesmas utilizariam métodos mais eficazes de diferenciação de créditos e financiamentos tanto para consumidores, como produtores e micro empresários, destinados às regiões que foram classificadas como periféricas, por possuírem potenciais financeiros baixos ou muito baixos.

Assim, como discutido na literatura desenvolvida neste trabalho, Amado (1998) propõe a criação de um sistema bancário regional constituídos de bancos públicos, de preferência que fossem geridos nas próprias regiões periféricas, com o objetivo de amenizar as bases voláteis de informação, facilitando a concessão de créditos das empresas locais.

Aplicando essa discussão ao Espírito Santo, o Banco do Nordeste cumpriria o papel de estender sua atuação, em termos de créditos e serviços financeiros, aos municípios localizados ao norte do estado, principalmente aqueles que apresentaram índices baixos. Já o Banestes, por ser caracterizado como um banco público múltiplo e também por possuir agências bancárias em todos os municípios, a sua atuação ocorreria de forma mais abrangente, bem como o BANDES, que por sua vez, é o banco de desenvolvimento. Portanto, a proposta deste trabalho é uma política de diferenciação de créditos (mais facilitada, como por exemplo, através de taxas reduzidas) para as atividades produtivas locais aos municípios classificados com potencial financeiro baixo e muito baixo, impactando numa geração de renda e redução das desigualdades regionais do estado.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, notou-se que o fator social também pode interferir nas estratégias bancárias locais. Os índices IDH-M e IFDM apresentaram uma correlação satisfatória com os potenciais calculados, ou seja, uma região que apresenta desenvolvimento em termos de renda, educação, emprego e saúde pode propiciar condições adequadas para os bancos instalarem agências e ofertarem maiores quantidade de créditos, suprimindo a demanda regional existente.

Embora esta metodologia tenha permitido indicar os municípios que apresentam dinamismo financeiro e econômico, e sendo tais argumentos explicativos do subdesenvolvimento verificado por uma parcela do estado, novos estudos e avanços de pesquisas podem ser realizados daqui em diante.

Pelo fato das desigualdades se revelarem um tema bastante amplo e envolverem diversos indicadores, outros fatores podem estar relacionados com essa explicação, além do sistema financeiro. Por exemplo, pode-se elaborar um estudo para o Espírito Santo,

envolvendo um período histórico de maior abrangência temporal, que incluiria outras variáveis e índices de pobreza, para serem incorporados em modelos econométricos ou em métodos de análise regionais.

7 REFERÊNCIAS

- AMADO, A. M.; A questão Regional e o Sistema Financeiro no Brasil: Uma interpretação pós-keynesiana, **Estudos Econômicos**, v.27, n.3, p.417-40, set./dez, 1997.
- _____. Moeda, Financiamento, Sistema Financeiro e Trajetórias de Desenvolvimento Regional Desigual. **Revista de Economia Política**, vol. 18, n°1(69), janeiro/março. 1998.
- _____. Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990. In: CROCCO, M. A; JAYME JUNIOR, F. G. (Org.). **Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- ANDRADE, T. A. Métodos estatísticos e econométricos aplicados à análise regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.) **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. cap. 9, p. 427-507.
- BARRA, C.; CROCCO, M.A. **Moeda e Espaço no Brasil: Uma análise pós-keynesiana**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002. (Texto para a discussão n° 181)
- BASTOS, S. Q. A; ARAÚJO, R. F. Moeda Endógena e Desenvolvimento Regional: Uma análise da concentração do Sistema Bancário Brasileiro (1996 e 2006). In: XV Encontro Nacional de Economia Política, São Luis, 2010.
- BUFFON, J. A. O café e a urbanização no Espírito Santo: Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. (Mestrado em Economia UNICAMP), 1992.
- CAÇADOR, S. B. Uma olhar crítico sobre o desempenho recente da economia capixaba: uma análise a partir de teorias de desenvolvimento regional e de estatísticas de inovação. (Mestrado em Economia UFES), 2008.
- CAÇADOR, S. B.; GRASSI, R. A. A evolução recente da economia do Espírito Santo: um estado desenvolvido e periférico? In: XXXVII Encontro Nacional de Economia, Foz do Iguaçu, 2009.
- CAVALCANTE, A. T. M. ; CROCCO, M. ; JAYME JR, F. G. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. In: Marco Aurélio Crocco; Frederico Gonzaga Jayme Junior. (Org.). **Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

- CARDIM DE CARVALHO, F. J. Sobre a centralidade da teoria da preferência por liquidez na macroeconomia pós-keynesiana. *Ensaio FEE*, Porto Alegre (17)2:42-77, 1996.
- _____. Sobre a preferência pela liquidez dos bancos. In: DE PAULA, L.F.; OREIRO, J.L. **Sistema Financeiro** : Uma análise do setor bancário brasileiro. Elsevier, São Paulo, 2007.
- CARDIM DE CARVALHO, Fernando J. et al. **Economia Monetária Financeira: Teoria e Política**. 3ª reimpressão, Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- CHICK, V.; DOW, S.C. A Post-Keynesian Perspective on the Relation Between Banking and Regional Development. In Arestis, P. (ed), **Post Keynesian Monetary Economics**. Aldershot, Elgar, 1988.
- CHICK, V. **Sobre moeda, método e Keynes**: Ensaio escolhidos. Editora Unicamp. São Paulo, 2010.
- COSTA, F. N da. (Im)propriedades da Moeda. **Revista de Economia Política**, vol. 13, nº 2 (50), abril/junho 93.
- COSTA NETO, Y.C da. **Bancos oficiais no Brasil**: origens e aspectos de seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.
- CROCCO, M.A.; BARRA, C.; CAVALCANTE, A.; VAL, V.C. Desenvolvimento econômico, preferência por liquidez e acesso bancário: Um estudo de caso para as mesorregiões de Minas Gerais. **Análise Econômica**, Ano 21, nº40, 2003.
- CROCCO, M. et al. The Behavior of Liquidity Preference of Banks and Public and Regional Development: The Case of Brazil, **Journal of Post Keynesian Economics**. V.28 n.2, p 217-40. Winter 2005-2006.
- CROCCO, M.A. Centralidade e Hierarquia do Sistema Financeiro. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2011. (Texto para a discussão nº 444)
- DE PAULA, L. F. R. . Teoria da Firma Bancária: um enfoque alternativo à abordagem neoclássica. In: II Encontro Nacional de Economia Política, 1997, São Paulo. Anais do II Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, 1997. v. I. p. 281-300.
- DE PAULA, L. F. R.; ALVES JR., A. J.; MARQUES, M. B. L. Ajuste Patrimonial e Padrão de Rentabilidade dos Bancos Privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 31, n. 2, pp. 285-319, abr/jun. 2001.

- DE PAULA, L.F.R.; MARQUES, M. B.L. Tendências recentes da consolidação bancária no mundo e no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9 , junho, 2004.,Uberlândia, MG. Anais. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, set. 1993
- DOW, S.C.. The Treatment of Money in Regional Economics. In: DOW, S.C. (ed.), **Money and Economic Process**. Aldershot: Eglar, 1987.
- _____. Uncertainty and monetary policy. **Oxford Economic Papers**, 56 (2004), 539-561. 1999.
- DOW, S.C; FUENTES, C. J. R. Um *survey* da literatura de finanças regionais. In: **Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 39-75.
- FALEIROS, R. N. . História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação. Heera (UFJF. Online), v. 05, p. 01-24, 2010.
- FIGUEIREDO, A. T. L. **O Papel da Moeda nas Teorias do Desenvolvimento Desigual: Uma Abordagem Pós-Keynesiana**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006. (Texto para discussão n° 293)
- FIOCCA, D. **A oferta de moeda na macroeconomia keynesiana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FERREIRA NETO, A. B. ; PEROBELLI, F. S. Potencial de Desenvolvimento Cultural das Microrregiões de Minas Gerais: uma análise espacial. In: **XIV Seminários sobre Economia Mineira**. Diamantina, 2010.
- FONTANA, G. Post Keynesian approaches to endogenous Money: A time framework explanation. **Review of Political Economy**, Volume 15, Number 3, July, 2003, 291-314.
- FUENTES, R.; C. JAVIER.; LÓPEZ, H. Análisis de diferencias estructurales interregionales determinantes en el impacto de la política monetária. **Estudios de Economía Aplicada**, n° 7 , págs 141-157, 1997.
- GUIISO, L.; SAPIENZA, P.; ZINGALES, L. Does local financial development matter? **National Bureau of Economic Research Working Paper**, 8922, 2002.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATAHM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: julho de 2011.

_____. **Malhas Digitais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/download/geociencias.shtm>. Acesso em: setembro de 2011.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010. 464 p.

_____. Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo. Vitória, ES, 2011.

IPEADATA. **Contas Regionais**. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: julho 2011.

KLEINBAUM, D. G.; KUPPER, L. L.; MULLER, K. E.; NIZAM, A. **Applied regression analysis and other multivariate methods**. 3ed. California: Duxbury, 1998.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992. 328 p.

LEVINE, R.; ZERVOS, S. Stock markets, Banks, and Economic Growth. **The American Economic Review**, Vol. 88, No. 3, 1998. p. 537-558.

LEVINE, R.; LOAYZA, N.; BECK, T. Financial intermediation and growth: Causality and causes. *Journal of Monetary Economics*, 2000. p. 31-77

LOUREIRO, K. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo**: os índios tupinikin e guarani mbya e a empresa aracruz celulose s/a (1967–1983). Mestrado em História. Universidade Federal do Espírito Santo. 2006

MADI, M. A. C. **Política Monetária no Brasil**: uma interpretação pós-keynesiana. 1993. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) - Universidade Estadual de Campinas.

MARTINUZZO, J. A. **Banestes 2003-2010**: Você faz parte desta história de sucesso. Vitória: GSA Editora, 2010.

MELO, A. O., PARRÉ, J. L. Determinantes do desenvolvimento rural dos municípios da região sudeste paranaense. **Revista Faz Ciência**, v. 8, n. 1, p. 11-34, 2006.

- MOLLO, M. L. R. Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a Questão da Neutralidade da Moeda. **Revista de Economia Política**, vol. 24, n. 3(95), julho-setembro, 2004.
- MONTEIRO, V.P.; PINHEIRO, J.C. Critério para implantação de tecnologias de suprimentos de água potável em municípios cearenses afetados pelo alto teor de sal. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, vol. 42, n. 02, p. 365-387, abr/jun 2004.
- MOTA, F.C de M. **Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)**. 161 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2002.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.
- NOGUEIRA, M.; FIGUEIREDO, A. T. L.; CROCCO, M. **Gestão de Ativo Bancário Diferenciada no Território: Um Estudo para os Estados Brasileiros**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2009. (Texto para Discussão n° 344)
- OLIVEIRA, J. T. História do Estado do Espírito Santo. 3 ed. Volume 8. Vitória, 2008. 670 p.
- OREIRO, J. L.; CARVALHO, L. D. **Moeda Endógena e Progresso Tecnológico Induzido num Modelo Macrodinâmico Pós-Keynesiano**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 29-51, abr. 2008.
- PEREIRA, J.C.R. **Análise de Dados Qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 2. ed.; São Paulo: USP, 1999
- PEROBELLI, F. S., OLIVEIRA, A. F. de, NOVY, L. G. G., FERREIRA, M. V. Planejamento regional e potenciais de desenvolvimento dos municípios de Minas Gerais na região em torno de Juiz de Fora: Uma aplicação de análise fatorial. **Revista Nova Economia**, v. 9, n. 1, p. 121-150, 1999.
- QUEIROZ, E. M. Pluriatividade e inserção das famílias rurais no processo de urbanização rural: Aplicação de técnicas estatísticas de análise multivariada para Minas Gerais. 2003. 92 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- REZENDE, M. L., FERNADES, L. P. de C., SILVA, A. M. R. e. A utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região do sudeste do Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 19, p. 92-109, 2007.

- RAIS. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Estabelecimentos e emprego formal**. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: agosto de 2011
- RICHARDSON, H. W. **Regional growth theory**. The Macmillan Press: New York, 1973.
- ROCHA, H.C; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. 1 ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.
- SILVA, G.J.C.; OREIRO, J.L. Taxa de Juros Convencional e Rentismo em um Modelo Pós-Keynesiano de Firma Bancária. In: DE PAULA, L.F.; OREIRO, J.L. **Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro**. Elsevier, São Paulo, 2007.
- STIGLITZ, J.; WEISS, A. Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. **American Economic Review** 71(3): 393-410, 1981.
- STUDART, R. O Sistema Financeiro e o Financiamento do Crescimento: Uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. **Revista de Economia Política**, vol. 13, nº1, (49), janeiro-março, 1993.
- VILLASCHI FILHO, A. Alguns elementos dinâmicos do sistema capixaba de inovação. In: LASTRES, H.M.M., CASSIOLATO, J.E. (orgs.). **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no MERCOSUL**. Brasília: IBICT, 1999. p. 199-244.

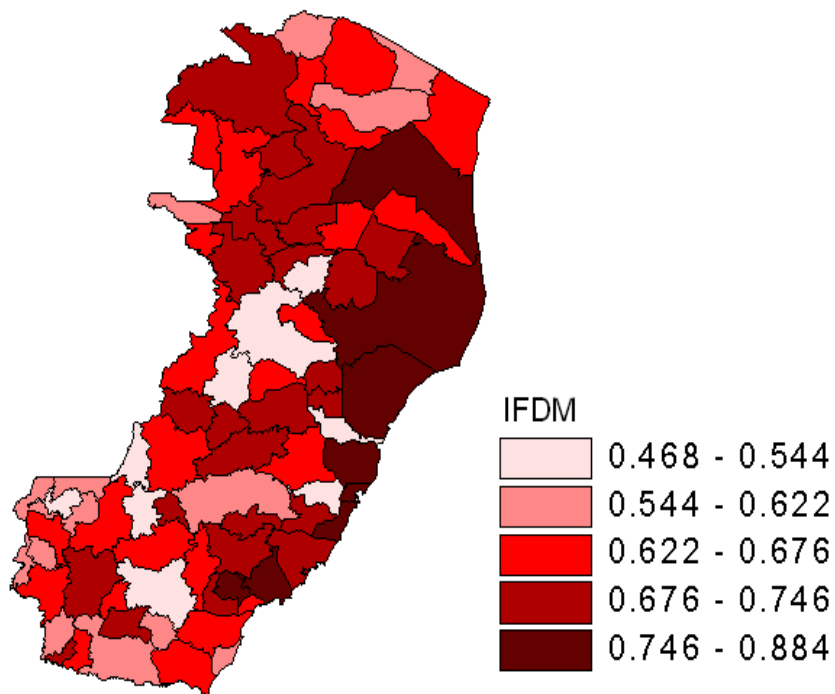
ANEXOS

**ANEXO 1 - Divisão Político-Administrativa das microrregiões do Espírito Santo
segundo IBGE**

Microrregião	Municípios	Microrregião	Municípios	Microrregião	Municípios
Vitória	Cariacica Serra Viana Vila Velha Vitoria	Santa Tereza	Itaguacu Itarana Santa Leopoldina Santa Maria de Jetiba Santa Teresa Sao Roque do Canaa	Cachoeiro de Itapemirim	Apiaca Atilio Vivacqua Bom Jesus do Norte Cachoeiro de Itapemirim Castelo Jeronimo Monteiro Mimoso do Sul
	Barra do São Francisco		Agua Doce do Norte Barra de Sao Francisco Ecoporanga Mantenopolis		Guarapari
Nova Venécia		Agua Branca Boa Esperanca Sao Gabriel da Palha Nova Venecia Vila Pavao Vila Valerio	Alegre		
	Colatina	Alto Rio Novo Baixo Guandu Colatina Governador Lindenberg Marilandia Pancas Sao Domingos do Norte		Linhares	Aracruz Fundao Ibiracu Joao Neiva Linhares Rio Bananal Sooretama
Afonso Cláudio		Afonso Claudio Brejetuba Conceicao do Castelo Domingos Martins Laranja da Terra Marechal Floriano Venda Nova do Imigrante	São Mateus		

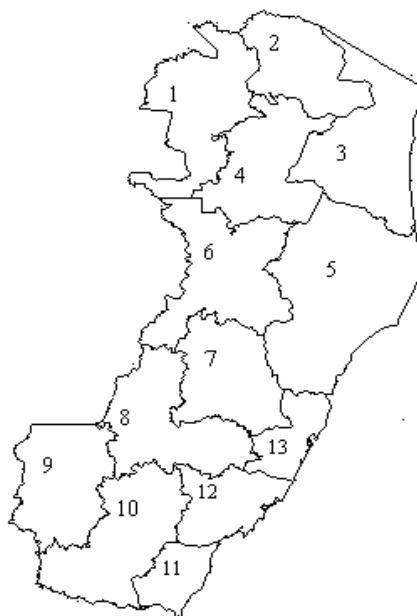
Fonte: Elaboração Própria

ANEXO 2- Mapa do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Humano Municipal no Espírito Santo- 2008



Fonte: Elaboração Própria com o auxílio do ArcView GIS 3.2

ANEXO 3- Mapa da divisão microrregional do Espírito Santo segundo IBGE (2005)



Fonte: Elaboração própria com auxílio ArcView GIS 3.2 - Legenda: 1-Barra do São Francisco; 2- Montanha; 3- São Mateus; 4- Nova Venécia; 5- Linhares; 6- Colatina 7-Santa Tereza; 8- Afonso Cláudio; 9-Alegre; 10- Cachoeiro de Itapemirim; 11- Itapemirim; 12- Guarapari; 13- Vitória.

ANEXO 4- Valor e participação nas operações de crédito dos bancos públicos no Espírito Santo

Ano	Valor (R\$ milhões)	Banestes	Banco do Brasil	Caixa
2002	571,3	20,05	23,71	20,91
2003	648,7	22,36	25,78	20,61
2004	782	21,49	24,97	25,01
2005	990,6	21,58	22,94	20,92
2006	1.263,5	22,11	28,47	21,52
2007	1.714,9	23,71	28,46	19,36
2008	2.859,5	29,78	27,44	19,89
2009	3.330,3	29,33	27,43	22,93

Fonte: MARTINUZZO (2010).

ANEXO 5- Tipos de Instituições Financeiras

Bancos de investimento	Sociedades de crédito, financiamento e investimento – financeiras	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente
Bancos de desenvolvimento	Sociedades de crédito ao microempreendedor	Seguros não-vida
Agências de fomento	Bancos de câmbio e outras instituições de intermediação não-monetária	Seguros de vida
Crédito imobiliário	Arrendamento mercantil	Seguros-saúde
Holdings de instituições financeiras	Sociedades de capitalização	Resseguros
Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	Holdings de instituições não-financeiras	Previdência complementar fechada
Fundos de investimento	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Administração de bolsas e mercados de balcão organizados
Securitização de créditos	Sociedades de fomento mercantil – factoring	Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias
Previdência complementar aberta	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	Administração de cartões de crédito
Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	Planos de saúde	Avaliação de riscos e perdas
	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente

Fonte: RAIS (2011)

ANEXO 6- Descrição das variáveis utilizadas na Análise Fatorial

Variáveis	Descrição	Ano
D_VISTA	Quantidade de depósitos à vista no município em relação ao total do ES	2008
D_PRAZO	Quantidade de depósitos à prazo no município em relação ao total do ES	2008
POUP	Poupança do município em relação ao total do ES	2008
F_AGROP_ATIVO	Financiamentos destinados a agropecuária em relação ao ativo bancário do município	2008
F_ATIVO	Financiamentos do município em relação ao ativo bancário do município	2008
O_CRÉD_ATIVO	Outros créditos em relação ao ativo bancário do município	2008
F_IMOB_ATIVO	Financiamentos imobiliários em relação ao ativo bancário do município	2008
AGÊN_PC	Quantidade de agências bancárias <i>per capita</i>	2008
RENDA	Salário médio do trabalhador no município	2000*
ESTAB_IND	Quantidade de estabelecimentos industriais em relação ao total do ES	2008
ESTAB_AGROP	Quantidade de estabelecimentos agropecuária do município em relação ao total do ES	2008
TIPOS_IFs	Quantidade de estabelecimentos de instituições financeiras do município	2008
EMP	Quantidade de emprego formal do município em relação ao total do ES	2008
ATIVO_PIB	Ativo bancário do município dividido pelo PIB do ES	2008
RES_ATIVO	Contas de Resultado em relação ao Ativo bancário do município	2008
PLP	Preferência por Liquidez do Público do município	2008

Fonte: Elaboração Própria

*OBS.: Foi utilizado o ano de 2000 para a variável RENDA. Com o intuito de diminuir a defasagem temporal em relação às demais variáveis empregadas no modelo, tal variável foi interpolada através da taxa de crescimento do PIB no período 2000-2008.